



UDESC

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
MESTRADO EM HISTÓRIA - PPGH**

REVISTA *OITENTA*:

**PROJETO EDITORIAL E CULTURA
POLÍTICA NA REDEMOCRATIZAÇÃO
(1979 – 1984)**

MARCOS ANTONIO PECCIN JUNIOR

FLORIANÓPOLIS, 2018

MARCOS ANTONIO PECCIN JUNIOR

**REVISTA OITENTA: PROJETO EDITORIAL E CULTURA POLÍTICA NA
REDEMOCRATIZAÇÃO (1979 – 1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do grau de mestre em História.
Orientadora: Profa. Dra. Luciana
Rossato.

FLORIANÓPOLIS, SC

2018

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Junior, Marcos Antonio Peccin
Revista Oitenta : Projeto Editorial e Cultura Política na
Redemocratização (1979 - 1984) / Marcos Antonio Peccin
Junior. -- 2018.
111 p.

Orientadora: Luciana Rossato
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação -- Selecione --, Florianópolis,
2018.

1. Revista Oitenta. 2. Ditadura civil-militar. 3. Cultura
política. 4. Tempo Presente. I. Rossato, Luciana . II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação -- Selecione --. III. Título.

MARCOS ANTONIO PECCIN JUNIOR

**REVISTA OITENTA: PROJETO EDITORIAL E CULTURA POLÍTICA NA
REDEMOCRATIZAÇÃO (1979 – 1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Banca examinadora:

Orientadora: _____

Dra. Luciana Rossato
UDESC

Membros:

Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira
UNIVALI

Dra. Maria Teresa Santos Cunha
UDESC

FLORIANÓPOLIS, 04/12/2018.

AGRADECIMENTOS

Na jornada de pesquisa e escrita desta dissertação, os meus mais profundos agradecimentos se dirigem às pessoas mais próximas e queridas do convívio diário, cujos apoio e compreensão tornou possível a conclusão desta etapa. Sem eles, não seria possível nem o seu início.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul que, através de suas políticas institucionais, apoiou e permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a todos os colegas do mestrado em História da UDESC pelo crescimento intelectual e pessoal proporcionado pelas inúmeras contribuições, conversas, discussões, leituras e trabalhos conjuntos enfrentados neste longo, porém, satisfatório caminho.

Meus agradecimentos à compreensiva e paciente orientação da professora Luciana Rossato, pelas generosas sugestões de leituras e pontuais indicações de caminhos de pesquisa que deram as condições e a liberdade necessária para que esta pesquisa se desenvolvesse.

Por fim, meus agradecimentos se dirigem também a todos os democratas que em tempos de arbítrios e diante de noites escuras, não esmoreceram e permaneceram incansáveis na luta de seus ideais na esperança de uma sociedade mais justa e livre.

“O grande problema do nosso sistema democrático é que permite fazer coisas nada democráticas democraticamente.” (José Saramago)

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.” (Darcy Ribeiro)

RESUMO

A presente pesquisa se dedica a analisar a publicação dos nove volumes da revista *Oitenta* pela editora L&PM, entre 1979 e 1984. As transformações na sociedade brasileira dos anos 1970, entre consolidação do mercado de bens culturais e a repressão da ditadura, formaram as condições da criação da L&PM, cujo projeto editorial de atuação política definiu as diretrizes da publicação da revista. Os intelectuais que formaram o conselho editorial da revista, imprimiram seus objetivos políticos e suas experiências de atuação na imprensa alternativa, escolhendo conscientemente os debates e ideais que deram significado à linha política da publicação. *Oitenta* constituiu-se como um produto cultural voltado para o fortalecimento de um espaço de circulação de ideias situadas no combate ao autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira, ao mesmo tempo em que defendia e reinterpretava a redemocratização da sociedade em oposição ao conservadorismo que deu sustentação ao regime. A cultura política que é mobilizada pelo conjunto de textos publicados na revista *Oitenta* denota um projeto político de transformação da sociedade através da mudança de significados e práticas para o reconhecimento de valores democráticos, aliando diferentes correntes de pensamento e de lutas reivindicatórias socialistas e libertárias.

Palavras-chave: Revista *Oitenta*; Ditadura civil-militar; Cultura política; Tempo Presente.

ABSTRACT

The present research is dedicated to analyze the *Oitenta* magazine, with nine volumes published by L&PM publishers between 1979 and 1984. The changings of brazilian society in the 1970s, amongst the consolidation of a cultural industry and the repression of the dictatorship, made possible the conditions of foundation of L&PM publishing house, whose editorial project of political acting defined the guidances of the editions. The intellectuals that formed the editorial council of the magazine, expressed its political goals and experiences of their jobs in alternative press, choosing consciously the debates and ideal that would give meanig to the politics of the publication. *Oitenta* was conceived as a cultural product aimed to strengthen a space of circulation of ideas towards the fight against the authoritarianism of the brazilian military dictatorship, while at the same time defended and reinterpreted the re-democratization of society in opposition to the conservatism that provided support to the regime. The political culture that is mobilized by the magazine *Oitenta* express a political project of transformation of the society through the change of meanings and practices for the recognition of democratic values, binding different currents of thought and vindicative frays of socialists and libertarians.

Keywords: Oitenta Magazine; Civil-Military Dictatorship; Political Culture; Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa e contracapa do volume 1 da <i>Oitenta</i>	53
Figura 2 – Capa e contracapa do volume 2 da <i>Oitenta</i>	56
Figura 3 – Capa e contracapa do volume 3 da <i>Oitenta</i>	58
Figura 4 – Capa e contracapa do volume 4 da <i>Oitenta</i>	59
Figura 5 – Capa e contracapa do volume 5 da <i>Oitenta</i>	61
Figura 6 – Capa e contracapa do volume 6 da <i>Oitenta</i>	63
Figura 7 – Capa e contracapa do volume 7 da <i>Oitenta</i>	64
Figura 8 – Capa e contracapa do volume 8 da <i>Oitenta</i>	66
Figura 9 – Capa e contracapa do volume 9 da <i>Oitenta</i>	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos publicados em <i>Oitenta</i> sobre o tema Imprensa	72
Quadro 2 - Textos publicados em <i>Oitenta</i> sobre o tema Ecologia	83
Quadro 3 - Tabela de autores brasileiros publicados mais de uma vez ao longo dos 9 volumes da <i>Oitenta</i>	89
Quadro 4 - Tabela de autores estrangeiros publicados mais de uma vez ao longo dos 9 volumes da <i>Oitenta</i>	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. “EDITORES EM UMA ÉPOCA DESSAS?”.....	24
1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS ANOS 70	24
1.2 A PRODUÇÃO EDITORIAL DURANTE A DITADURA	30
2. A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDITORIAL	34
2.1 AS TRAJETÓRIAS DOS EDITORES	34
2.2 UMA REVISTA EM FORMATO DE LIVRO	41
3. CULTURA POLÍTICA NAS PÁGINAS DE <i>OITENTA</i>.....	68
3.1 UM VALOR INEGOCIÁVEL: LIBERDADE DE IMPRENSA	71
3.2 A SEMENTE DA DEFESA DO ECOSSOCIALISMO.....	83
3.3 ESTRATÉGIA SOCIALISTA E LIBERTÁRIA COMO CULTURA POLÍTICA	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXO I - INFORMAÇÕES SOBRE OS VOLUMES DE <i>OITENTA</i>	109

INTRODUÇÃO

Ao fim da década de 1970, a ditadura civil-militar brasileira¹, contestada e desgastada, estava se encerrando, ainda que de maneira controlada através de um plano de distensão e abertura iniciado no ano de 1974 pelo general-presidente Ernesto Geisel. O processo de redemocratização seria um campo aberto de debates, atribulado pela disputa de projetos políticos e, sem quaisquer certezas da retirada dos militares do poder, passaram-se anos antes que as condições para a constituição de um estado democrático tomassem forma e um presidente civil, eleito indiretamente, assumisse o governo federal em 1985. Três anos mais para uma nova constituição que estabeleceria as possibilidades de uma democracia plena e com cidadania.

Em 1979, a L&PM² editores publica o primeiro número da *Oitenta*, um suplemento cultural para fornecer o espaço de debates sobre ideais políticos e culturais. A revista, editada em formato de livro, se propunha a disseminação e reflexão de pensamentos capazes de orientar a interpretação dos acontecimentos e a formação de uma consciência política voltada para o enfrentamento dos desafios da nova década em torno da redemocratização da sociedade brasileira. Nesta dissertação se pretende analisar o escopo dessa publicação e a sua importância compreendida no papel de vetor social de uma cultura política atrelada aos valores e atitudes de oposição ao autoritarismo e condizentes com a prática da democracia, trazendo para suas páginas combates às transgressões da ditadura civil-militar e provocações ao conservadorismo que vigoraram nos anos pós-64, e promovendo a circulação de autores, nacionais e estrangeiros, que a partir das escolhas dos editores, formam um conjunto de significados que está ancorado em seu próprio projeto político para o futuro.

O momento de abertura e redemocratização após a ditadura civil-militar fez com que uma considerável parcela da sociedade, especialmente os veículos de imprensa, se envolvesse no campo de debates, consolidando suas inclinações políticas e ansiando pelo fim da ditadura e pelo retorno da via democrática. A imprensa desempenhou durante todo o período de ditadura um elemento chave na organização dos grupos sociais de resistência ou apoio aos ideais do regime militar, assim como a imprensa de maior circulação deu suporte ao golpe de 1964, a repressão política e censura recaiu sobre todos os meios de

¹ Foi feita a escolha por utilizar a denominação de ditadura civil-militar por entender que o regime de exceção no Brasil foi efetivamente instaurado em 1964 por um golpe de militares e de setores civis da sociedade, assim como deram apoio e sustentação. Ver Fico (2017).

² A fundação da editora e sua trajetória será aprofundada no capítulo 1.

comunicação, no entanto, jornais e revistas posicionaram-se e exploraram brechas criando espaços para publicar opiniões políticas e críticas ao regime militar. Essa característica ficaria em evidência durante a década de 1970, mais facilmente identificada na polarização entre a grande mídia e a imprensa alternativa, potencializando as publicações com temáticas que giraram em torno da política, influenciando na circulação dos debates e ideias que balizariam os projetos de nação em disputa para o futuro do país pós-ditadura. Através da publicação de uma miríade de jornais, livros e revistas, de diferentes espectros políticos e matizes ideológicos, a imprensa e o setor editorial, também devido ao momento de modernização e desenvolvimento de suas condições, assumiram as responsabilidades de participar dos processos da sociedade, envolvendo-se na discussão de alternativas políticas, muitas vezes atuando como agentes dos acontecimentos, engajando-se através de diferentes maneiras e abordagens. Esse reconhecimento do papel social que jornais, revistas e outros impressos exerceram em momentos de agitação e incertezas nas sociedades atraiu os olhares de pesquisadores na área das humanidades que buscaram nesses suportes, as pistas e explicações do surgimento de movimentos, da defesa de ideais, da atuação de intelectuais, do sucesso ou fracasso de determinados projetos e grupos na sociedade (ABREU, 2002; DE LUCA, 2005).

O primeiro contato deste autor com *Oitenta*, o qual despertou imediato interesse pelas temáticas tratadas em suas páginas, ocorreu no aprofundamento de uma outra pesquisa que também se deteve na atividade editorial da L&PM como objetivo e forneceu as possibilidades de descobrir a vasta atuação da editora em seus anos iniciais. A pesquisa em questão, realizada em 2014, produziu o trabalho apresentado para a conclusão do curso de História e teve como sua principal fonte a publicação das obras da literatura *beat* norte-americana no Brasil no início da década de 1980, sendo a L&PM uma pioneira na tradução e publicação das obras dos autores mais expoentes, tais como Allen Ginsberg com os poemas de *Uivo*, e Jack Kerouac com *Pé na Estrada*. No entanto, com a publicação pela primeira vez em língua portuguesa da literatura *beat* passados quase trinta anos do auge do seu movimento em 1956³, a editora L&PM organizou, no mesmo ano de 1984, uma antologia de ensaios de autores brasileiros com o intuito de divulgar esta literatura e aproximar o público dos temas peculiares com que estabelecia seus diálogos. Nessa antologia figuraram escritores brasileiros reconhecidos por seus trabalhos como

³ No ano de 1956 ocorreu na Six Gallery de San Francisco, a leitura do poema *Uivo* por Allen Ginsberg, onde se reuniram os vários expoentes dessa geração e que seriam eternizados nos escritos autobiográficos de Jack Kerouac. Portanto, esse ano é considerado o marco inaugural do movimento literário *beat*.

críticos de cultura, de arte, de música, jornalistas, mas que eram sobretudo poetas, entre eles estavam Antônio Bivar, Pepe Escobar e Claudio Willer, que apresentaram ensaios livres sobre temas como rebeldia jovem, o ritmo do jazz, tradição literária, consumo de drogas e outros meios alternativos.

A publicação das obras de literatura *beat* e da antologia com autores brasileiros demonstrou a permanência de certas temáticas e ideias no projeto editorial da L&PM, o quê também pode ser confirmado pela continuidade da escolha da editora neste tipo de literatura ainda nos anos recentes, e que puderam ser mais claramente identificadas na maneira como foram mobilizadas na publicação da revista cultural *Oitenta* com o fim da ditadura civil-militar e projetos para uma redemocratização do país. Portanto, os pressupostos de publicação e a atuação política da editora foram determinantes para aprofundar o interesse em compreender a existência de uma linha de força, de aspectos de uma cultura política particular, mantenedora da coerência nas suas publicações.

O presente estudo tem seu foco no papel que *Oitenta*, e àqueles que a publicam, desempenharam no curso dos acontecimentos, defendendo seus ideais políticos à cada página, transmitindo uma visão, influenciando e formando opiniões sobre os temas culturais e os aspectos da vida de uma sociedade que decorrem dela. Tomando a revista cultural *Oitenta*, publicada pela editora L&PM de Porto Alegre, como fonte e objeto para melhor compreender a interpretação e produção de sentido que seus idealizadores pretendiam através dos escritos que circularam em suas páginas, reinterpretando as visões da esquerda brasileira e promovendo uma cultura política democrática. A revista *Oitenta* circulou entre 1979 e 1984, foi iniciativa dos colaboradores da L&PM editores, fruto de suas inclinações políticas e trajetórias intelectuais com passagem em outras publicações de contestação. O conselho editorial da revista era formado pelos fundadores da editora, Paulo Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado; os jornalistas José Onofre e José Antonio Pinheiro Machado; e o diretor gráfico Jorge Polydoro. *Oitenta*, portanto, surgiu em um contexto de acirramento da contestação ao estado autoritário que a ditadura instaurou no país e de demanda por democracia, como tantas outras publicações. A revista, por ser gestada no interior do grupo que mantinha as atividades da editora L&PM, seguiria uma linha de publicação que demonstrava coerência com os livros que a editora publicava no período, livros de contestação à ditadura, de defesa da liberdade de imprensa, de denúncia das transgressões do regime e de vozes pela volta da democracia.

Nos cinco anos em que foi publicada, *Oitenta* superou com mínima margem e por breve fôlego o “mal dos sete números”⁴, chegando até o nono volume sem regularidade na periodicidade de sua publicação. Porém, a proposta com a qual a revista foi criada se manteve no conteúdo dos textos presentes em cada edição, prezando por uma pauta variada, de temáticas relevantes ao momento que o país atravessava, com uma produção crítica e posicionada em relação a cultura e a política. Permaneceu fiel ao valor de não ceder espaço às publicações que apresentassem viés conservador, reacionário, gerados por uma “direita raivosa” como afirmou José Antonio Pinheiro Machado, um dos idealizadores do projeto e editor durante toda a existência da revista.

A revista *Oitenta* não teve a devida atenção de historiadores, ou de análises mais detidas sobre a atuação do grupo que formou seu conselho editorial, bem como do lugar que ocupou dentro do universo de jornais e revistas do período de transição democrática. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada pretende, através de uma abordagem histórica, corresponder à difícil tarefa de produzir interpretações e significados das inúmeras peculiaridades que determinaram o surgimento e o desaparecimento do projeto de *Oitenta* e, assim, contribuir com a produção historiográfica do período de redemocratização no Brasil. Em levantamento realizado para esta pesquisa, foram encontrados dois estudos com menções específicas à revista *Oitenta*, outros trabalhos mencionam a importância da editora L&PM e de livros publicados por ela, como Maués (2006, 2013) e Reimão (2009), dos quais falaremos mais à frente. O trabalho de Nádia Souza Conceição, intitulado “*Revista do Brasil, 34 Letras & Oitenta*”⁵, enfoca em sua última parte a revista *Oitenta*, apontando um panorama de suas principais características entre textos literários e políticos. De maneira breve, a autora identifica as características que possibilitam o sentido histórico de seus textos, afirmando que:

É possível observar que no período de 1979 a 1982 a revista reflete a euforia política vivida no país, — “abertura política”, volta dos exilados, reativação dos partidos de esquerda, — através de muitos ensaios que tentam avaliar o momento presente e o futuro político [...] A revista Oitenta registra uma virada de década e uma passagem histórico-política muito importante na história do país, apresentada por profissionais do Rio Grande do Sul, através de uma lente sulista, fora do eixo Rio-São Paulo. (CONCEIÇÃO, 1997, p. 22)

⁴ Expressão proferida, com certa ironia, pelo poeta Olavo Bilac ao se referir à fugaz circulação de periódicos literários publicados no Brasil no início do século XX, que, por limitações econômicas e editoriais, não passavam do sétimo número.

⁵ Publicado no Boletim de Pesquisa do Núcleo de Estudos Literários e Culturais (NELIC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1997.

O outro estudo que abordou a revista *Oitenta* foi publicado pelas autoras Cida Golin e Mariana Müller, intitulado “*Jovens editores no período da Redemocratização: Panorâmica da Revista Oitenta (1979 – 1984) da Editora L&PM*”, o qual figurou como capítulo do livro “*Comunicação e Redemocratização no Rio Grande do Sul*”. A análise empregada nesta pesquisa deu total enfoque na revista *Oitenta*, apresentando entrevistas com os editores diretamente envolvidos e os primórdios de criação da editora. Há certa perspectiva histórica na abordagem, ao reconhecer a importância que a circulação da revista teve nos processos que caracterizaram o período de redemocratização. No entanto, o aprofundamento do exame da revista presente no trabalho reside na análise quantitativa apresentada pelas autoras no escopo de seus nove volumes, catalogando os gêneros, os temas, e os autores nos 196 textos publicados. Os dados levantados demonstram a variedade dos assuntos que a revista debatia, de forma que, de acordo com a classificação e parâmetros adotados pelas autoras: 20,9% (53 no total) dos textos eram dedicados à política nacional e internacional; 19,4% (49) à ensaios literários; outros 19,4% são contos e poemas classificados como ficção; e o restante dos textos que totalizam a revista transitavam entre temas de história, filosofia, educação e economia. Cabe ressaltar que alguns dos textos podem ter sido entrecruzados em mais de um tema, como afirmam as autoras. Há ainda apontamentos sobre a circulação de autores que assinaram os textos, revelando que mais da metade (54%) deles são de estrangeiros, e entre os autores nacionais, mais de dois terços (68%) são de autores nascidos no Rio Grande do Sul, com grande espaço para literatos com reconhecimento e que já tinham obras publicadas pela L&PM.⁶

Nos dois estudos que trataram de *Oitenta*, foram evidenciados o caráter político que a revista possuía, ressoando nos acontecimentos e discussões presentes no final da década de 1970 e início de 1980. A revista *Oitenta* insere-se em uma profusão de impressos que tinham como proposta fundadora a apresentação e defesa de seus projetos e ideias, como *Versus*, *Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim*, *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Veja*, *Istoé*, entre outros que tiveram circulação durante o período de ditadura. Alguns sobreviveram ao regime, outros ainda existem nos dias atuais, talvez com características diferentes daquelas concebidas no momento de criação durante a ditadura.

Sendo a revista *Oitenta* um emaranhado de campos e interlocuções, repleto de inquirições a serem feitas sobre os aspectos que tornaram possível sua publicação, essa

⁶ Os dados quantitativos e porcentagens apresentados aqui foram todos extraídos do trabalho publicado por Cida Golin e Mariana Müller, de acordo com os critérios e parâmetros utilizados na sua análise.

pesquisa não poderia se esquivar de transitar e aproveitar as contribuições de múltiplos instrumentais teóricos e práticas historiográficas, em grande parte revigoradas e renovadas em fins do século XX e início do XXI. A importância de *Oitenta* como um produto cultural ante um conflito político de determinado momento histórico situa nossa análise ao meio do caminho entre a História Cultural e a História Política. Buscou-se então, para que o objeto fosse observado na sua vasta dimensão, uma diversidade de perspectivas que foram encontradas na História dos Livros e da Edição, trilhada por pesquisadores como Roger Chartier, Robert Darnton e Jean-Yves Mollier; na História Intelectual, com as conceitualizações de Jean-François Sirinelli e François Dosse; na História Política, com as renovadas contribuições da historiografia brasileira nas interpretação de resistências e conceitos como cultura política, bem com o desafio de tratar de uma História do Tempo Presente que ainda tem suas reverberações nas esferas da sociedade brasileira.

Ao debruçar-se na História Intelectual como um campo e prática historiográfica tomamos a ideia de intelectual mediador, na apresentação de Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, como figuras que “atuam em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político.” (GOMES, HANSEN, 2016, p.12). No entanto, o conceito de intelectual deve ser entendido dentro de seus movimentos na história, especialmente no período do século XX, onde o conhecimento científico e acadêmico torna-se acessível a grande parte da população demandando um detalhamento do que define um intelectual. Dessa maneira, observando a ideia que o filósofo italiano Antonio Gramsci apresentou como sendo de um intelectual, Edward Said nos fornece uma visão definidora de termos quando aponta para o papel que o intelectual desempenha na sociedade do século XX. Para Said (2005, p. 26):

A questão central [...] é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas ou combatidas.

É precisamente nessa definição que os intelectuais, ao exercerem o comprometimento e esforços necessários para produzir e transmitir uma visão de mundo, têm se reunido e organizado em torno do conselho editorial de revistas, pois fazer “política cultural” é intervir na conjuntura de sua realidade, é se engajar na construção de projetos futuros. Na América Latina, as revistas culturais foram de crucial importância em momentos de acirrado conflito político e muitas vezes formaram tradições e ideias políticas que determinaram acontecimentos (SCHWARTZ, PATIÑO, 2004; CRESPO, 2011). Os intelectuais podem compartilhar os circuitos de produção e circulação de obras, formando redes de sociabilidades e um ideal comum que os aproxima e fortalece. O historiador Jean-François Sirinelli observa nas revistas o campo próprio da formação das relações de sociabilidades e dos pensamentos políticos que substanciam as decisões editoriais que referendam as escolhas de imagens e textos que compartilham da sua mensagem a ser transmitida.

Ao definir a conceituação em que *Oitenta* se insere como revista, também acentuamos sua aproximação com os livros, em formato, em crítica, em densidade, e no compartilhamento do ambiente de criação dentro da editora, com os mesmos recursos gráficos de outras obras, sob o mesmo olhar e linha editorial do grupo que a geria. Dessa forma, as abordagens propostas por historiadores do livro revelam-se valiosas ao terem como suas preocupações em descobrir como os livros passaram a existir. Como chegam aos leitores e o que eles fazem deles? Uma ótica para com os livros que acompanha o desenvolvimento dos estudos e crítica literária, passando da explicação da figura do autor, para a centralidade do texto e, por fim, as formas que os leitores os recebem.

Para a História do Livro, o suporte físico impresso é um elemento indissociável nas sociedades calcadas na cultura escrita, dotado de historicidade, com elementos textuais e estratégias de leitura modificadas ao longo do tempo, e que têm sua existência proporcionada por uma série de atividades editoriais complexas, de produção, impressão, distribuição. Nesse sentido, o estudo da edição e da figura do editor, nos permite dar enfoque em como o texto toma forma, e qual forma, apropriando-se do conceito de editor moderno. O papel do editor constitui-se como atividade profissional no século XIX e é aprimorado no século XX, como define Roger Chartier, esta atividade “se caracteriza por seu papel como coordenador de todas as possíveis seleções que levam um texto a se transformar em livro, e tal livro em mercadoria intelectual, e esta mercadoria intelectual em um objeto difundido, recebido e lido” (CHARTIER, 2001, p. 48). Assim, pretende-se observar o trabalho da atividade editorial envolvida na produção da materialidade do livro

como seu produto final, verificando o que ela revela das relações do grupo envolvido na revista, suas redes de circulação e formação intelectual, bem como suas relações com os livros que eram publicados pela editora concomitantemente.

Nas estratégias de oposição ao estado autoritário do regime militar no Brasil, as atividades dos editores tiveram importância destacada, principalmente quando observamos as perseguições e censuras impostas aos impressos, levando adiante projetos político-culturais capazes de questionar o status quo do momento, despertando consciências para a ação política. A L&PM teve presente essa característica de praticar a resistência democrática exigida do momento através da edição de obras que colocassem em xeque a legitimidade do regime ditatorial. A categoria de análise proposta pelo conceito de “edição política” se torna relevante ao evidenciar as práticas da editora com a realidade política do momento. Flamarion Maués, ao analisar as publicações predominantemente de livros no período, se vale desse conceito, explicitando que editoras políticas eram aquelas que:

tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados [...] a marca distintiva de uma editora de oposição é o fato de ela ter perfil de oposição ao governo militar e ter publicado certo número de livros de oposição. Um número suficiente, na produção daquela editora, para que fique claro que tais livros representavam parcela importante da produção da empresa. Disso resulta que os referenciais básicos para se saber se uma editora pode ser chamada de editora de oposição são: o perfil político e ideológico da editora, determinado pelas simpatias e filiações políticas de seus proprietários e/ou editores, e o seu catálogo de livros publicados. (MAUÉS, 2006, p. 54)

A própria criação da editora L&PM está baseada nessa motivação, devido à formação política e intelectual que seus fundadores tinham, revelando-se na publicação de inúmeros títulos políticos ao longo da década de 70, incluindo a edição da revista *Oitenta* com seu projeto de ampliar os valores democráticos e debater as condições para a efetivação dessa sociedade brasileira. A revista constitui, portanto, o que Jean-Yves Mollier apresenta como uma “arma no combate político”, um instrumento de intervenção que busca articular ideais políticos em prol de uma causa defendida por um grupo intelectual que se estabelece nas trocas e aproximações de seus projetos compartilhados. O engajamento da revista *Oitenta* não está vinculado à nenhuma organização política, ainda que o sentido construído pela coleção de textos possa dialogar com várias pautas reivindicadas por atores políticos institucionalizados, predominantemente de esquerda.

Não obstante a atividade que dá origem ao suporte físico, a carga textual pode ser fonte de informações valiosas, não só por seu conteúdo transformado em palavras pelo

autor, mas por tudo aquilo que gira em seu entorno e o compõe, proporcionando pistas sobre sua existência naquela forma e naquele momento. Como ressalta Chartier de que “livros, sejam manuscritos ou impressos, sempre são resultados de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões técnicas e habilidades” (CHARTIER, 2014, p.38), não sendo apenas o produto da genialidade do autor. Essas múltiplas operações são levadas à cabo por editores, e toda a equipe que realiza a impressão de um livro, que fazem escolhas de acordo com suas afinidades estéticas, artísticas e políticas, que ao fim produzem o texto e seu suporte, ou na expressão de Chartier, a indissociabilidade entre “a materialidade do texto e a textualidade do livro”.

Portanto, os editores que participam das decisões de editar alguns livros e não outros, ou mesmo textos em um impresso, são atores da mensagem transmitida. Ao colocar diferentes textos em uma mesma obra, em uma ordem específica, os próprios editores criam a produção do sentido dessa obra. Os textos devem ser, então, tomados com o olhar de que são dotados também de historicidade, analisando como ela foi entendida e veiculada nos específicos momentos da história na qual se busca compreender o seu lugar. Portanto, o trabalho de buscar nos impressos a relevância dos processos sociais em que estão imersos os textos e seu meio de produção, é a ótica na qual se debruça esta pesquisa quando tenta identificar no escopo dos textos publicados pela revista *Oitenta*, o significado do pensamento cultural e político que seus agentes tencionavam transmitir.

A história política se propõe a tarefa de trazer esses ideais políticos que definem o futuro de sociedades inteiras, e ditam os códigos de vida dos grupos que deles compartilham, para o centro das pesquisas históricas do século XX, onde os fatores políticos foram motivos desencadeadores de inúmeros conflitos em todo o globo. As disputas por espaços de poder e de difundir seus ideais estão muito presentes no período de transição democrática no Brasil, e a revista *Oitenta* contribuiativamente para ver seus projetos também encontrando reverberação em públicos de intelectuais e universitários que tomariam a frente dos debates políticos. Os ideais e acontecimentos desse período moldaram muitas das estruturas sociais e do pensamento político que vigoram no Brasil de hoje, a história política e a história do tempo presente entrecruzam-se como ressalta René Rémond em sua coletânea.

O conceito de cultura política merece uma definição para seu entendimento nesta pesquisa, dada que os usos e suas apropriações são diferentes dependendo das escolhas teóricas que os pesquisadores definem para seu escopo, permanecendo ainda assunto

repleto de polêmicas. Compreender as estratégias empregadas na proposta da revista *Oitenta* passa pela análise de seu projeto político como transformador de práticas e valores para a sociedade brasileira, nas quais deveriam prevalecer ideais democráticos e promotores de cidadania política, de forma que cultura política se insere como a atitude que esses intelectuais expressam perante o cenário político, reinterpretando e ressignificando mobilizações históricas de atores.

Na apropriação desse conceito muito debatido, e também criticado, para a prática historiográfica, afastamos seus usos em uma escala hierárquica de juízo de valor, no qual deveria haver uma cultura política democrática ocidental almejada a todos os povos, ou seja, uma cultura cívica e civilizadora. Mas entendemos seu conceito na multiplicidade de ideias encontradas em sociedades complexas, como culturas políticas em coexistência e conflito. Portanto temos na definição que Rodrigo Pato Sá Motta estabelece, a abrangência necessária para tocar os temas de debate da revista *Oitenta*, nos diferentes aspectos como:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009).

Também Serge Bernstein aponta para essa “pluralidade de culturas políticas”, notando a presença de grupos que compartilham valores e façam circular esses códigos culturais. Nesse sentido, o livro, em nosso imaginário coletivo, é um suporte natural de culturas políticas (BOUJU, 2010).

O estudo da revista *Oitenta* e sua projeção nas ideias políticas no período de redemocratização no Brasil apresentam uma relevância que reverberam nos processos políticos que surgiram com uma nova configuração política, como as reivindicações de cidadania da sociedade civil presentes na Constituinte de 1988 e a intensa busca pela sua efetivação nas décadas seguintes. Portanto, *Oitenta* está entremeada ao campo da História do Tempo Presente, já que a memória pública acerca do período de ditadura civil-militar ainda é muito disputada e reinterpretada, cercada de borrões e assuntos intocados, e a difícil reconciliação da sociedade deixa um “mal-estar que se prolonga até hoje” (ORTIZ, 2014).

Os capítulos da dissertação foram estruturados de forma a apresentar a gestação da revista *Oitenta* como fruto de uma pequena editora com um projeto editorial político e alinhado aos anseios de democratização, fruto de um grupo editorial com trajetórias entrecruzadas e de diversas circulação entre políticos, artistas e intelectuais, como eles

mesmos, e à própria revista como a expressão e difusão de ideais formadores de uma cultura política democrática fundada em atitudes diante de uma nova relação com a sociedade.

O primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira dos anos 1970, experienciando a consolidação de um mercado de bens culturais com a profissionalização de setores de produção cinematográfica, musical e, especialmente, editorial, inserindo elementos como a publicidade, a fotografia, o design; e também a expansão do ensino superior, que proporcionou a possibilidade de entrar em contato com correntes de pensamento filosófico, artístico e político antes restrita à círculos da elite, juntamente com a experiência da vida universitária em período de reorganização, cerceamento e perseguição. As duas transformações são o impulso criador da editora L&PM e de sua linha editorial de contestação e engajamento com cujo intento surgiu a revista *Oitenta*.

No capítulo dois, as trajetórias dos editores e colaboradores da revista *Oitenta* serão revisitadas, identificando a atuação desse grupo como mediadores intelectuais em diversos meios de comunicação, em sua maioria da imprensa alternativa, e das redes de sociabilidades e intelectuais que se constituíram nesses contatos na imprensa e na universidade. Ao mesmo tempo, tem o objetivo de demonstrar como esses entrecruzamentos formam as inclinações e os anseios políticos de cada um que resultaram no projeto da revista *Oitenta*, a partir da consolidação de um projeto editorial de difundir e defender seus ideais e valores.

Por fim, o terceiro capítulo aprofundará a análise dos textos encontrados nos nove volumes de *Oitenta* sob a ótica do conceito de cultura política, buscando compreender na ordem de disposição dos textos em determinados volumes, na escolhas dos temas, das imagens, dos autores, as decisões do grupo editorial na formulação de um escopo de normas, atitudes, valores e representações do passado, identificando as suas estratégias nas chamadas de capa, nas pequenas apresentações de cada texto a produção de sentido de *Oitenta*. A cultura política singularmente interpretada pelos editores da revista permite apresentar um projeto para o futuro na defesa de liberdades e da democracia.

Capítulo 1

“EDITORES EM UMA ÉPOCA DESSAS?”⁷

1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS ANOS 70

A criação da editora L&PM, que seria responsável pela publicação de *Oitenta* ao final da década de 1970, foi profundamente influenciada e tributário dos processos econômicos e sociais, apesar da violenta repressão às manifestações de oposições com prisões e censura imposta pelo regime militar. Estes processos acabaram por desenvolver os meios para o aprofundamento de um pensamento crítico e as oportunidades para a circulação de debates através de empreendimentos culturais, em grande maioria impressos como jornais, livros e revistas, inclusive para a construção do projeto editorial da editora L&PM. As especificidades que distanciam o momento do golpe de 64 dos meados da década de 1970 são evidentes, os modos de vida e a cultura nas cidades modificou-se substancialmente, porém dois processos, dentre tantos, são de fundamental importância para compreender os fatores de motivação dos sujeitos por trás da criação da casa editorial e seu esforço de imprimir uma política cultural. O primeiro foi o desenvolvimento nos meios de produção cultural, disponibilizados através de uma estrutura de rede de distribuição e acesso a parques gráficos, impulsionado pela crescente urbanização e pela consolidação de um mercado consumidor de bens culturais, especialmente de público leitor. O segundo foi a crucial expansão do ensino superior, com a ampliação do acesso às universidades para os jovens, propiciando uma experiência transformadora no contato com os debates e a agitação política que dominavam esses ambientes.

Os primeiros anos do governo do general Emílio Médici são marcados pela exaltação dos sentimentos de patriotismo e de orgulho nacional, com a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República – AERP - desempenhando o papel central de ganhar o apoio popular e da opinião pública ao conduzir uma propaganda política diluidora dos conflitos sociais existentes na sociedade brasileira, e a construção da imagem de um presidente próximo do povo, afim de acomodar revoltas e questionamentos à ditadura, muito embora a repressão e violência dos órgãos estatais estivesse em seu período mais crítico para os oposicionistas ao regime militar (FICO, 1997). Além desses esforços políticos, o favorável cenário e os acontecimentos

⁷ Trata-se de uma frase que o editor Ivan Pinheiro Machado ouviu do antropólogo Darcy Ribeiro em uma conversa: “Mas você é editor, numa época dessas? É por isso que o mundo vai para frente, por causa da insciência da juventude!”. Freitas, Guilherme. ‘Terror Cultural’: perseguição a editores e livreiros na ditadura. IN: O GLOBO, Rio de Janeiro, 22/03/2014.

internacionais foram aproveitados oportunamente pelo governo militar, promovendo um sentimento de nacionalismo que foi profundamente influenciado pela vitória do selecionado brasileiro de futebol na Copa do Mundo de 1970 no México.

A popularidade do general-presidente foi decorrente da imagem que foi construída na sua figura de “homem do povo”, em uma pessoa simples, representante do ideário de povo brasileiro, imagem que refletia nas ovações recebidas no Maracanã ao acompanhar partidas de futebol com seu radinho de pilha no ouvido, e nas utilizações de slogans publicitários criados para congregar a população em torno de um ideal de nação, slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país” foram criados nesse período, aproveitando-se dos bons resultados no esporte e do bom desempenho da economia ao ressaltar o crescimento do país. Diante disso, a atuação da comunicação oficial da presidência e sua propaganda política tinha a difícil tarefa de construir uma identidade de nação baseada em valores simbólicos, não dando relevância para as convulsões sociais e políticas causadas pelas atitudes ditatoriais, de forma que Carlos Fico ao analisar a propaganda durante a ditadura afirma esse aspecto:

O regime militar brasileiro criou uma propaganda política singular, que, para alcançar grau ótimo de propagação, se travestia despolitizada, calcando-se em valores fundados, num imaginário forjado por vasto material histórico. O que se quer é revelar o que tais valores possuem de dissimulador de nossa realidade tão conflitiva e, nesse sentido, pouco solidária (FICO, 1997).

O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) usufruiu dessa popularidade diante da sociedade em momentos da mais acirrada repressão à oposição, e justamente, em períodos que alguns grupos de esquerda decidem pela luta armada, fazendo aumentar os episódios de violência, mortes e desaparecimentos dos indivíduos ligados à qualquer movimento de resistência. A imagem do governo militar se apoiou no chamado “milagre econômico” que foi fundamental para o estabelecimento de novas relações de indústria e mercado na realidade brasileira, o qual foi também estabilizador de tensões criadas pelo desarranjo social impactante, principalmente, nas classes médias e altas urbanas. O favorável cenário internacional que vigorava nos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 possibilitou que o regime militar lançasse mão de políticas econômicas agressivas, baseadas em investimentos estrangeiros e empréstimos de órgãos internacionais. Obras e projetos grandiosos e com grande repercussão nos veículos de comunicação aconteceram nesse período. Um exemplo foi a Ponte Rio-Niterói com seus 13 quilômetros de comprimento e que recebeu o nome em homenagem ao ditador predecessor “Presidente Cosa e Silva”. Outro exemplo é a Transamazônica, ambiciosa

rodovia construída entre o estado da Paraíba e o Amazonas, com a intenção de ser uma extensa via terrestre de ligação entre o Oceano Pacífico e o Atlântico, servindo também como projeto de ocupação das terras do norte brasileiro por operários e desenvolvimento de comércio e indústrias. Com inúmeras dificuldades durante sua construção, a obra nunca foi concluída.

O mundo ocidental e capitalista do início da década de 1970 conheceu taxas de crescimento e industrialização sem precedentes, carregadas pelos avanços tecnológicos que propiciaram a difusão de meios de comunicações de massa como o telefone e a televisão, e mesmo serviços e bens de consumo foram ampliados para uma grande parte da população, criando um mercado de massas, que em sua decorrência viu o aumento do número de automóveis e outros produtos sintéticos derivados da indústria petroquímica. No Brasil, essas condições foram aproveitadas pela política econômica do Ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, que em fins de 1969 estabeleceria a presença estatal em todos os âmbitos da economia, controlando as concessões de créditos, os índices de salários e criando um sistema de subsídios para áreas da indústria e agricultura.

Através do aumento de investimentos em setores ociosos da indústria brasileira, na tentativa de modernizar e expandir o mercado de trabalho, foi possível atingir taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que entre 1967 e 1973 foram de 10% ao ano, não sem antes recorrer a empréstimos externos, incorrendo assim no aumento gradativo das taxas de juros que resultariam em problemas futuros como os da dívida externa. Porém o bom desempenho da economia desse período, moldaria as transformações que a sociedade brasileira vivenciaria nos anos seguintes, tendo na expansão da indústria de construção e de bens de consumo duráveis seus exemplos mais significativos. O Sistema Financeiro de Habitação, que se utilizou de poupanças voluntárias e compulsórias, tais como o Fundo de Garantia do Trabalhador Social, foi criado com o intuito de facilitar o acesso ao crédito imobiliário e assim incentivar os investimentos em habitação e saneamento, principalmente dos grandes centros urbanos. E o crescimento do mercado consumidor resultando na modernização e expansão das indústrias de bens de consumo, como eletrodomésticos e automóveis, instituiu novas relações de mercado em termos de consumo e trocas simbólicas na produção cultural e o rápido crescimento de uma classe média urbana (LUNA, KLEIN, 2014).

Entretanto, as políticas econômicas permitiram facilidades e acesso aos seus frutos à somente uma diminuta parte da população, fazendo com que o abismo de desigualdades sociais fosse expandido nesse período, resultantes de uma enorme concentração de renda

nos centros urbanos e nas classes altas e elites gerenciais. Esse forte processo de industrialização acarretou o processo de urbanização mais acelerado já visto em países emergentes ou em desenvolvimento. A ampliação de mercados de trabalhos na indústria de construção e de bens de consumo impulsionaram o fenômeno de migrações regionais de áreas mais pobres e rurais para as cidades mais ricas, o quê desnudou problemas sociais de habitação desordenada e a constituição de regiões metropolitanas, em parte mitigados pelos programas de crédito para a habitação. Esse processo comprova-se no censo demográfico de 1970, estando evidente que, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a rural, apontando que dos 90 milhões de habitantes no país, 52% deles estavam residiam em centros urbanos. Números que contrastam com os dados de 1960, e índices que não parariam de crescer, chegando a somar 70% da população residindo em cidades no início da década de 1980.

Ao mesmo tempo, as políticas para educação instauradas pelo regime militar deram continuidade aos processos de crescimento desde o pós-guerra, instituindo investimentos em programas de ensino primário e secundário, fazendo o número de professores nessas áreas aumentar significativamente. Porém a maior atenção e preocupação na área de educação ficou voltada para o ensino superior e as pós-graduações. O segundo caso estabelece um projeto de incentivo a ciência e tecnologias nacionais, apresentados através do conhecido parecer de Newton Sucupira, de 1965, na época Ministro da Educação, no qual lançou as bases para a consolidação da pós-graduação no Brasil, o que foi levado adiante na década de 1970, como afirma o estudo de Francisco Luna e Herbert Klein:

Em 1974, o pequeno Conselho Nacional de Pesquisas foi expandido e adequadamente financiado, transformando-se no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, o governo militar, em nome de um programa nacionalista, passava a investir maciçamente em pesquisa avançada, na implantação da infraestrutura e na consolidação das indústrias básicas. (LUNA, KLEIN, 2014).

A expansão do ensino superior propiciou o acesso da experiência das universidades à uma geração de jovens, especialmente oriundos da classe média, e que formariam nas décadas seguintes o principal público fomentador de debates e novas ideias assim como aquele para o qual os mercados focariam suas atenções como público consumidor dos bens produzidos pela indústria cultural. A modernização nas universidades, como aponta Rodrigo Pato Sá Motta, revelam a intricada contradição do regime militar com as modernizações da sociedade, ao ponto que elas propiciavam um

terreno de abertura e liberdade de pensamento, ao mesmo tempo que cerceavam e reprimiam a atuação de intelectuais opositores à ditadura. A utilização da conceituação de modernização conservador é de fundamental importância ao compreender essa relação das decisões ditatoriais com o projeto de uma sociedade coerente com a moral do regime.

O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e “desvio”, aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais. (MOTTA, 2014)

Nesse sentido, o aporte financeiro e o projeto de expansão do ensino universitário contrastam com a violência política perpetrado nos centros universitário e aos movimentos estudantis, com recorrentes invasões à campus e prisões de estudantes, apoiados em legislações repressivas, sendo o Decreto-Lei nº 477 de 1968 o que expandiu o AI-5 para dentro das universidades, expressando as proibições de qualquer ação estudantil ou de professores que “organize movimentos subversivos, ou dele participe”, o que resultou em extenso número de expulsões e demissões sumárias enquanto vigorou.

A modernização conservadora expandida para as universidades representou as intenções do regime militar em apostar no desenvolvimento da ciência nacional, assim a reforma universitária visou conter as capacidades de organização dos estudantes, especialmente, tendo em vista as tradições de luta e contestação presente nos movimentos estudantis e suas organizações proibidas como UBES e UNES que participaram ativamente das manifestações e protestos dos anos de 1968 no Brasil (*A UNE somos nós/ A UNE é nossa voz*), incluindo aí o acontecimento do congresso clandestino dos estudantes em Ibiúna no estado de São Paulo em outubro de 1968, com a invasão da polícia e prisão de quase 700 estudantes, entre eles estava José Antonio Pinheiro Machado, que seria editor da *Oitenta* uma década depois. A reação a esses episódios se daria na forma do AI-5.

Assim como os parques industriais e os mercados de trabalho passaram pelas mudanças pretendidas pelo regime militar, da mesma forma a infraestrutura de telecomunicações teriam prioridade, em primeiro lugar para dar continuidade ao plano de integrar todos os territórios do país através da comunicação, e em segundo para dar continuidade aos projetos de propaganda política e comunicação oficial de forma a evitar questionamentos e obter legitimidade política reconhecida pelos bom momento vivido na

economia. Nesse período órgãos do governo tomaram a frente para interligar e instrumentalizar esses veículos de comunicação de massa, como o Ministério das Comunicações, a Embratel, sendo deste período o auge da Rede Globo de Televisão e as telenovelas que tanto influenciaram e impactaram a sociedade brasileira. Outro aspecto foi a institucionalização da produção de cultura com a criação de diversas instituições mediadoras e fomentadoras nos artistas brasileiros, de forma, que esses incentivos, juntamente com a censura, fossem desvincular a cinematografia daquelas visões afinadas com as posições políticas de esquerda e as utopias revolucionárias. Essas mudanças foram fundamentais para que se produzisse as condições de consolidação de uma indústria cultural para um amplo mercado consumidor, incluindo as culturas de massas, apesar da singularidade do corte de classes.

A indústria cultural apresenta o aspecto irrefutável da produção de bens culturais e simbólicos, como produtos que formam as interpretações dos indivíduos acerca de si mesmo e de sua sociedade, sendo regida totalmente pelas leis de mercado, de forma padronizada e inteligível a todos (ADORNO, 2002). Essa situação configura um dos aspectos cruciais da relação entre cultura e política e dos paradoxos do conservadorismo do regime militar. Ao mesmo tempo em que o Estado incentivava a solidificação dessa indústria com sua lógica empresarial, como as indústrias fonográficas, de espetáculos, publicidade e televisão, ele a cerceava em seu conteúdo com repressão e censura, tanto os de natureza política como aqueles que afrontassem os bons costumes e tradições. A expansão também atingiu a área editorial, onde houve uma efervescência de revistas voltadas à uma parcela de público específica, como as revistas para donas de casas, para jovens, ou com apelo masculino, que disputavam a atenção do público com jornais de oposição e os de imprensa alternativa, mas também favoreceu um florescimento da produção de livros, fazendo com que entre 1974 à 1980 as publicações fossem de 190 milhões de exemplares por ano à 245 milhões, o que em 1966 representava apenas 43 milhões de obras publicadas. (ORTIZ, 1988)

As transformações contínuas e estruturais pelas quais a sociedade brasileira passaria na entrada da década de 1970 desempenharam importante papel nos rumos e estratégias que editores, livreiros e intelectuais tomariam no mercado editorial e seu intenso trabalho de edição de resistência democrática e cultural ao regime ditatorial e repressivo que comandava o país desde 1964. Aspectos da emulsão cultural e social característicos das experiências da juventude desse período podem ser encontrados em relatos como o da escritora Maria Rita Kehl, revelando as mudanças comportamentais

influenciadas pelos movimentos de contracultura, a posição crítica em relação as posições tradicionais da família, a experiência universitária em meio à repressão, prisões e desaparecimento de estudantes e colegas, a juventude politizada em formação de novos ideais e novos debates, até mesmo as percepções de início de década sanguinária e careta, onde o povo parecia gostar da ditadura ao final de década de agitação social, manifestações e esperanças de abertura política (KEHL, 2015).

1.2 A PRODUÇÃO EDITORIAL DURANTE A DITADURA

Com uma indústria cultural se estruturando e se expandindo cada vez mais nas áreas de produção fonográfica, cinematográfica e editorial, as condições materiais para a publicação de impressos desenvolveram-se muito rapidamente, proporcionando acesso à maior qualidade de papel e de impressão, técnicas mais elaboradas de fotografias e montagens, e acessos a subsídios e empréstimos na aquisição de parque gráfico.

Mas a profissão de editor de livros não era uma atividade tranquila, especialmente para aqueles que se empenharam em transformar suas casas editoriais em verdadeiras instituições de oposição e resistência à ditadura, realizando uma edição política de obras e periódicos que enfrentassem as políticas arbitrárias e as transgressões praticadas contra indivíduos e grupos de posições políticas contrárias. Ainda mais, nos momentos dos anos de 1970 em que os instrumentos jurídicos e a própria configuração da indústria cultural, haviam cercado as cenas teatrais e cinematográficas, além de ter integrado muitos desses artistas atuantes, nos meios de comunicação de massa. Não denota que eles tenham cessado de expressar a oposição ao governo militar, mas que suas formas de atuação tenham sido reorientadas para outras estratégias, como críticas sobre as realidades sociais veladas presentes em novelas e filmes, e menos para discursos políticos abertos. A atuação da chamada resistência “democrática” passou a ocupar o campo do texto escrito, principalmente em jornais de imprensa alternativa e em publicações de revistas e charges que muitas vezes foram censuradas e alvos de inquéritos dos órgãos de censura federal. Perseguições e represálias presentes desde os primeiros anos de ditadura, sendo um dos maiores exemplos, o editor Énio Silveira, fundador da editora e diretor da *Revista Civilização Brasileira*, na qual se reuniam intelectuais e artistas de esquerda e organizavam a resistência política. A casa da editora, a Livraria Civilização Brasileira sofreu atentados com bombas no ano de 1968 e foi incendiada um pouco

depois por grupos terroristas de direita, além de Énio Silveira ter sido alvo de inúmeros inquéritos, prisões e censura por parte dos militares.

Desde o golpe de abril de 1964, os militares dedicaram boa parte dos seus esforços no controle da difusão de informações e cultura. A instituição da censura, que não era inédita para o período, foi extensamente empregada à imprensa e à editoras de livros, juntamente com prisões, inquéritos, apreensões e negação de crédito em bancos, com o claro objetivo de desorganizar intelectuais e artistas que produziam e encampavam a resistência à ditadura. A política de censura do regime militar dividia-se entre aquela de cunho moral e a política, de maneira que a preocupação não estava somente em impedir que ideais comunistas ou marxista fossem difundidos entre a população, mas também na ideia de que maneiras de pensar, se vestir, se relacionar e se comportar eram formas utilizadas para a subversão de uma sociedade. Muito embora, seja “possível distinguir uma dimensão moral e uma dimensão estritamente política” (FICO, 2002, p. 258), os militares implantaram um aparato jurídico para a censura, no Decreto-Lei 1.077/70 e na Portaria 11-B, evidenciando a visão e projeto de nação que não distingua a moralidade pública da sociedade da sua participação política, certamente anticomunista.

A perseguição à editores e livreiros atuou nessa estratégia autoritária, formando um corpo de especialistas na censura com o entendimento de vetar qualquer publicação contrária aos bons costumes, especialmente aquelas que versem sobre sexo (como está explícito na Portaria 11-B). Como demonstram os levantamentos realizados por Sandra Reimão de livros de não-ficção e os considerados eróticos/pornográficos vetados pela censura entre 1970 e 1978, apenas observados pelos seus títulos como *A universidade necessária* de Darcy Ribeiro, *Dicionário de Palavrões e termos afins*, de Mário Souto Maior, *A mulher na construção do mundo futuro* de Rose Marie Muraro, *Mulher livre* de Adelaide Carraro, denota-se que a abrangência da moralidade e bons costumes era bastante ampla, fazendo com que as dimensões morais e política (REIMÃO, 2014) se confundissem diante das peculiaridades em que se concentravam as preocupações do regime.

No ano de 1974, dois jovens estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machados, ambos com 22 anos, deram início à um projeto de publicação que viria a se transformar em uma editora. A primeira publicação foi lançada dentro da própria Faculdade de Arquitetura em um festival onde seriam vendidas mil cópias. Essa publicação era uma compilação de quadrinhos chamada *Rango*. Criado pelo cartunista Edgar Vasques, o personagem Rango, que dá nome aos

quadrinhos, representava um anti-herói, uma crítica ferrenha à desigualdade social presente no Brasil, com tons de ironia e humor ácido, revelava uma realidade desconcertante e que batia de frente com a propaganda oficial do regime militar: a miséria, a fome, o desemprego. Vasques publicava rotineiramente seus quadrinhos no jornal *Folha da Manhã* da Companhia Jornalística Caldas Júnior, considerado um dos jornais mais conservadores do estado do Rio Grande do Sul, dirigido por Breno Caldas, mas que nunca sofreu qualquer censura ou perseguição devido às publicações de Vasques. A coletânea editada por L&PM Editores tornou-se o livro mais vendido da Feira do Livro de Porto Alegre em outubro de 1974. A publicação atrairia a atenção das autoridades do regime, fazendo com que, ainda no mesmo ano, o editor Ivan Pinheiro Machado fosse chamado para prestar esclarecimentos no Departamento de Polícia Federal, onde foi interrogado por horas sobre as piadas ofensivas aos militares e símbolos nacionais que estampavam os quadrinhos, no entanto, a questão exposta pelo chefe da Polícia Federal era que, sendo uma revista, necessitava ter registro no Departamento de Censura. O livro contava com um prefácio do escritor gaúcho Érico Veríssimo, conseguido através da amizade próxima com Mário de Almeida Lima, pai de Paulo, no qual Ivan se baseou para argumentar que não se tratava de uma revista e sim de um livro, graças à primeira frase do prefácio que dizia: “Recomendo este livro com o maior entusiasmo...”.

A editora L&PM, a partir daí, adota a postura de contribuir com uma forma de “resistência democrática”, especialmente dentro dos círculos de estudantes nas universidades, que buscavam novas formas de contestações e organização. Essa postura é fruto da formação política que tiveram seus fundadores, em especial, Ivan Pinheiro Machado, sendo filho do advogado e deputado estadual pelo PCB, Antonio Pinheiro Machado Netto, sua família foi obrigada ao exílio ainda na década de 60 devido a cassação de seu pai. As publicações seguiram então a linha de publicação de autores contestadores do regime, transgressores da moral conservadora imposta nesse projeto de sociedade. Os livros que se seguiram tinham em comum a oposição aos militares e a defesa de liberdades, como o livro *Opinião x Censura: a luta de um jornal por liberdade* (1979) de José Antônio Pinheiro Machado, ou *113 dias de angustia: impedimento e morte de um presidente* (1979) de Carlos Chagas.

Em 1977, os editores Ivan Pinheiro Machado e Paulo de Almeida Lima encontraram-se com o historiador Hélio Silva, autor bastante publicado pela editora Civilização Brasileira, e este lhes apresentou um projeto de publicação que havia sido recusado nos principais polos editoriais do país. Este material consistia na documentação

legada para o historiador pelo General Olympio Mourão Filho, falecido em 1972 e um dos artífices do golpe de 1964 contra o presidente João Goulart, com os originais de suas memórias e visões do alto escalão dos militares. Ao serem apresentados à ideia, Lima e Pinheiro Machado relutaram em publicaram um apoio ou elogio ao regime militar, por se recusarem a publicarem qualquer coisa de direita, porém, Hélio Silva logo esclareceu o impacto que a publicação do livro poderia causar ao governo.

As memórias de Olympio Mourão Filho revelavam sua amargura e sensação de injustiça ao ser preterido, primeiro, por Castelo Branco, depois por Costa e Silva, como Presidente da República após a movimentação de tropas que o próprio Mourão Filho comandou de Juiz de Fora em direção ao estado da Guanabara em 31 de março de 1964. Por estes fatos, suas memórias traziam interpretações e informações inéditas sobre o momento político de 1964, além de tecer ferrenhas críticas às grandes personalidades do Exército, incluindo os generais presidentes. As críticas aproximavam-se das ofensas, motivo pelo qual os editores decidiram manter quase a totalidade do texto inalterado.

Hélio Silva organizou e apresentou o livro intitulado “Memórias: a verdade de um revolucionário”, que foi impresso no ano seguinte, mas não chegou a ser vendido. O Departamento de Polícia Federal deflagrou uma operação que apreendeu o livro ainda na gráfica, dando voz de prisão aos editores Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado pela publicação de impressos subversivos e contrários à lei de segurança nacional. Os editores conseguiram fugir com a ajuda de um carro de reportagem que estava no local, e estamparam a capa do *Cojornal* na matéria que relatava o arbítrio do regime militar. O livro só seria liberado após uma longa briga judicial que duraria um ano. Este é um dos últimos livros a ser apreendido por motivos políticos no Brasil (MAUÉS, 2013).

Capítulo 2

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDITORIAL

2.1 AS TRAJETÓRIAS DOS EDITORES

A iniciativa da revista *Oitenta* surge como um suplemento cultural voltado a transformação política e social da sociedade brasileira do fim dos anos 1970, sendo a sua própria proposta fruto da linha editorial mantida desde a criação da editora, com publicações contestatórias e críticas às práticas do regime militar e de seus apoiadores. No entanto, a revista *Oitenta* tem suas condições de publicação possíveis muito devido às redes de sociabilidades criadas entre seus editores e os colaboradores, construindo um espaço de organização de intelectuais e de solidariedade na manutenção de esforços coletivos envidados em prol de novas relações políticas na sociedade, especialmente democráticas. As sociabilidades que se criaram dessa forma possibilitaram a circulação de ideias para a escolha da composição dos textos que formam cada volume da revista, deixando-se entrever os diálogos intelectuais e o alinhamento de determinadas visões políticas compartilhadas.

As redes intelectuais que se estabeleciam estavam fortemente atreladas as trajetórias de formação política e intelectual que os editores envolvidos na publicação da revista *Oitenta* percorreram. Os editores que atuaram integralmente nas decisões da revista foram os fundadores e diretores da editora L&PM, Paulo Almeida Lima e Ivan Gomes Pinheiro Machado, o designer gráfico Jorge Polydoro; e os editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado, José Onofre, e no volume final, Eduardo Bueno. Pode-se constatar que os seis editores tiveram acesso ao ensino superior e tinham circulação dentro de uma assim chamada “elite cultural”. A formação universitária, em especial a vivência na Faculdade de Arquitetura da UFRGS no inicio dos anos 1970, para Ivan Pinheiro Machado, Paulo de Almeida Lima e Jorge Polydoro seria fundamental na consolidação de posições políticas e do engajamento contra os arbítrios da repressão dos militares, e também a participação em jornais da grande imprensa, como Zero Hora, Correio do Povo e Folha da Manhã, assim como da imprensa alternativa, como Pato Macho, Coojornal e O Pasquim, seria importante na criação das sociabilidades com escritores, jornalistas e políticos que atuavam na oposição ao regime.

O idealizador da revista *Oitenta*, José Antonio Pinheiro Machado, nascido em 1949, e seu irmão, fundador da editora L&PM, Ivan Pinheiro Machado, nascido em 1951, tiveram contato com uma longa tradição de instrução política advinda por parte de sua

família, sendo sobrinhos bisnetos do senador republicano José Gomes Pinheiro Machado⁸. No entanto, a parcela de maior relevância na instrução política de ambos se deve à atuação de seu pai, o advogado Antonio Ribas Pinheiro Machado Neto.

Filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Pinheiro Machado Neto foi eleito em 1947, juntamente com outros dois políticos comunistas, Dionélio Machado e Júlio Teixeira, deputado estadual para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, após o longo período em que o Estado Novo (1937 – 1946) impôs o fechamento dos órgãos legislativos estaduais e dos partidos políticos. Em tempos de retomada do processo democrático, os deputados iniciaram os trabalhos de promulgação de uma nova Constituição Estadual. Logo, Pinheiro Machado Neto assumiu o posto de 3º secretário da Comissão Constituinte, no auge das discussões para a inclusão do regime parlamentarista no Estado que, vitorioso em votação, foi retirado do texto por ter sido considerado contrário à Constituição Federal pelo Supremo Tribunal Federal (HEINZ, 2005, p. 18).

Da sua atuação política durante o conturbado processo, podemos ressaltar a defesa de algumas posições políticas por parte de Antonio Pinheiro Machado Neto e os demais deputados do PCB, em especial, da mudança social através do caminho institucional democrático, elegendo representantes com consciência de classe e comprometidos com os interesses do povo, e da mesma forma, a defesa de uma liberdade de expressão para a propagação da conscientização e do ideal comunista, consequentemente atacando as censuras do governo, como nos aponta Mauro Gaglietti (2007, p. 185):

Nota-se, nos debates que ocorrem durante os trabalhos da Constituinte no Rio Grande do Sul, que Dyonélio Machado, Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto e Júlio Teixeira – integrantes da bancada comunista – possuem uma visão de democracia que ultrapassa a ideia da mera realização de eleições periódicas. De acordo com esses parlamentares, uma democracia deve ser dimensionada pelo grau de liberdade que a sociedade usufrui e dispõe para manifestar-se e organizar-se, sem ter de enfrentar quaisquer restrições. A liberdade de imprensa e a garantia do direito de reunião são condições imprescindíveis para que a democracia política se configure plenamente.

A posição dos deputados comunistas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, portanto, se colocava a favor de uma democracia pluripartidária, promotora de liberdades de pensamento, ainda que algumas contradições estejam presentes na relação

⁸ José Gomes Pinheiro Machado (1851 – 1915) nascido em Cruz Alta - RS, participou da campanha militar da Guerra do Paraguai entre 1865 e 1868, formou-se em Direito em São Paulo e aderiu à defesa do republicanismo. Já na república, foi eleito senador pelo estado do Rio Grande do Sul em 1890, mas logo retornou à atividade militar lutando ao lado de Júlio de Castilhos durante a Revolta Federalista (1892-1895). Após a luta armada, ocupou por 24 anos o assento de senador, tornando-se vice-presidente do Senado, concentrando muita influência e poder ao chefiar a Comissão de Verificação de Poderes, responsável pelos resultados das eleições. Foi assassinado em 1915.

entre indivíduos e a coletividade (partido). Dessa forma, em 1947, o PCB foi acusado de ter um programa que era contrário aos princípios democráticos, consequência dos embates ideológicos entre Estados Unidos e União Soviética, e do alinhamento do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) às diretrizes norte-americanas de combate ao comunismo. As acusações culminaram na decisão do Tribunal Superior de cassar o registro do partido, porém, os efeitos desse alinhamento vieram alguns meses depois:

O Partido Comunista Brasileiro acabou por ter seu registro cassado em maio de 1947, tendo os deputados permanecido atuantes no plenário até a cassação de seus mandatos. Em outubro, o Senado Federal aprovou o projeto que mandava cassar os mandatos parlamentares dos comunistas (HEINZ, 2005, p. 25)

Em janeiro de 1948, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, enfrentou mais uma vez uma acirrada rodada de debates ao votar o cumprimento da Lei nº 211 de 1948, que exigia a extinção dos mandatos de membros do Legislativo pertencentes a partidos cujos registro tivessem sido cassados. Os debates envolveram argumentos de que se deveria respeitar a democracia e a vontade do povo que havia escolhido seus representantes, que o cumprimento da lei configurava uma interferência federal na autonomia do legislativo estadual e outros que diziam que a lei era totalmente constitucional, porém ao fim, foi dado cumprimento a resolução da lei, e declarados extintos os mandatos dos deputados Antonio Ribas Pinheiro Machado Neto, Dionélio Machado, Júlio Teixeira e de todos os seus suplentes.

Após a cassação dos deputados comunistas, seguiu-se um processo de violência policial e perseguição à políticos e “agitadores” que defendiam suas causas em manifestações e comícios, culminando na prisão de inúmeros membros do partido, inclusive suplentes de deputados e vereadores do PCB, e o fechamento do jornal Tribuna Gaúcha, veículo de divulgação dos comunistas gaúchos. Instaurada a repressão a qualquer identificação com ideais comunistas, Pinheiro Machado Neto não retornaria a vida política como representante eleito, mas manteria sua atividade profissional na advocacia coerente com suas crenças, ainda assim sofreria as consequências de sua inclinação política, tendo sua casa revistada por policiais e morado alguns anos fora do país durante as seguintes décadas.

José Antonio e Ivan Pinheiro Machado tiveram contato desde cedo aos ideais políticos de esquerda e influenciados ao gosto pela leitura tendo acesso a vários livros de pensadores ligados as correntes de pensamento humanista e sobre socialismo e

comunismo, além de experienciarem as violências das autoridades contra os partidários dessas tendências. A influência política de seu pai contribuiu profundamente na trajetória de formação que os dois editores percorreriam, enfrentando a censura e repressão do regime militar de 1964, e defendendo o retorno da democracia com a revista *Oitenta*.

José Antonio Pinheiro Machado ao concluir seus estudos básicos, foi admitido na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual reverberava no final dos anos 1960 as vozes de acalorados debates políticos, ideológicos e culturais, sendo frequentada por muitos estudantes que viriam a se tornar importantes figuras da cena cultural e política dos intelectuais gaúchos. Como aluno da Faculdade de Arquitetura, José Antonio começou a exercer seus interesses jornalísticos e fundou a revista *Grilus*, na qual circulavam textos e entrevistas de interesse dos alunos da faculdade, ao mesmo tempo que era contratado pelo jornal *Folha da Tarde* da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Nesse período, José Antonio mantinha vínculos com o Partido Comunista, aliando suas atividades políticas com a atuação na Faculdade Arquitetura, onde foi eleito presidente do Diretório Acadêmico. Foi nesse período que participou do 30º Congresso da UNE, que foi realizado clandestinamente na cidade de Ibiúna, interior paulista, que tinha o objetivo de eleger a presidência do movimento estudantil que determinaria as ações de resistência à ditadura. O congresso foi interrompido por uma operação policial, na qual foram presos cerca de 700 estudantes, entre eles José Antonio Pinheiro Machado, permanecendo algumas semanas sob custódia policial.

Atuando como redator e repórter nos jornais *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*, ambos da Companhia Jornalística Caldas Júnior, foi que José Antonio teve sua carreira jornalística impulsionada, e representou um marco importante em sua vida quando foi enviado como correspondente no exterior, vivendo em Roma e Paris por alguns anos. A decisão de um autoexílio foi tomada para arrefecer os ânimos dos agentes de repressão que mantinham vigilância sobre ele após sua prisão. Sua passagem por estes jornais da grande mídia, que pertenciam ao empresário Breno Caldas, um apoiador do regime, mas que permitia uma pluralidade de opiniões em seus jornais, raramente sendo atingido pelos agentes de censura, onde foram publicados os quadrinhos de Edgar Vasques, *Rango*, proporcionou um aprofundamento da visão da atuação da imprensa para a sociedade e a liberdade de imprensa para José Antonio Pinheiro Machado. Essa importância seria destacada na compreensão que José Antonio buscou realizar sobre a figura de Breno Caldas, que manteve a iniciativa jornalística em diversos veículos (Correio do Povo,

Folha da Manhã, Folha da Tarde, TV Guaíba), produzindo o livro-entrevista *Breno Caldas: Meio Século de Correio do Povo* em 1987, publicado pela L&PM, após a falência e venda da Companhia Jornalística Caldas Junior. José Antonio destacaria sua visão sobre Breno Caldas:

Era um homem conservador, mas, como lhe confidenciara um general, “não inteiramente confiável”. Sua falência foi um filme repetido nos tempos do “milagre brasileiro” com tantos outros empresários: depois de ter sido induzido a captar financiamentos em dólar através da famigerada “Resolução 63”, Breno Caldas enfrentou duas maxi-desvalorizações da moeda que multiplicaram sua dívida. (PINHEIRO MACHADO, 2015)⁹

O Correio do Povo deixou público seu apoio ao golpe militar de 1964, considerado como o símbolo de “fim de um pesadelo” e o retorno “da ordem constitucional”, assumindo o lado dos militares. No entanto, com o recrudescimento da ditadura, a Companhia Jornalística diversifica seus veículos e, com um movimento que se apresentou muito comum na grande mídia durante os anos de ditadura, cedeu espaços à jornalistas, colunistas e cartunistas que tinham ligações com a esquerda brasileira. A *Folha da Manhã*, criada em 1969, representou a maior circulação desses atores de esquerda, mesmo com as pressões e as ações de censores que proibiam e apreendiam matérias muito críticas as transgressões do regime, Breno Caldas afirmava que “o importante é mantê-los em minoria” (1987). Assim, a Companhia Jornalística Caldas Júnior apresentava esse caráter profundamente de viés conservador, mas ao mesmo tempo, permitiu que jornalistas de esquerda trabalhassem, defendendo uma certa liberdade de imprensa, sendo o jornal *Folha da Manhã*, “um dos poucos periódicos brasileiros que exerciam a crítica durante a ditadura, mesmo que contra a vontade de Breno Caldas, que o manteve em circulação por 11 anos” (STRELOW, 2010, p. 11).

A circulação de jornalistas e intelectuais de esquerda presentes nas redações dos jornais em que José Antonio Pinheiro Machado atuou permitiram a formação de uma rede de contatos da qual originaram iniciativas da imprensa alternativa e independente. José Antonio participou ativamente da criação e colaboração em muitos desses impressos, como *Pato Macho*, *Opinião* e *Coojornal*.

O jornal *Pato Macho* foi criado em Porto Alegre em 1971 com a declarada inspiração em outro periódico alternativo nacional, *O Pasquim*, que, da mesma maneira, apresentou um espaço jornalístico repleto de sátiras e humor, com críticas sociais e

⁹ PINHEIRO MACHADO, José Antonio. Nos 120 anos do Correio do Povo, a segunda morte de Breno Caldas. Jornal JÁ, Porto Alegre, 02/10/2015. <http://www.jornalja.com.br/nos-120-anos-do-correio-do-povo-o-esquecimento-de-breno-caldas/> Acesso em: 05/03/2018.

incômodos ao regime militar. A iniciativa de sua criação partiu de um grupo de jornalistas e intelectuais que atuavam na grande imprensa rio-grandense como no *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha da Tarde* (STRELOW, 2010), que na época ainda eram desconhecidos, mas que alcançariam renome por seus feitos, entre eles figuravam Cláudio Ferlauto, Carlos Nobre, Assis Hoffmann. O jornal, tendo como editor-chefe Luis Fernando Veríssimo, função que seria assumida depois por José Antonio Pinheiro Machado, por ter sua circulação restrita à cidade de Porto Alegre, atacaria ferozmente os hábitos e costumes da sociedade gaúcha, mirando o “provincianismo” e seus representantes, escondidos sob apelidos e referências. Em seus quinze números circularam matérias irreverentes sobre temas inesperados, como prostituição e banheiros públicos, no entanto, as seções que falavam diretamente dessas personalidades provocaram tamanhos incômodos que o jornal teve a censura prévia instaurada, conforme aponta Rosa:

A censura que atingiu o Pato foi acionada por Aline Faraco, que era esposa do então reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conhecido como ‘doutor Faraco’, que, por sua vez, era o médico-cardiologista do general-presidente Emílio Garrastazu Médici. Sentindo-se ofendida pelo jornal e utilizando-se do prestígio que gozava junto ao regime militar, não teve dificuldades em conseguir colocar o jornal na mira da censura prévia. (ROSA, 2005, p.8)

A ideia da publicação provocativa e instigadora de mudanças no pensamento da sociedade, livre das amarras corporativas e políticas da grande mídia, manteve-se entre a rede de jornalistas, escritores e intelectuais, que de alguma maneira ou outra colaboraram com o *Pato Macho*, apesar de o baixo número de vendas e a recusa dos anunciantes decretarem o fim do empreendimento.

Fruto desse mesmo ideal, o *Coojornal* foi lançado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre em 1975, buscando publicar o que a grande imprensa evitava, debatendo política e economia de maneira crítica ao regime militar. Nele participaram uma extensa lista de jornalistas atuantes na grande mídia, redatores, repórteres, columnistas, editores dos jornais de maior circulação no Rio Grande do Sul. Os editores José Onofre, Jorge Polydoro e Ivan Pinheiro Machado atuaram intensamente na sua produção.

Ivan Pinheiro Machado também ingressou na Faculdade de Arquitetura no fim da década de 1960, e lá formou um circuito de contatos que fariam parte da gênese tanto da editora L&PM, quanto da iniciativa da revista *Oitenta*. No mesmo período, estudavam na mesma faculdade Edgar Vasques, Paulo de Almeida Lima e Jorge Polydoro.

Nesse sentido, a Faculdade de Arquitetura da UFRGS representou um polo de efervescência cultural, que atraiu e aglutinou muitos jovens de Porto Alegre em busca de

experiências artísticas e políticas. O curso de arquitetura refletia muito prestígio durante a década de 1960 devido à exaltação que ainda repercutia da obra de construção da cidade de Brasília pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A criação desta faculdade foi consequência da separação do Instituto de Belas Artes da mesma universidade. Ela foi palco de intenso cerco pelas autoridades policiais durante todo o período da ditadura civil-militar, o que levou a vigilância e atos de ingerência nos seus quadros de funcionários e alunos, como demonstram estudos direcionados ao período da ditadura na UFRGS:

Efetivamente, a polarização em torno da discussão da Reforma Universitária e de um de seus episódios mais marcantes, a “Greve do 1/3”, ocorrida em 1962, que reivindicava a representação paritária de professores, alunos e funcionários nos órgãos da Universidade, foi um fator decisivo na determinação dos processos desencadeados dentro dela depois de abril de 1964. Não é por nada que o maior número de professores afastados da UFRGS após o movimento militar pertencia à Faculdade de Arquitetura, onde a discussão da reforma tinha sido mais intensa. Também nessa Faculdade, um grande número de alunos respondeu a inquérito, não só na Universidade como em órgãos de segurança (HOLZMANN *et al.*, 2008, pp. 27, 28)

O meio acadêmico da UFRGS foi alvo, já em 1964, de uma comissão especial de investigação sumária, instaurada no âmbito da “Operação Limpeza” da administração pública federal, com o objetivo de evidenciar servidores que tivessem afinidades com correntes de pensamentos marxistas ou vinculações partidárias comunistas. O *Coojornal* publicou, em 1977, um panorama dos cassados e afastados pela operação dos militares desde 1964, no qual demonstravam que chegavam à 4.682 pessoas, sendo que 2.700 desses aconteceram apenas em 1964, reportagem pela qual o *Coojornal* e seus autores foram duramente perseguidos, com censura e prisão. Os docentes seriam convocados a prestar depoimentos à comissão, sendo muitas vezes demitidos. No ano de 1964, dezoito professores foram afastados de suas atividades, e como evidenciado, predominavam àqueles ligados à Faculdade de Arquitetura. Na mesma esteira do primeiro expurgo na UFRGS, em 1969 os militares retomariam a repressão às universidades, influindo no recrudescimento do autoritarismo e transgressão de direitos como reação desproporcional às agitações estudantis e artísticas que tomaram o ano de 1968. O decreto-lei 477 entrou em vigor em fevereiro de 1969, e foi um claro movimento de expandir o AI-5 para dentro das universidades, atacando diretamente as organizações estudantis e os intelectuais em seu entorno, prevendo a expulsão de alunos e demissão de professores que participasse ou organizasse movimentos de subversão ou “atos contrários à moral e à ordem pública”. Em agosto de 1969, uma lista no *Diário Oficial da União* informava do afastamento de

quatorze professores da UFRGS, sendo em sua maioria ligados às faculdades de Arquitetura e Filosofia.

Seguiram-se protestos dos demais professores, que encaminharam documento ao reitor da universidade, Eduardo Faraco, criticando o arbítrio dos militares e a inércia deste em não se posicionar, ao mesmo tempo que exigiam a imediata recondução aos cargos dos afastados ou a renúncia do reitor. As pressões dos militares foram imensas durante esse período, com ameaças e cercos aos locais da universidade, resultando em novas demissões, dessa vez, voltadas àqueles que mantiveram suas posições contrárias aos expurgos. A preocupação dos militares com os estudantes e os ambientes de ensino superior era recorrente, muito devido aos rumos, fora de controles, que essas manifestações poderiam tomar para a imagem do regime, no entanto, o impacto das ingerências dos militares na Universidade foram profundos, principalmente nas faculdades que tiveram seu quadro de professores completamente desmontado, como demonstra Rodrigo Patto Sá Motta:

Incomodava o tom desafiador do protesto e preocupava a greve dos estudantes, e, embora houvesse instrumentos para punir a todos, o governo tentou negociar para reduzir o escopo da repressão. Segundo informação do Centro de Informações do Exército, os militares da área atuaram para evitar a disseminação dos protestos para outras faculdades, de modo que o movimento teria ficado circunscrito às faculdades de Arquitetura e de Filosofia. [...] Curiosamente, parece que nenhum dos estudantes foi punido com o 477, o que talvez se explique pelo fato de muitos deles terem abandonado a universidade, desanimados, diante da destruição do corpo docente de alguns cursos, principalmente os de filosofia e arquitetura. (MOTTA, 2014, p. 110)

A universidade foi o ponto de inflexão na atuação política para muitos dos intelectuais que editaram, publicaram ou contribuíram na criação da revista *Oitenta*, e a Faculdade de Arquitetura da UFRGS ocupa local especialmente relevante por ter sido nela que se deu o início da editora L&PM, de Ivan Pinheiro Machado e Paulo Almeida Lima, com o lançamento dos quadrinhos *Rango*, do cartunista Edgar Vasques, na qual todos eram ou já tinham sido alunos.

2.2 UMA REVISTA EM FORMATO DE LIVRO

A imprensa é uma parte indispensável para a pesquisa da História do Brasil, e especialmente tomada como fonte no último quarto do século XX, atraindo a curiosidade de pesquisadores de variadas áreas do conhecimento, dada a grande presença dos meios de comunicação nas relações políticas, ofertou um caminho para que historiadores fossem buscar nos meios impressos as pistas para a compreensão da visão de grupos sobre

acontecimentos e da configuração de estruturas sociais, culturais e políticas no interior da sociedade. No entanto, o que se convencionou a entender comumente como imprensa traz consigo um fator peculiar: as muitas categorias de impressos que são produzidos no seu âmbito, confundindo-se entre jornais e revistas. O quê nos leva a necessidade de examinar a conceituação de *Oitenta* como revista, levando-se em conta que em nenhuma de suas capas há a denominação como “revista”, nem mesmo em suas pequenas apresentações em notas e orelhas de livro, os editores identificam-na como revista, referindo-se apenas como, por exemplo, “o primeiro número de *Oitenta*” ou “os assuntos de *Oitenta* nº 3”. As definições do que é reconhecido como um jornal ou uma revista são insuficientes ou imprecisas, correndo o risco de serem arbitrárias, sendo definidas, na história da imprensa, como periódicos, muito devido pelo intervalo de tempo entre um número e outro, sendo, costumeiramente, menor para os jornais e maior para as revistas. O jornal, na sua concepção como um veículo da imprensa, tem o caráter de narrar os acontecimentos mais imediatos, são, com raras exceções, sustentados por estruturas bem organizadas e complexas, com certa estabilidade financeira e política. Embora os jornais tenham criado e publicado suplementos culturais para acompanhar e cobrir as áreas literárias, concedendo terreno para que “homens de letras”, do século XIX e início do XX, pudessem exprimir seus pensamentos e críticas, muitos escritores tornavam-se jornalistas e vice-versa, e assim definindo os cânones literários, relegando-os ao renome ou ao esquecimento.

As revistas, que acompanharam o desenvolvimento e partilharam os percalços com os empreendimentos jornalísticos, caracterizam-se por serem menos imediatas, menos atadas ao presente, construindo uma análise mais detida e crítica. As revistas brasileiras do século XIX buscaram a diversificação de temas para atrair o maior número possível do escasso público leitor, direcionando-se para temas de alta cultura, de interesses para uma certa elite cultural, perambulando pela literatura, ilustração, fotografia e textos ensaísticos. O início do século XX tem nas revistas o baluarte da disputa de ideais estéticos, artísticos, mas que também carregavam a impressão de suas inclinações políticas, que podem ter a sua presença identificada nos grandes debates travados por artistas e intelectuais na divulgação de projetos de modernidade estampados nas páginas de *Klaxon*, *Revista de Antropofagia*, *Festa*, *Lanterna Verde*. No que o século avança, e as condições materiais e relações culturais são alteradas pelos modos de vida capitalista, as revistas tomam outros ares e formas.

Com a modernização dos meios da imprensa, especialmente no Brasil dos anos 1970, as revistas diversificam-se em conteúdo e forma, formando outros modelos de publicação, sendo as revistas semanais de variedades, ou curiosidades, as que definiram no vocabulário cotidiano atual o imaginário do que é uma revista. Essas revistas eram marcadas pela apresentação de temas cotidianos para determinados tipos de públicos, atraindo leitores pelas curiosidades, relatos de acontecimentos, repletas de imagens e cores, aproveitando os recursos visuais com fotografias e montagens. As revistas de consumo foram largamente influenciadas por publicações norte-americanas, contribuindo para a disseminação do modo de vida capitalista da classe média, aproveitando os benefícios de bens de consumo duráveis, eletrodomésticos e automóveis. A Editora Abril firmaria sua liderança nesse cenário, editando revistas como *Caras*, *Quatro Rodas*, *Claudia*, *Placar*, todas voltadas à públicos específicos de leitores que começavam a surgir e consolidar-se no país, demonstrando a sua importância no mercado editorial como a detentora do maior parque editorial da América Latina em 1980. Ainda que a leitura agradável das revistas de consumo tivesse maior apelo, os anos 60 e 70 conheceram diversos empreendimentos voltados à crítica e debate da conjuntura política e cultural brasileira. Entre revistas e jornais, as publicações de resistência e oposição, mas não somente, destacaram-se pela proposta de intervir diretamente na realidade autoritária em que se encontrava o Brasil. Nesse sentido, a formação de uma imprensa, denominada alternativa, organizou os agentes desses projetos de mudança (BARBOSA, 2007).

O jornalista Bernardo Kucinski no livro *Jornalistas e revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa*, aproveitando sua própria vivência como jornalista, aborda o panorama dos periódicos publicados pela imprensa alternativa nos anos de ditadura civil-militar, demonstrando a tônica dos debates do momento e o esforço dos jornalistas e intelectuais envolvidos nessas produções em apresentar outras ideias e contrastes com o discurso do regime. Com o peso de ter sido protagonista dessa imprensa, como fundador de *Movimento* (1975), Kucinski revela a constante vigilância, perseguição e censura com que os periódicos alternativos tinham que saber lidar para sobreviver, tanto aqueles de caráter político quanto os culturais. Dessa forma, o autor faz a defesa da contraparte ao discurso oficial, dado que muitos dos veículos de mídia da grande imprensa colaboravam com o regime militar, apontando que parte dos jornalistas aceitavam a responsabilidade de serem alternativos, como a “única saída para uma situação difícil, e, finalmente, o do desejo das gerações de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 2001, p.5). Essa perspectiva ditou a organização das

forças de oposição que viram nos impressos um instrumento mais eficiente que as armas, desafiando o espaço reservado à grande imprensa, que quase em sua totalidade deu apoio ao golpe militar de 1964. De acordo com Kucinski, havia uma linha em comum entre os diversos periódicos:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos [...]. (KUCINSKI, 2001, p.6)

As características da atuação da imprensa no momento histórico de acirrada disputa política no Brasil durante os anos de regime militar, deixa ainda mais imbricada a categorização entre jornais e revistas. Os dois tipos de impressos tinham a proposta de intervir na realidade presente, através de humor, sátiras, ensaios, editoriais, opiniões, críticas e imagens. E, evidenciando o circuito de resistência, os intelectuais que participaram da criação ou colaboravam com seus textos, circulavam entre as duas formas de publicação, da mesma maneira, que também eram publicados em outros livros, incluindo alguns que a própria editora L&PM editou nos anos 1970.

A pesquisadora Maria Lucia Barros de Camargo, em artigo que tem como seu objeto principal o estudo das revistas literárias, questiona quais os critérios para distinguir os jornais das revistas, se seria o jornal aquele que “apresenta, relata, noticia o mais imediato e efêmero, o dia-a-dia, enquanto a revista seria o periódico que examina, analisa, opina sobre os temas que trata?” (CAMARGO, 2003, p.27), ou se seriam ainda os intervalos de publicação, a periodicidade curta dos jornais contra a mais longa das revistas? Tratando da multiplicidade de periódicos publicados durante o regime militar, os critérios estão longe de satisfazer a questão, nem mesmo as autodenominações em editoriais e artigos de fundo, como “jornal” ou “revista” são suficientes.

No entanto, a autora nos oferece uma ótica de análise que se mostra compatível com a especificidade de *Oitenta*. Apoiando-se nos estudos literários conduzidos por Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano, Maria Lucia Barros de Camargo identifica na maneira que a crítica se desenvolve, se “jornalística” ou “especializada”, o ponto chave de diferenciação entre os impressos: o primeiro como “discurso artístico”, ligado as atividades profissionais dos jornais; o segundo como construção de um “discurso científico”, transformado em saber objetivo, como atividade intelectual, remetendo à

universidade como instituição legitimada para formação do conhecimento. As revistas “acadêmicas” ou de caráter universitário, que consequentemente dão suporte à crítica intelectual, tornam as próprias definições entre livros e revistas borradas, de forma que estes impressos tendem a se parecer e compartilhar o mesmo circuito. Ainda que detenham suas características próprias, sendo o projeto e o alcance da obra os detalhes que podem separá-los, o livro é um suporte que alcança gerações e pode demonstrar o seu efeito em longo termo, enquanto que a revistas voltam para a intervenção no seu presente, ansiando por transformações em curto período de tempo, fator decisivo da motivação de um grupo em publicar uma revista, como afirmam Sarlo e Altamirano:

Toda revista incluye certa clase de escritos (declaraciones, manifiestos, etc.) en torno a cuyas ideas busca crear vínculos y solidariedades estables, definiendo en el interior del campo intelectual um “nosotros” y um “ellos” [...]. Ético o estético, teórico o político, el círculo que una revista traza para señalar el lugar que ocupa o aspira ocupar marca también la toma de distancia [...] respecto de otras posiciones incluída en el territorio literário [...] Otro rasgo, que puede tomar a veces la forma de libro pero parece inherente a la forma revista, es que ésta habitualmente traduce uma estratégia de grupo. (SARLO, ALTAMIRANO, *apud* CAMARGO, 2003, p 29)¹⁰

Dadas as condições, a revista *Oitenta*, por mais que dialogue e compartilhe os mesmos círculos com a imprensa, não pode ser enquadrada como tal. As características de sua criação, editada como livro e montada em uma pauta definida por seu conselho editorial, molda-se como revistas de cunho crítico e acadêmico, nasce inspirada na *Revista Civilização Brasileira*, na sua proposta de ser um espaço para o “fortalecimento de uma oposição ao regime instituído pelo golpe, tomando como base o diálogo e o debate em torno dos seus respectivos projetos políticos e culturais” (CZAJKA, 2005, p. 10), e que se transformou em um baluarte para os militantes de esquerdas desagregados pelo golpe de 1964. *Oitenta* tem o mesmo formato da *Revista Civilização Brasileira*, apesar de inserir-se em outro momento histórico, é inegável a sua proposta em oferecer interpretações e uma visão de mundo na qual os grupos opositores ao regime pudessem se apoiar na sua expectativa de ocupar o protagonismo quando do retorno da democracia.

É este o sentido que compartilhamos e adotamos quando conceituamos *Oitenta* como revista, uma publicação de crítica especializada, com a colaboração de muitos pensadores ligados aos meios universitários, e com temáticas densas voltadas à um público que se poderia considerar, uma parte da “elite cultural” do país.

¹⁰ Citado em espanhol como nas páginas 185 e 186 do original.

No primeiro dia do ano de 1979, entrava em vigor a emenda constitucional número 11 que revogava os instrumentos de exceção, ainda que mantendo os efeitos dos atos praticados com base neles, assim deixavam de ter efeito os atos institucionais editados pelo regime militar. A promulgação dessa emenda foi um grande passo em direção ao lento e ainda distante processo de redemocratização do país, reinstituindo a efetiva aplicação de instrumentos jurídicos previstos em lei, à exemplo do *habeas corpus*, e proporcionando uma reorganização no sistema político.

Os editores da L&PM, na esteira dos inúmeros debates que tomaram forma no país em torno da promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, deram início à um projeto de publicação de uma revista contendo ensaios e artigos que fomentassem e ampliassem a discussão das liberdades e da recusa do autoritarismo de toda ordem. O jornalista e advogado, José Antônio Pinheiro Machado, irmão de um dos fundadores da editora, que morava na Itália naquele ano, incentivou a criação do suplemento cultural e político, que o grupo editorial resolveu chamar de *Oitenta*. Através de extensa troca de correspondências de José Antônio com a editora, tendo como inspiração e modelo as publicações culturais que circulavam na Europa, especialmente a *Granta Magazine*, uma revista criada por alunos da Universidade de Cambridge em 1889, e que era destinada a debater temas literários e a lançar jovens escritores na Inglaterra, acabou por definir o projeto de uma revista em formato de livro, e também os formatos dos textos que comporiam os números de *Oitenta*.

Em 1979 foi impresso o primeiro número da revista *Oitenta* que seria disponibilizado nas bancas e livrarias em dezembro do mesmo ano. Logo em seguida, na virada da década seria anunciada a continuidade da empreitada em seu segundo volume. A editora L&PM nesse momento contava com apenas 6 anos de existência, não contava ainda com grande participação no mercado, tendo sido apenas recentemente reconhecida devido a repercussão criada em torno do episódio de censura e apreensão em 1978 do livro *Memórias de um revolucionário* e sua posterior liberação, após processo judicial, no ano seguinte. Diferentemente do que ocorreria em meados da década de 1980, quando a editora ocuparia um importante espaço no mercado editorial, figurando como a 9^a editora com maior produção em quantidade de títulos editados já em 1982 e permanecendo nos anos seguintes nas posições de 12^a, 11^a e 9^a, respectivamente. Embora, a L&PM apresentasse uma expressiva participação entre as maiores editoras, seus resultados eram impulsionados pela reimpressão, com boas tiragens, de alguns poucos

título que haviam se provado ser muito populares e portanto sucesso de vendas (HALLEWELL, 2005, p. 659).

Portanto, no início do projeto de publicação da revista *Oitenta*, a editora não possuía uma infraestrutura gráfica para a produção de grandes tiragens e muitos títulos, especialmente em contraste com outras editoras de livros e revistas que possuíam grandes e modernos parques gráficos, como era o caso da Editora Abril. Na criação da editora, com a primeira edição de *Rango*, vendida na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, a gráfica utilizada para a impressão foi emprestada aos jovens editores Ivan Pinheiro Machado e Paulo Lima pelo empresário e conselheiro de um clube de futebol porto-alegrense, Alfredo Oliveira, conhecido como Carioca, realização que somente foi possível através do círculo de sociabilidades com o qual os editores formaram com importantes figuras do Rio Grande do Sul, de maneira que a tiragem dos quadrinhos aconteceu quase de graça, propiciando o estímulo necessário. O projeto de publicar uma revista cultural, que apesar de não haver periodicidade definida, demandaria envios mais frequentes à gráfica do que a impressão ou reimpressão de um livro, que poderia ter seu original enviado apenas uma vez, sem necessidades de alterações, ao contrário de uma revista que a cada novo volume deveria ser editada.

Diante da mudança na maneira de viabilizar o projeto, os editores da L&PM adotaram estratégias para aproveitar as capacidades e o reduzido orçamento para sua produção. A impressão dos dois primeiros volumes foi encomendada junto à Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG, empresa criada em 1973 integrante da imprensa oficial responsável pela publicação do Diário Oficial do Estado, com sede na cidade de Porto Alegre, como pôde ser comprovado pelo selo da CORAG afixado na última página dos respectivos volumes. Diante da decisão de dar continuidade à *Oitenta* e da afirmação da L&PM no mercado editorial de livros, a partir do terceiro volume a revista passa a ser impressa em gráficas na cidade de São Paulo, com exceção do sétimo volume, que por peculiaridade indica que foi impressa em uma gráfica de Porto Alegre, não mais a CORAG. As operações de impressão no maior polo industrial e gráfica do país, poderiam permitir maior tiragem e velocidade na impressão, além de que a venda em todo o território nacional da revista teria sua distribuição facilitada sendo realizada desde São Paulo.

Nas bancas de todo o país já circulavam diversas revistas de variedades, muitas delas em formato tablóide, recheadas de ilustrações e fotografias, contudo, o projeto da revista *Oitenta* da editora L&PM, com todas as suas limitações financeiras e modesta

estrutura, optou por adotar a apresentação como uma obra encadernada na forma de livro. A inspiração para essa escolha pode ter sido encontrada, tanto em formato físico quanto crítico, nas publicações da *Revista Civilização Brasileira*. A Editora Civilização Brasileira lançou em março de 1965, um revista cultural para reorganizar as idéias e as forças da esquerda brasileira, trazendo para o público autores e textos extremamente focados em renegar e propor reflexões sobre a conjuntura política e econômica em que se encontrava o Brasil sob o governo dos militares golpistas de 1964. Rodrigo Czajka em seu estudo sobre a revista afirmou que ela “representou uma tribuna de debates que abriu possibilidades para a formação dos mais variados grupos; ela abrigou diversas tendências ideológicas e favoreceu o contato diversificado entre idéias, projetos e ideologias (...)" (2005. p. 103). A produção da Editora Civilização Brasileira era apresentada ao público como uma reunião em livro de artigos e ensaios críticos de diferentes correntes de pensamento, mas que deixava bem claro que repudiava e combateria àquilo que compactuava com o atual estado das coisas, obtendo grande sucesso nas vendas logo no seu primeiro número, “apesar do feitio sisudo em formato de livro: mais de 300 páginas de textos densos, quebrados, aqui e ali, pelas argutas charges de Jaguar e por algumas páginas onde se lêem poemas ‘de cunho social’, ‘engajados’” (CAMARGO, 2004, p. 892). E neste tocante, ela influenciou os grupos na oposição à ditadura, fornecendo um importante espaço para a divulgação deste contraponto, ao mesmo tempo que dava impulso ao movimento de “resistência democrática” com que intelectuais, artistas e jornalistas se engajaram através da produção cultural até o fim da ditadura.

Pode-se observar que *Oitenta*, assim como tantos outros periódicos, obteve forte inspiração na empreitada corajosa que a *Revista Civilização Brasileira* representou para àqueles que se opuseram ao autoritarismo. O formato de livro, inclusive com as mesmas dimensões, e a estrutura de reunião de textos densos e com raras ilustrações denota que *Oitenta* buscava também se apresentar como um espaço possível de arejamento do pensamento político e cultural do país, fazendo da sua maneira a renovação dos debates das correntes da esquerda, do marxismo e no campo do comportamento e literatura. Contudo, não se pode deixar de apontar que os dois posicionamentos dos periódicos, embora se aproximem, se situam em momentos históricos com dinâmicas específicas e distintas, especialmente na transformação das relações sociais introduzidas pela sociedade de consumo e de cultura de massas consequências do processo de modernização dos anos 1970, e assimilando experiências históricas no enfrentamento da repressão à transição para abertura política. E no mesmo cenário, *Oitenta* concorreu e

somou forças com a reedição do suplemento cultural da Editora Civilização Brasileira, desta vez chamada de *Encontros com a Civilização Brasileira*, circulando entre 1978 e 1981, e que se definia logo no editorial de seu primeiro número como “uma coleção de livros...”. Portanto, as revistas compartilhavam o mesmo espaço de circulação que os livros, tanto por serem produtos gestados dentro de editoras de livros, como pela adoção do mesmo formato, muito embora constituíssem obras com objetivos e abrangências específicas.

Além de incorporar um dos elementos de uma tradição das revistas culturais de oposição à ditadura, a escolha do formato de livro ofereceu duas principais vantagens práticas para que o empreendimento e o projeto de influências fosse viável.

Em primeiro lugar, ao definir o formato de livro com dimensões de 14 centímetros de altura por 21 centímetros de largura, a aposta dos editores decorreu de um quadro financeiro limitado e foi a de gerenciar o melhor aproveitamento do insumo de maior custo nas publicações, o papel. O formato 14x21, muito próximo ao formato *in octavo* presente no sistema anglo-saxão, denominado assim pela propriedade de ser adquirido por uma folha de impressão dobrada três vezes, gerando oito folhas, ou dezesseis páginas, diferente do formato comum utilizado para os livros de 16x23cm. O papel utilizado para impressões gráficas de grande tiragem no Brasil, para melhor adequar-se às capacidades das máquinas das gráficas, era padronizado, comumente chamado de “2B”, no tamanho de 66x96cm, de maneira que o tamanho adotado para a impressão da revista revelou ser o melhor aproveitamento possível do papel total, gerando 16 folhas e cadernos de 32 páginas. Essa estratégia visava a diminuição dos custos de produção de cada um dos volumes da revista, que possuíam em média 250 páginas sendo necessárias 8 folhas de papel do tamanho 2B para sua impressão. Além de viabilizar financeiramente o empreendimento, outra vantagem prática da edição da revista nessas características foi a de possibilitar sua circulação de maneira fácil, comercializada tanto em livrarias quanto em bancas e de maneira que o seu público leitor, definido como o principal alvo os jovens e estudantes universitários que buscavam aprofundar e manterem-se atualizados nas discussões culturais e políticas, pudesse carregar consigo facilmente e lê-los em qualquer lugar, diferentemente de jornais incômodos ou revistas maiores.

Outra estratégia que a editora lançou mão para enxugar os custos de produção da revista está refletida na quantidade de publicações de autores cujas obras encontravam-se em domínio público. Esta faculdade trata-se das obras que não estão sob proteção do direito à propriedade intelectual por ter decorrido os prazos em lei. No Brasil estava em

vigor a lei de número 5.988 de 1973, a qual determinava que esse prazo seria de sessenta anos a partir do falecimento do autor, no entanto, o Estado brasileiro era signatário da Convenção de Berna, onde o mesmo prazo se estendia por setenta anos. Dessa forma, a publicação de obras em domínio público não devia pagamentos relativos aos direitos da obra, sendo livre sua exploração. Os textos do século XIX e início do século XX presentes em *Oitenta* são em sua maioria literários, mas também constam textos ensaísticos e jornalísticos de autores como Karl Marx, Eça de Queiroz, Oscar Wilde e poetas como William Blake e William Butler Yeats. Além disso, os editores buscaram utilizar a revista como plataforma de divulgação de outras obras que a editoria publicara ou publicaria, fazendo com que pequenos trechos da obra aparecessem na revista anunciando o livro.

O projeto gráfico de *Oitenta* é um aspecto importante como fator de produção de sentido para a conscientização política e vetor de cultura política. Como primeiro impacto visual, a definição da capa das revistas não são meras escolhas estéticas, elas são parte integrante do ideal imprimido pela atuação dos editores como mediadores e essas escolhas levam em conta que uma capa de revista têm o papel de estabelecer uma relação dos seus elementos visuais com a sequência de textos no referido volume, neste sentido, a capa representa uma criação de expectativa e uma pré-leitura do conteúdo da obra.

A contribuição extensa de Jorge Polydoro fica demonstrada no primeiro olhar que a revista oferece aos seus interlocutores, sua apresentação gráfica e suas capas. Polydoro que havia frequentado a Faculdade de Arquitetura da UFRGS, por seu talento de desenhista e desejo de se profissionalizar em design, havia participado da última fase do jornal *Pato Macho* quando José Antonio Pinheiro Machado era seu editor-chefe e de seu encerramento devido à pressão da censura, afastando anunciantes e colaboradores. Também participou do empreendimento *Coojornal* de jornalistas de Porto Alegre em 1974, e com suas experiências adquiridas na administração de sua empresa de publicidade *Verbo*, a qual foi encerrada para participar da cooperativa, esteve à frente da área comercial, estabelecendo o formato com os anunciantes que deram sustentação a publicação até 1978, e foi encarregado por estabelecer a diagramação e o design do jornal. As duas publicações em que Jorge Polydoro atuou como designer e jornalista tiveram caráter plural e oposicionista, fazendo com que as pressões do regime militar sobre os anunciantes tivesse um peso fundamental na desestabilização financeira e consequente encerramento de suas atividades.

Com a atividade já reconhecida como designer gráfico nos meios jornalísticos de Porto Alegre, Jorge Polydoro foi convidado a participar do grupo de editores de *Oitenta*

em 1979. Ficou então responsável pela criação de suas capas e a disposição de seus elementos textuais de todos os volumes publicados até 1984, figurando neles como responsável pelo projeto gráfico e montagem da capa. A disposição gráfica pouco mudou durante os nove volumes de *Oitenta*, permanecendo o selo da editora, o número da publicação e seu título no topo da capa e deixando alguns títulos e autores em destaque maior no centro, enquanto um breve resumo, ou simplesmente o nome dos autores figuravam no canto inferior. Os elementos visuais alterados em todos os volumes eram as cores, que, com exceção do volume 8, buscavam sempre tonalidades fortes e variadas, dando um ar chamativo e colorido para as bordas e textos e as imagens da capa, estas que demandavam maior esforço e habilidade do designer gráfico, sendo que eram compostas de montagens em cor, utilizando fotografias e ilustrações.

O primeiro volume vai às bancas (e livrarias) em novembro de 1979, a revista não apresentava nenhum texto editorial, ausência esta que se confirmaria em todos os volumes publicados, as opiniões dos editores apenas apareceriam nas orelhas da revista ou no pequeno resumo que iniciava cada texto. A pauta desse primeiro volume demonstra uma variedade de gêneros e autores, longe de serem escolhas despropositais, os textos seguiam uma linha coerente com a inclinação política de seus editores. A marcante presença de textos políticos no primeiro número é refletida pelo artigo de Karl Marx, autor que, apesar de ser considerado subversivo, era tolerado e tinha obras publicadas no Brasil, através da coleção *Os Pensadores*, da editora Abril, ainda em 1972. O artigo intitulado no índice como “A liberdade de imprensa”, e no início do texto como “Sobre a Censura e a liberdade de opinião”, foi originalmente publicado em 1842 na *Gazeta Renana*, e discorre nas suas 29 páginas em defesa de uma imprensa livre de coerção por parte do governo. O ensaio de Marx reflete, em sua própria maneira e características, sobre temáticas ainda muito presentes na sociedade brasileira em 1979, que vivenciava um intricado processo de abertura política e órgãos censores ainda ativos, e, especialmente, para a editora L&PM, após a apreensão e censura de seus livros.

Em outros textos que compõem o primeiro volume de *Oitenta*, há uma enfática abordagem nas opiniões políticas em franca oposição aos ideais e modelos da ditadura civil-militar. O artigo de Paulo Brossard, senador e ex-candidato à vice-presidente nas eleições do colégio eleitoral de 1978, “O naufrágio da ARENA”, apresenta duras críticas ao sistema político, enfrentando a polêmica da reorganização dos partidos políticos. Assim como o depoimento de dois dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, Gregório Bezerra e Salomão Malina, que, recém retornados do exílio com o amparo da anistia,

apresentam um panorama da luta por legitimidade e legalidade do partido, e as alternativas para a efetiva e eficaz vigência democrática no país. O primeiro volume da revista, portanto, demonstrava a clara intenção de ampliar a discussão acerca dos rumos políticos do país, e fornecendo ideais e opiniões de oposição aos ditames que o regime militar tentava moldar o pensamento brasileiro.

A capa que apresentou a revista para o público leitor reuniu os elementos que talvez tenham sido os mais emblemáticos da mensagem que os editores queriam levar aos leitores, incluindo a própria escolha do título *Oitenta* para celebrar a década que logo se iniciaria. A imagem que estampa o primeiro volume é simbólica da consciência e atitude que a revista pretendia despertar. A imagem da capa (Figura 1) podemos perceber, em contraste preto e branco, a ilustração de uma mulher grávida, segurando uma ferramenta de operária em uma das mãos e projetando-se à frente, em caminhada. José Antonio Pinheiro Machado em entrevista às pesquisadoras Mariana Muller e Cida Golin, explica sua interpretação do que foi a escolha dessa imagem:

Aquela capa com a mulher grávida, com uma ferramenta, uma chave de parafuso na mão, é simbólica, nós queríamos estar atentos para a vida que estava nascendo no país. Quando vimos aquela ilustração, não teve discussão, não teve debate. Aquilo parecia algo muito forte, contra o preconceito, a favor dos trabalhadores, de uma nova posição na sociedade, de valorização da mulher. (PINHEIRO MACHADO *apud* GOLIN e MULLER, 2014).

Dessa forma, apesar da ausência de textos editoriais que definem a atuação e as intenções com que se apresenta a revista, esta disposição de elementos gráficos é tão significativa quanto pois configura um discurso visual, elegendo um símbolo ao invés de outro, demonstrando de que modo pensa sua proposta como intervenção na esfera pública.

Figura 1 – Capa e contracapa do volume 1 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Estes elementos da capa de *Oitenta*, podem ser analisados como signos auxiliares do discurso da revista, formando uma mensagem que complementa e integra o conjunto de artigos. A ótica que o crítico literário francês, Gérard Genette, aplicou à estes elementos ao considera-los como inseparáveis da obra textual foi intitulada por ele como “paratextos”. Em seu estudo, ele define os paratextos como “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público” (GENETTE, 2009, p. 9), mas que de maneira geral são produções, frutos da interferência do editor, que atribuem signos para seus leitores referirem-se e interpretarem. Uma análise semiótica das capas da revista, revela que a distribuição de imagens e chamadas de textos são escolhas com objetivos de produção de significação e sentido. Portanto, as capas de *Oitenta* adotaram o mesmo padrão de apresentação desde o seu primeiro até o último volume, tendo sido entendidas como um papel de identidade e distinção para a captura do olhar e do interesse nos debates apresentados, as capas dos livros há muito deixaram de ser apenas invólucros para sua proteção, como demonstra o aprofundado estudo de Ana Isabel Carvalho:

A capa condensa numa única imagem a personalidade do livro, que pode ser uma referência a um momento marcante da narrativa ou um resumo dos acontecimentos. Ela é o resultado de um processo de interpretação e

a sua dimensão simbólica torna-se muitas vezes dominante sobre uma tradução literal do título ou das descrições feitas no livro. Desta forma, a capa consegue alguma independência sobre o livro, uma vez que não há um choque direto entre as duas realidades, a descritiva e a visual, que existem lado a lado mas sem sobreposição. Por vezes a capa torna-se a imagem de marca do livro, ficando para sempre na memória do público (CARVALHO, 2008, p. 17)

Nesta mesma perspectiva, o fato de a revista não contar em nenhum número com editoriais que apresentassem o conteúdo ou a sua proposta não significa que a presença dos editores não se fizesse notar. Através dos elementos de composição da revista, os editores expressam o enunciado de suas próprias interpretações de alguns textos, muitas vezes definindo as suas posições e estabelecendo a conexão com o contexto brasileiro. A escolha das capas, as chamadas de destaque, os resumos na orelha da revista e no início de cada artigo, todas essas inserções são os indícios da atuação dos editores, afirmando uma idéia, apontando um caminho de interpretação em detrimento de outros, ou utilizando palavras definidoras mesmo quando estas não aparecem no texto original. As “mensagens paratextuais” podem dizer muito mais de quem gerencia a edição da revista do que com quem dialoga e dirige as ideias centrais, porquê também intenciona estabelecer uma identidade de qual deriva uma “notoriedade pública” e reconhecimento, não sendo uma mera visada rápida de uma apresentação comercial, portanto, complementam a obra, reforçando a relação com o projeto que o grupo editorial pretende com o esforço. Genette afirma que os paratextos, tendo seu enfoque em livros, são estabelecidos por autor e editor levando em consideração os fatos do contexto, da produção da obra ou da edição, e a presença dos elementos paratextuais modificam substancialmente a experiência de leitura, tendo como exemplo a maneira como o autor é apresentado ou a quem se dirige antes de ser conhecido do público, como esclarece Genette:

Certos elementos de paratextos dirigem-se de fato (o que não significa que o atinjam) ao público em geral, isto é, a cada um: é o caso do título ou de uma entrevista. Outros dirigem-se (com a mesma reserva), mais especificamente e mais restritamente, apenas aos leitores do texto: é o caso típico do prefácio. (GENETTE, 2009, p.15)

Em *Oitenta*, os elementos da capa configuram o terreno central para a transmissão da mensagem dos editores, o que constituiu sua identidade, mantida do início ao fim da revista, contando sempre com imagens simbólicas da opção por uma arte intelectual e com chamadas de capa diretas, especialmente no recorte diagonal encontrado no canto inferior externo onde a mensagem é dada de forma incisivas como nos volumes 1, 2 e 6, respectivamente: “O jornalista Karl Marx”, “O anarquismo continua vivo” ou “As

traições de 64". As opiniões dos editores são expressadas em pequenas doses de resumos presentes no início de cada artigo e na apresentação, muitas vezes igual, que se encontra na orelha de cada volume, revelando-se emblemáticas as palavras usadas, como na apresentação da entrevista que Rafael Almeida Magalhães concedeu a Leandro Konder, no primeiro volume, assumindo a expressão "faz a autocrítica do golpismo da UDN que auxiliou o movimento de 64".

Uma festa de virada do ano de 1979 para 1980, na Rua da Republica em Porto Alegre, marcou o lançamento do volume 2 de *Oitenta*. A comemoração realizada no bar "Doce Vida", da qual participaram os principais editores e colaboradores da revista, manifestava os anseios e expectativas para a nova década, estampada no título da revista, de novos valores sociais, políticos e democráticos. O segundo número saiu às bancas em janeiro de 1980, contendo 19 artigos. Na capa da revista se encontravam chamadas que poderiam atrair olhares desconfiados de mentes conservadoras e olhares interessados de opositores aos moldes do regime militar, destacam-se duas: "Quando sexo era um bom assunto" e "O anarquismo continua vivo".

O artigo, de D. H. Lawrence, escritor inglês bastante polêmico no inicio do século XX, referenciado no índice como "Amor e Sexo", em um texto profundamente literário aborda os sentimentos de amor e os momentos de paixão e sua relação com a sexualidade, com o ato sexual. O autor tenta chamar a atenção para a dimensão de naturalidade e transcendência contida nos atos sexuais, na dinâmica de atração que contém certos tipos de conceitos e padrões de beleza, ao mesmo tempo que busca despertar uma crítica ao receio da sociedade à essas questões, como evidenciada na frase do artigo "Sexo e beleza são inseparáveis, como vida e consciência. (...) O grande desastre da nossa civilização é o ódio mórbido contra o sexo". A segunda chamada da capa refere-se ao texto do escritor George Woodcock, biógrafo de alguns dos principais pensadores anarquistas, fazendo uma grande síntese panorâmica sobre a história do pensamento anarquista. Suas reflexões acerca dos movimentos de concepções socialista libertárias levantam ideais que rejeitem governos autoritários e que proponham modos de vida em sociedade, não destrutivos, mas participativos, até mesmo em uma "democracia ordenada na anarquia".

Em contraste com os artigos, o segundo volume de *Oitenta* trazia um conteúdo bastante identificado com o espectro político dos grupos de esquerda, contendo em seu índice artigos como o de autoria de Leandro Konder, onde ele discorre sobre as estratégias do chamado "eurocomunismo" em consolidar liberdades democráticas e sua influência para o PCB; e o texto de João Carlos Brum Torres, filósofo e professor cassado pela

ditadura, abordando as idéias centrais do marxismo utilizando-se de pensadores como Gramsci, Marx, Lênin. Há também, o texto, que talvez seja o mais simbólico desse volume, contendo a íntegra do discurso do líder cubano Fidel Castro na abertura da Sexta Conferência dos Não-alinhados, realizada em Havana no ano de 1979.

Figura 2 – Capa e contracapa do volume 2 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Não muito tempo depois, no outono de 1980, seria lançado o terceiro volume de *Oitenta*, figurando na capa uma montagem com uma obra de Pablo Picasso. O conteúdo deste volume trazia uma pesada carga política e crítica ao governo militar, ao trazer o texto ao qual o grupo de editores se refere como o “discurso que abalou Golbery”, a transcrição do discurso proferido pelo deputado federal João Cunha no dia 28 de abril, onde ele acusa o general presidente e todo o regime militar de irresponsabilidade perante as crises econômica e política do país, utilizando-se de expressões como “cinismo democrático”, “espetáculo apalhaçado de meia dúzia de generais” e “livre dos autoritários”. O discurso do deputado João Cunha não foi publicado no *Diário do Congresso* daquela sessão por ordem do presidente da Câmara, o deputado da ARENA Flávio Marcilio.

O terceiro número de *Oitenta* reforçava um grande apoio em defesa da imprensa livre e independente, ao apresentar dois artigos que confrontavam diretamente a atuação

da “grande mídia”. O texto de autoria de Michael Messing, jornalista da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, intitulado “De como a AP e UPI manipulam a verdade”, retrata a atuação da *Associated Press* e da *United Press International*, ao repassar informações e conteúdos “filtrados” para suas correspondentes na América Latina, tornando os noticiários internacionais cuidadosamente manipulados para criarem parábolas políticas correlatas às situações nos países latino-americanos. Nessa mesma linha, figura o artigo de Sérgio Caparelli sobre a imprensa “nanica”, onde afirma que o Centro de Informações do Exército foi a primeira instituição a realizar um estudo sobre a imprensa alternativa, ao conceituar esse fenômeno e observar jornais e revistas políticas, como *Pif-Paf* e *O Pasquim* “nesse tipo de imprensa”. O artigo de Caparelli, jornalista e filósofo, traça um panorama da atuação da imprensa alternativa, sua importância no debate plural e democrática, no combate aos atos repressivos e transgressores de governos autoritários, e contrapeso que a imprensa impõe aos veículos da grande mídia.

Nesse mesmo volume, Luis Fernando Veríssimo, autor que era recorrente na editora, tanto em livros, quanto na revista *Oitenta*, publica um conto literário sobre uma entrevista que satiriza a abertura política e a censura do regime militar, como apresentado no resumo do conto: “Você não tem mais com o que se preocupar, Brigitte. Estamos em plena abertura democrática. Voto direto ainda não, mas nu frontal já pode, sem problema”. O texto expõe as contradições da abertura política proposta com as práticas dos órgãos censores, ironizando ambas, a abertura por não permitir votações diretas para os cargos de presidente, e a censura sobre a suposta atuação violento dos censores diante dos livros eróticos da protagonista.

Ao mesmo tempo, o terceiro volume traz um texto profundamente crítico e sintonizado com as reivindicações que surgiam nessa época, ao trazer a discussão sobre uma protagonista das lutas feminista e socialista no século XIX, Flora Tristan. O artigo de autoria de Fiamma Lussana, historiadora italiana, recupera a trajetória de uma personagem esquecida pelos pesquisadores, mas que começaria a despertar a atenção dos estudos europeus sobre o movimento feminista, e revela sua contribuição teórica e políticas para essas causas das quais Flora Tristan foi uma militante incansável, a difusão de seus ideais feministas e socialistas.

Figura 3 – Capa e contracapa do volume 3 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Ainda no ano de 1980, no mês de novembro, o quarto volume da *Revista Oitenta* foi apresentado ao público. Com o mesmo corpo editorial e formato de livro, este número continha vinte e cinco textos em 293 páginas, o maior até agora, trazendo uma pauta variada de temas políticos e literários. No índice encontram-se artigos como o de Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Carlos Prestes, sobre a reestruturação das esquerdas, especialmente a ausência de apreço democrático nas estruturas internas do PCB; artigo de autoria do filósofo austríaco Franz Marek, sobre o historiador italiano Ernesto Ragonieri que foi intelectual e militante das causas comunistas, onde versa sobre conflito entre a atuação política do pensador marxista e do militante, a intricada relação entre as duas dimensões do mesmo sujeito; e também artigo de Marcos Rey, sobre sua carreira como roteirista das produções de pornochanchada, do auge do sucesso ao declínio de seus filmes.

Figura 4 – Capa e contracapa do volume 4 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Porém, neste volume destaca-se a marcante presença de um olhar voltado para a América Latina. Autores latino-americanos já haviam figurado nos três primeiros números da revista, mas no quarto número, com a presença de cinco autores latinoamericanos, o olhar é voltado para a realidade política dos países e populações da América Latina. Figuram entre esses artigos, a foto reportagem sobre as disputas políticas que se formou em torno das eleições presidenciais no Uruguai em 1971, e que culminaria com o golpe militar de 1973. Através das mais de 30 imagens capturadas pelo fotógrafo Ricardo Chaves, esse artigo da revista conta a agitação em torno dos comícios e passeatas da Frente Amplia, partido que reuniu vários setores da esquerda uruguaia e que lançou Líber Seregni como candidato à presidência, bem como a movimentação dos partidos tradicionais uruguaios, o Partido Nacional (Blanco) e o Partido Colorado, com seus candidatos, Wilson Ferreira Adunate e Juan María Bordaberry, respectivamente. As fotos apresentam a população apoiando, em marchas e passeatas, os seus candidatos nas ruas, de forma a revelar uma “democracia exemplar”, passando pela vitória do candidato do Partido Colorado, Bordaberry, que era considerado conservador e afinado com o presidente general brasileiro Médici, até o fechamento do congresso e golpe militar de

1973, revelando o expurgo da juventude e o medo com a repressão violenta de um outro regime civil-militar na América do Sul.

Ainda no quarto volume, o texto de Hector Agosti, um pensador marxista argentino, versa sobre o percurso filosófico do entendimento de humanismo e suas condições nos tempos que se inserem, revelando sua interpretação e crítica às transgressões e violências causadas pelos regimes militares na América Latina, violando todo e qualquer direito humano e sua dignidade. O autor, juntamente com Jorge Luís Borges, formulou e assinou um documento, em formato de abaixo-assinado, em agosto de 1980, no qual exigia do governo militar argentino explicações sobre o extenso número de mortos e desaparecidos durante a repressão política da ditadura argentina. Da mesma maneira, há a presença de artigo do etnobiólogo italiano Ettore Biocca, onde denuncia as práticas de tortura perpetradas nos edifícios da OBAN e DEOPS, analisando os documentos emitidos pela Anistia Internacional durante a década de 1970, revelando as estratégias e gírias que os torturadores utilizavam para suas técnicas desumanas e criminosas. O artigo aprofunda-se nos aspectos antropológicos e psicológicos da mentalidade dos agentes de repressão, onde impera um ódio e uma linguagem já incompreensível para outros homens. Por fim, Biocca afirma “Devemos recordar porém que a tortura é uma doença terrivelmente perigosa para aqueles que a utilizam e para toda a sociedade que é obrigada a suportá-la. [...] uma coletividade obrigada a suportar o uso da tortura transforma-se lente e inevitavelmente numa coletividade psiquicamente doente, por isso é uma coletividade que pode se tornar imprevisível e perigosa”.

A publicação *Oitenta* ficaria fora de circulação por dez meses antes de lançar seu próximo número. O volume cinco foi publicado em setembro de 1981 com 19 textos e 201 páginas, sendo um deles a entrevista realizada com Millôr Fernandes que seria exaltada pelos editores como o mais memorável texto de *Oitenta*, e que por isso, seria republicada em formato de livro em 2011. Os outros artigos constituem em sua maioria textos literários como o da transcrição de uma aula de Vladimir Nabokov, sobre como ler sua literatura; conto policial de Orson Welles, autor e diretor do filme *Cidadão Kane*; conto de Luis Fernando Veríssimo; poesia de Bruna Lombardi; ou ainda dois textos que tratam sobre a trajetória de Woody Allen e sobre seu último livro, *Que Loucura!*, perfazendo uma propaganda comercial devido a publicação deste pela L&PM. Porém, além destes textos literários, estão presentes ensaios de forte carga política, por exemplo no de autoria de Edward Hallet Carr, historiador britânico, analisando e afirmando a

importância dos feitos históricos que a União Soviética conseguiu durante o século XX, onde chega a afirmar “Não tenho medo que me acusem de stalinista”. Há ainda a publicação do prefácio da edição alemã do livro de Darcy Ribeiro, *Ensaios Insólitos* que foi publicado pela L&PM em 1979. No texto, Manfred Wöhlcke, professor alemão, exalta a qualidade dos estudos do antropólogo brasileiro, e ressalta a importância da identificação de Darcy Ribeiro como um estudioso latino-americano.

A entrevista de Millôr Fernandes é que ocupa maior espaço nesse número de *Oitenta*. Em suas quase quarenta páginas de interação entre a equipe da *Oitenta* e as respostas do entrevistado, que trabalhou com literatura, teatro, jornalismo, e como cartunista com sua intensa produção durante o período militar, o texto constrói-se em uma miríade de opiniões críticas ácidas, bem humoradas e sagazes, sobre a formação da imprensa e da atuação dos jornalistas brasileiros nos tempos de turbulências políticas, sobre suas inclinações e visões políticas na criação e passagem por importantes veículos da imprensa, inclusive a alternativa. A entrevista conta com momentos de divergências entre a equipe de *Oitenta* e Millôr, citando um artigo de Mario Vargas Llosa sobre o movimento estudantil que foi publicado no número 4 de *Oitenta*.

Figura 5 – Capa e contracapa do volume 5 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Após um hiato de seis meses, o número 6 de *Oitenta* é publicado pela L&PM, em março de 1982. Na capa está uma ilustração feita a partir dos quadrinhos de Guido Crepax, uma das apresentações da revista mais provocativas desde o seu primeiro número, nela há a figura da personagem Anita, protagonistas de quadrinhos eróticos críticos, onde a protagonista exerce toda sua liberdade e opinião e não esconde seus impulsos sexuais, representados e revelados em extensos desenhos do corpo feminino. Os quadrinhos do cartunista italiano Guido Crepax estão presentes em oito páginas desta edição, demonstrando a mesma personagem. Através do texto de Marco Giovannini e Lino Agra, autores que não tem descrições no final do ensaio, mas que supõe-se que são fictícios, criado pela equipe de *Oitenta*, como revelou José Antonio Pinheiro Machado em uma entrevista, a revista explica a obra de Crepax, a nudez e o erotismo presentes em suas protagonistas femininas e libertárias, cuja primeira aparição foi ainda na década de sessenta com *Valentina*, uma mulher emancipada de 23 anos que marcou o meio editorial italiano, abrindo espaço para novas publicações de quadrinhos, e criando também, alguma polêmica pelas temáticas que apresentava. Sobre a personagem Anita, o texto é categórico

existe nessas páginas de Anita um erotismo bastante explícito, se se considera a ausência de fetiches sadomasoquistas, e que não se encontra certamente em todas as páginas contemporâneas (1971) de *Valentina*. [...] Anita, essa bonecona, autêntica filha da nossa era tecnológica e de massa média, que da TV goza e sofre, vive e morre, é a única história absolutamente moderna, quase futurista, de Crepax.

A aparição desses quadrinhos denota o movimento do projeto editorial da revista L&PM, que no mesmo ano de 1982 deu início à uma coleção de publicações chamada de “Clássicos do Erotismo”, onde figuraram tantos autores modernos e em diferentes formatos de textos, quanto autores da literatura libertina dos séculos XVII e XVIII.

No mesmo volume, *Oitenta* apresenta ensaios de autores latinos-americanos, como Garcia Marquez e Carlos Fuentes, o primeiro revela através de um conto a sua jornada literária de vinte anos para terminar um dos seus livros mais reconhecidos “A crônica de uma morte anunciada”, e o segundo faz uma extensa análise dos embates da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, suas concepções políticas e a formação da mentalidade de cada um dos povos, predestinando que essas diferentes concepções se chocariam no século XX. Os artigos políticos sobre a realidade brasileira ficam a cargo do advogado e político gaúcho, Tarso Genro, com o texto intitulado “Sobre o Estado e o Socialismo”, onde reflete sobre os limites da liberdade política dentro de uma sociedade desigual e de uma estrutura de classes excluente; e de

Benício Viero Schmidt, professor de ciência política da UFRGS, em sua argumentação sobre os aspectos da modernização do país, principalmente, ao fenômeno da urbanização que vem modificando os espaços de atuação política e de convivências urbanas.

Figura 6 – Capa e contracapa do volume 6 de *Oitenta*



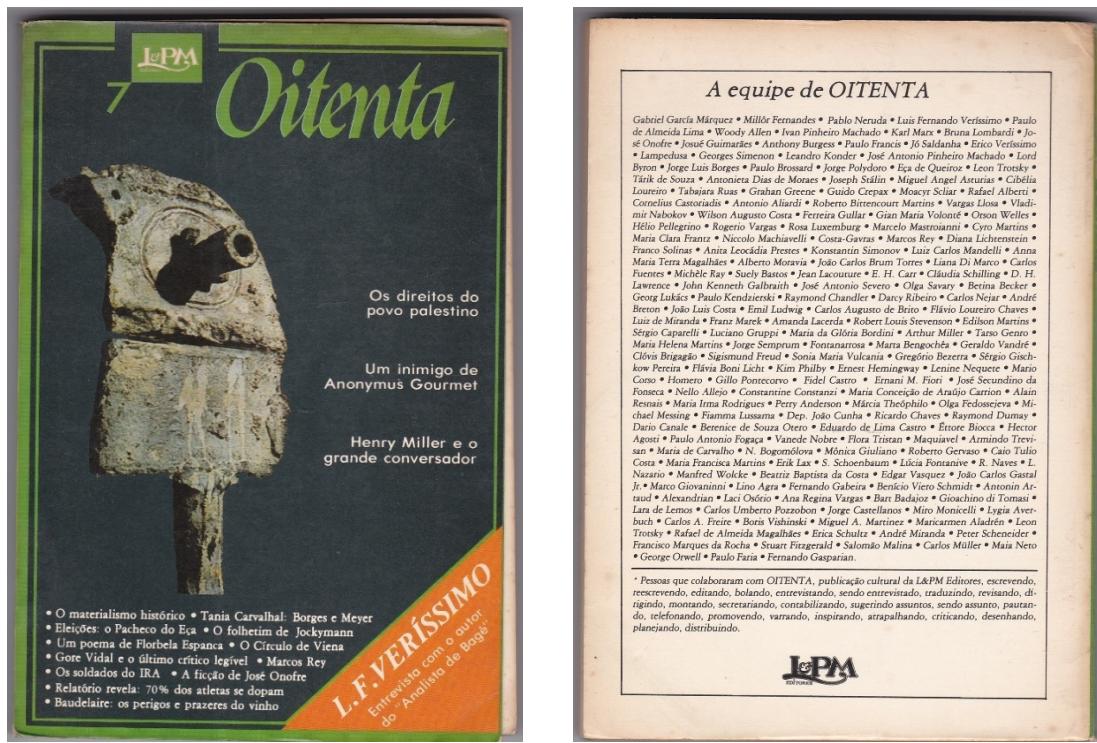
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Ao final do ano de 1982, em dezembro, é publicado o volume 7 de *Oitenta*, dessa vez apresentando uma diminuição no seu conteúdo, com apenas 188 páginas, uma tendência que se confirmaria nos últimos dois volumes, a gradual diminuição do tamanho da revista. O número de textos seguiu a média, vinte, entre artigos, ensaios e entrevistas, de assuntos variados entre literatura, política e filosofia. Destaca-se entre eles a entrevista realizada pela equipe de *Oitenta* com Luis Fernando Veríssimo, escritor que teve seus textos publicados em vários números da revista e outras obras pela L&PM, como o livro “Comédias da Vida Privada”. Dominique Lecourt, filósofo francês, também é publicado nessa edição, sobre a disputa entre o idealismo e o materialismo histórico, utilizando-se das concepções de Lenin acerca dessas duas correntes de pensamento. O teor socialista se mantém no texto do advogado e professor Eduardo Carrion onde ele analisa os movimentos sociais e sua ligação com a atuação política e partidária, criticando o uso instrumental de interesses privados como se fossem benéficos a toda uma comunidade.

Os textos presentes nessa edição dialogam diretamente com os acontecimentos que reverberavam no ano de 1982, fazendo ares de imprensa alternativa. O conto literário

de Eça de Queiroz é representativo dessa atitude, ao apresentar o personagem Pacheco em uma carta com tom satírico dos talentos da ilustre pessoa pública. Outro texto é a publicação do debate ocorrido em 1967 no Colóquio de Juristas Árabes em Argel, intitulado “Direitos históricos do povo palestino”, apresentando as reivindicações e os conflitos presentes pelos líderes palestinos. Sua atualidade em 1982 é clara, tendo em vista, os acontecimentos internacionais que sacudiram o Oriente Médio entorno da Guerra do Líbano entre Israel e Líbano, e a atuação incansável de Yasser Arafat pelo reconhecimento da Autoridade Palestina. Acontecimentos que se prolongariam no século XX e início do XXI.

Figura 7 – Capa e contracapa do volume 7 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

O oitavo volume foi às bancas em julho 1983, foi o único exemplar publicado nesse ano e apresentou a continua redução do tamanho, desta vez com 19 textos. Mas isso não afetou o conteúdo diversificado e crítico, dos quais figuram escritos de Vladimir Nabokov, Luis Fernando Veríssimo, Jean-Paul Sartre, incluindo ai o comunicado do Partido Comunista de El Salvador, envolvido na luta guerrilheira no país, no qual tecia críticas e acusava os movimentos de esquerda da América Latina de traidores dos princípios revolucionários, e uma sátira da moralidade da Igreja escrita em 1960 como

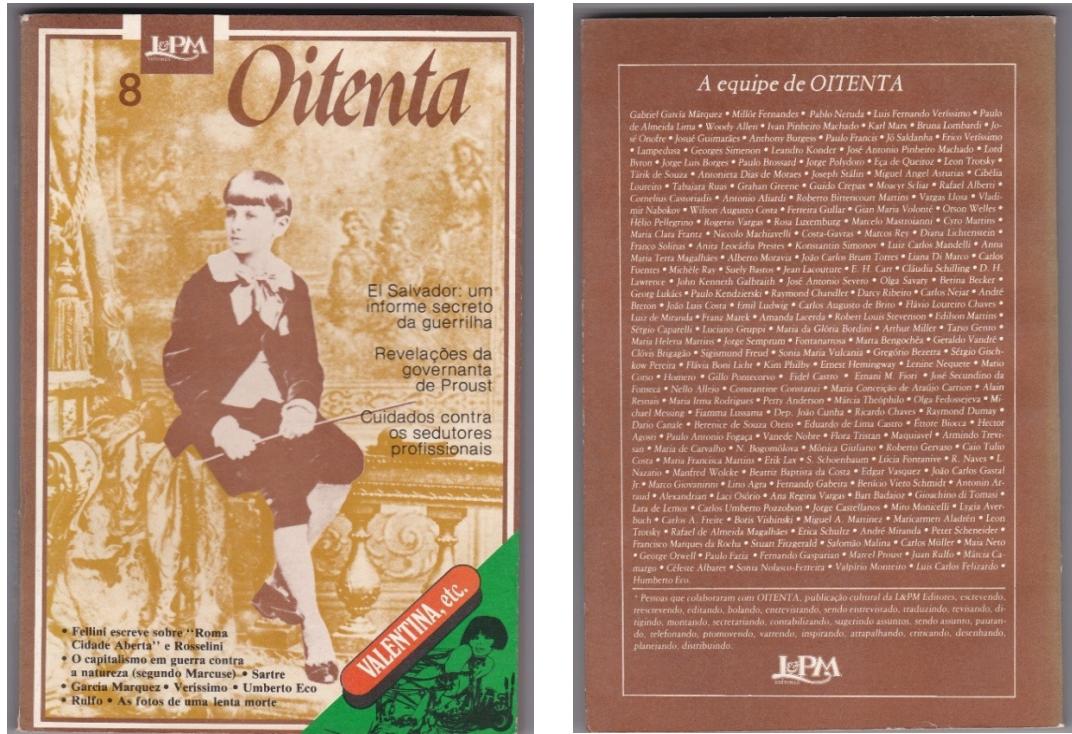
um manual para as moças que queriam se casar, escrito pelo Padre Casemiro, entendido com algo completamente deslocado para o ano de 1983.

No entanto, Herbert Marcuse tem seu texto “A ecologia é revolucionária” publicado nesse volume, mas escrito em 1968, de forma a influenciar e fomentar o debate que tomava conta dos movimentos sociais e preocupação com o meio ambiente na década de 1980. No texto, ele afirma que o capitalismo está empenhado em uma guerra contra a natureza, de extrair seus recursos agredindo a terra e transformando o homem no instrumento de sua própria ruína, aos esgotar os recursos de vida. O texto é um forte chamado em defesa e apoio dos movimentos ecológicos, pois para Marcuse, a ecologia ressurge como força de luta para os movimentos anticapitalistas, afirmando:

A luta por um meio-ambiente que assegura uma vida mais feliz, poderia fortalecer nos próprios indivíduos as raízes de seu desejo instintivo de liberação. Quando os seres humanos não são capazes de distinguir entre o belo e o feio, entre o silêncio e o barulho, já não conhecem a qualidade essencial da liberdade, da felicidade. Na medida em que ela passa a ser mais meio-ambiente do capital que do homem, a natureza contribui para a consolidação da servidão humana.

Esta edição também traz o diretor da revista italiana *Linus*, especializada em publicar histórias em quadrinhos, especialmente com temáticas adultas e qual teve o pioneirismo na Europa em abrir seu espaço para essa nova arte. Oreste Del Buono reflete sobre o aparecimento, muito bem-vindo, de protagonistas mulheres nos quadrinhos, referenciando-se às histórias de Guido Crepax, publicadas pela L&PM, porém trazendo outras personagens que questionam tradições e moralidades arcaicas, acompanhando as próprias transformações pelas quais a sociedade passou ao reformular suas visões e papéis designados ao feminino.

Figura 8 – Capa e contracapa do volume 8 de *Oitenta*



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Figura 9 – Capa e contracapa do volume 9 de *Oitenta*



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O nono e último número de *Oitenta* não conteve qualquer anúncio ou aviso de sua edição final. Lançado já no final do ano de 1984, foi a edição com o menor número de

páginas, 186 no total, porém apresentou uma variedade de textos curtos, principalmente literários. E a literatura foi o foco desta última edição, com muito autores de língua inglesa, deve-se a isso a febre editorial pela qual a editora L&PM investiu no ano 1984, publicando antologias poéticas e romances dos autores do movimento literário *beat* norte americano. São dessa época, as primeiras edições brasileiras de *On the Road* de Jack Kerouac, *Uivo e Kaddish* de Allen Ginsberg, além da publicação de coleções de outras correntes literárias, mas aproximadas, sendo elas as coleções “Rebeldes e Malditos” e “Escritos Libertinos”.

Figuram nesse volume textos com forte apelo comportamental, mas também político, tendo autores clássicos com Jack London falando de suas experiências com o socialismo no início do século XX com a crônica intitulada “A paixão do socialismo”, entre outros autores conhecidos por suas posições políticas militantes como William Blake, Oscar Wilde, Arthur Rimbaud e Allen Ginsberg.

Oitenta encerrou sua circulação ao final do ano de 1984, com este nono volume, demonstrando as mudanças que o cenário político estava sofrendo e talvez as desilusões com a própria década tomada por uma alta inflação e incertezas políticas.

Capítulo 3

CULTURA POLÍTICA NAS PÁGINAS DE *OITENTA*

Diante do enfrentamento à ditadura civil-militar, a editora L&PM inseriu em toda sua produção editorial a marca da oposição às transgressões de liberdades e direitos fundamentais infringidas pelo regime, bem como a toda a violência política direcionada à diversos grupos que tiveram atuação como opositores. Com essa atitude, a editora selecionou conscientemente obras de autores com posição política definida, apesar da grande abrangência de correntes de pensamentos, e que apresentavam similaridades em suas interpretações da atual situação social, cultural e política na vida brasileira. Da sua fundação em 1974, já com a sátira aos símbolos de ufanismo da ditadura presente nos quadrinho de *Rango*, até o final da década de 1970, a L&PM publicou livros que discutiram os temas de censura, críticos ao golpe de 64, utilizando de humor e literatura considerados “subversivos” na chave de leitura dos censores, entre outros que desafiavam os ditames do regime em suas bases morais e políticas, consolidando o posicionamento da editora como uma oposição que visava arejar as opiniões e pensamentos na vida brasileira, realizando uma importante mobilização das imbricações presentes na relação entre cultura e política.

Esta forma de edição crítica, de oposição, ou mesmo de resistência, demonstraria um caráter de verdadeira atuação em prol de uma intervenção político-cultural na esfera pública. A fundação de uma revista no ano de 1979 pela L&PM demonstrou ser uma decisão para assegurar a relevância dos espaços de debates e fortalecer as opiniões voltadas a públicos que buscavam bases para sua formação e muitas vezes contestação aos modelos de sociedade da ditadura. Não se pode deixar de apontar que a decisão em publicar uma revista e não um livro, se dá pelo seu caráter de intervenção imediata, contemporânea, que ocupa um lugar na conjuntura do momento. Neste sentido, o lançamento de *Oitenta* é a materialização na prática do que Beatriz Sarlo chamou de “fazer política cultural”. Ao atuarem como intelectuais mediadores, com suas experiências e objetivos na oposição à ditadura, o grupo de editores demonstra a intenção de tomar o campo cultural e o impresso como o meio de transmissão de seus valores e interpretações, buscando adeptos e interlocutores. A revista *Oitenta*, então, transforma-se em um instrumento em que circulam idéias e tradições, mas que dentro das estratégias e linhas de força de sua publicação age para a construção de um pensamento coerente em visões de mundo políticas e culturais. Conforme aponta Regina Aida Crespo (2011, p. 102), as revistas na América Latina possuem a característica da expressão de um grupo

intelectual em torno de um projeto, e o esforço de suas publicação representam “sua intervenção político-ideológica, seu lugar e suas ferramentas na arena cultural” e especialmente em momentos de grandes crises e disputas políticas, acabam por tornar-se “polos de resistência e instrumentos de batalha”.

Na contextualização do momento e da posição adotada pela editora L&PM na publicação de *Oitenta*, podemos tomar as estratégias e o conjunto de textos que a compõem como um vetor social de difusão de cultura política.

Oitenta é um projeto político, pois tomado como revista para combate e interferência no debate público, de formação de um pensamento político renovado, que inclui valores, representações, imaginários condizentes com a efetivação da abertura democrática e rejeição de valores autoritários e antidemocráticos propagados durante anos de censura e controle da mídia. Serge Berstein, em seu estudo pioneiro na apropriação do conceito de cultura política na historiografia, nos fornece o fio condutor para interpretar historicamente o papel da revista e a atribuição de sentido ao conjunto de seus escritos:

Como e por que nasce uma cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (BERSTEIN, 1998, p.).

A produção de *Oitenta*, levada à cabo por um grupo editorial diversificado mas coeso em seus ideais, é uma forma de dar resposta ao contexto político e social que se desenvolve ao final da ditadura civil-militar no Brasil, ocupando um espaço na discussão e reinterpretação das posições da esquerda, ao mesmo tempo, que intensificando a resistência democrática diante das pressões de valores e forças antidemocráticas. Os editores e intelectuais, mediadores e colaboradores, apoiados nas experiências históricas do combate à ditadura, buscaram na idealização de uma revista cultural a maneira de difundir o seu projeto de redemocratização nos limites da intervenção pública. As idéias e a “fermentação intelectual” que surgem em torno de um grupo editorial delimitam a atuação deste, mas podem também revelar as mais sólidas evidências de um projeto que comporta uma cultura política, conforme nos propõe o historiador Jean-François Sirinelli:

As revistas conferem uma estrutura do campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. (SIRINELLI, 2002, p. 249)

É na medida que os acontecimentos políticos e sociais delimitam o contexto de surgimento de *Oitenta* que os textos nele publicados colaboram para a compreensão da expressão de uma cultura política em um campo de disputas inserido no período de redemocratização da sociedade brasileira. No entanto, as linhas de força que tomam forma no seu conjunto podem ser observadas na resistência e provocação aberta aos elementos de conservadorismo presente na sociedade, muito identificados nos que sustentavam o apoio à ditadura, através da publicação de textos que debatiam outras visões sobre cultura e comportamento, profundamente baseado em literatura política. Da mesma forma, a revista apresenta uma própria interpretação dos pensamentos progressistas das esquerdas brasileiras, difundindo a discussão de valores democráticos, aproximados de ideais socialistas, marxistas e libertários, o que configura um projeto político para ressignificar as relações dos indivíduos com a sociedade.

Ao interpretarmos um dos aspectos da cultura política difundida em *Oitenta* como o combate ao conservadorismo compreendemos este conceito como um conjunto de “ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 242). Nesta definição estão englobadas as regras e valores nas quais se baseia a visão de mundo que fundamenta o apoio de setores da sociedade brasileira ao regime militar. Os indivíduos conservadores podem estar ligados à outras concepções políticas de direita, mas empenham-se em manter as configurações atuais, através de coerção e controle, colocando-se em oposição à noção de “progressismo” e às mudanças em termos de comportamento e visão de mundo que as sociedades modernas desenvolvem continuamente.

Da mesma forma, *Oitenta* propõe-se à defesa da democracia, estabelecendo sua posição no campo de um socialismo democrático, baseado em reinterpretar as correntes de pensamento políticos e os debates externos na reestruturação de partidos políticos e de movimentos sociais. O posicionamento de *Oitenta* frente a abertura política é também constitutivo da cultura política formada em seu interior, e apresenta-se como parte da interpretação de variadas culturas políticas disputando o espaço de circulação em uma determinada sociedade e contexto histórico, de maneira a fazer circular seus códigos culturais, seus símbolos, usos do passado e interpretações do presente com o objetivo de pôr em movimento um projeto de nação e de modelo de sociedade capaz de prevalecer no conflito com outros projetos e culturas políticas antagônicas. O cientista político Leonardo Avritzer, ao analisar as teorias das transições para a democracia, utiliza o conceito de cultura política neste contexto de coexistência conflitiva em uma mesma

sociedade para explicar que o funcionamento de um sistema político democrático está intimamente ligado aos valores e atitudes que se sobressaem nas relações entre os indivíduos que nela convivem, revela-se então uma “dissociação entre as práticas políticas democráticas no nível da institucionalidade e a persistência de práticas não-democráticas no nível micro” (AVRITZER, 1995, p.3), o que significa que culturas políticas de convicções não-democráticas, autoritárias e conservadoras, atuam nos planos sociais e culturais, e difundem esse aparato de convicções. Avritzer observa que é preciso “entender a internalização ou não pelos atores políticos não-democráticos de uma normatividade democrática” bem como o papel que esses atores desempenham em processos de transições para a democracia.

3.1 UM VALOR INEGOCIÁVEL: LIBERDADE DE IMPRENSA

No que pode ser observado nos textos de *Oitenta*, um dos aspectos que recebeu especial atenção e foco como centro de discussão foi o papel da imprensa e, consequentemente, da defesa de sua atuação de maneira livre. Essa ênfase na imprensa como importante ator contra o autoritarismo e em oposição à organização da grande imprensa estabelecida decorre, em grande parte, da ligação próxima que a editora L&PM e os editores de *Oitenta* estabeleceram com o jornalismo durante a década de 1970. Ao atuarem como vozes de crítica e ressonância da oposição à ditadura, as maneiras com que a ditadura lidava com o dissenso de opinião na imprensa e na edição de livros eram conhecidas por Ivan Pinheiro Machado e Paulo Lima, de maneira que inúmeras vezes foram denunciadas, como no episódio da apreensão do livro *Memórias de um revolucionário*, e também foram alvos os integrantes da equipe de *Oitenta* que participaram dos outros empreendimentos da imprensa alternativa. Desta forma, *Oitenta* contou com um conjunto de textos que emitiu uma forte mensagem para ser compreendida e incutir um valor caro para os editores e para todos aqueles que buscassesem interpretação em suas publicações: o de defesa da liberdade de imprensa.

Em quatro textos publicados entre 1979, logo em seu primeiro volume, e 1981, o tema da imprensa está presente sob diferentes óticas, porém que compartilham a visão de que o exercício da imprensa configura um ator indispensável para o debate político, para a apresentação de ideias e pontos de vistas amplos e conflitantes, em especial em momentos de governos autoritários e com pouco apreço pela liberdade de expressão. A defesa da ampla divulgação de fatos e da denúncia feroz da censura se constrói ao longo

dos quatro textos, primeiro ao solapar as fundações de qualquer argumentação que possa validar a censura presente no texto do filósofo, e aqui também jornalista, Karl Marx; após ao definir a importância das vozes dissonantes e independentes contra a ditadura, denunciando a grande mídia, uma imprensa oficial, silenciada e conivente diante dos abusos; e por último fortalecendo as opiniões sobre a imprensa brasileira e o ofício do jornalista que evidencia Millôr Fernandes, precursor no humor e desafio aos militares golpistas.

Quadro 1 - Textos publicados em *Oitenta* sobre o tema Imprensa

Título	Autor	Volume (Ano)	Subtemas
A liberdade de imprensa	Karl Marx	Vol. 1 (1979)	Censura
Imprensa alternativa, nanica, independente	Sergio Caparelli	Vol. 3 (1980)	Censura, imprensa alternativa
De como AP e UPI manipulam a verdade	Michael Messing	Vol. 3 (1980)	Jornalismo internacional
Entrevista com Millôr Fernandes	Equipe Oitenta	Vol. 5 (1981)	Imprensa brasileira

Fica claro nas óticas diversificadas que os editores escolheram dar à temática da imprensa, uma posição de confronto à qualquer regime autoritário de governo onde a censura se estabeleça. O caso brasileiro é patente na decisão de publicar os artigos em *Oitenta*, pois a repressão e perseguição recaiu primeiramente sobre os meios de divulgação cultural de que dispunha a esquerda desagregada com o golpe de 1964, curiosamente, foi nesse mesmo meio cultural que se estabeleceu um dos principais pilares de resistência à ditadura e de reestabelecimento da democracia. A resistência cultural persistiu através da publicação de jornais, edição de livros, e também shows e canções de protesto, mesmo com a ferrenha censura que foi instaurada sobre qualquer “manifestação subversiva”.

O primeiro volume de *Oitenta* iniciou prontamente o movimento de derrubada da censura do regime militar pela desmoralização de suas justificativas. Em sua capa traria, provocativa, a chamada em vermelho “O jornalista Karl Marx” para o texto de quase trinta páginas do autor com o simples título de “A liberdade de imprensa”. O texto foi produzido na década de 40 do século XIX, enquanto Karl Marx atuou como jornalista para a *Gazeta Renana*. Sua tese central, transportada para o momento histórico brasileiro

de fins da década de 1970, conserva a eficácia do posicionamento em favor da própria natureza e ética de liberdade da atuação de “uma imprensa do povo” como contrapeso da “imprensa do governo”, principalmente por dirigir suas interjeições ao discurso do orador, um deputado conservador da Assembléia de Dusseldorf na Alemanha.

O princípio no qual Marx fundamenta o texto é a defesa da liberdade, independentemente de ser essa a de imprensa, pois um ataque a ela representa um ataque contra a natureza da humanidade que se constitui em um impulso de buscar a liberdade. E sendo assim, ele afirma que a imprensa “em geral” é o exercício da liberdade humana, enquanto que a censura seria sua mera tentativa de negação. Desta perspectiva, a liberdade está presente em todas as ações humanas, seja na decisão de publicar críticas à um governo ou no ato de censurá-las, denotando que a justificativa da censura só pode ser aquela de retirar a liberdade dos homens, não somente da imprensa, conforme Marx afirma:

A liberdade é a tal ponto a essência do homem, que mesmo seus opositores a reconhecem, posto que a combatem; querem apropriar-se da joia mais cara, que eles não consideram a joia da natureza humana. Ninguém luta contra a liberdade; no máximo lutam contra a liberdade dos outros. Por isso, todos os tipos de liberdade existirem sempre; às vezes, como uma prerrogativa particular; outras, como um direito geral. (MARX, *Oitenta*, 1979, p. 45)

Na defesa deste argumento, fica claro que não há como estabelecer a liberdade apenas para alguns indivíduos, os censores, sendo que ela é própria de todos os homens, e que “se o orador fosse congruente, teria de ter rejeitado não a imprensa livre, mas simplesmente a imprensa”. Porém, a imprensa se divide, no argumento do orador, de duas maneiras antagônicas, aquela que é boa, censurada, reservada, defensiva, e aquela que é má, perversa, ofensiva. A primeira não teria apelo ao povo, seria impotente, enquanto que a segunda seria irresistível, difundindo ideias perigosas como “abolição da aristocracia” e “não reconhecer a autoridade do Estado ou da Igreja” no que Marx rebaterá “Quererá dizer que o bem é impotente?”.

Ao estabelecer estas duas categorias observamos que o fundamento de cunho moral que justifica a censura em questão se encontra na ideia de que a imprensa não deve atuar para influenciar uma opinião pública através de suas publicações, muito menos exercer críticas ao estado das coisas na conjuntura política e social, em suma, é perverso tudo aquilo que busca qualquer tipo de mudança. Essa visão é o alinhamento principal de uma corrente de pensamento conservador formado no centro de poder das elites dominantes e que se beneficiam desta posição, ao mesmo tempo que a instauração do

instrumento de censura seria o aspecto autoritário da manutenção deste poder. A imprensa “boa” torna-se, portanto, um veículo à serviço do poder estabelecido, subserviente e hipócrita ao negar sua própria liberdade, conquanto Marx afirmará que:

Uma imprensa livre é boa mesmo quando produz frutos ruins, pois estes produtos são apóstatas da natureza de uma imprensa livre. (...) A essência da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade. O caráter de uma imprensa censurada é a falta de caráter da não-liberdade; é um monstro civilizado, um aborto perfumado. (MARX, *Oitenta*, 1979, p.48)

A imprensa livre, dentro das dimensões históricas em que é abordada no artigo, é um instrumento utilizado por toda oposição às elites aristocráticas que detém o poder político e reforçam este poder com as instituições do Estado e da Igreja. O orador conservador se fundamentará, de acordo com o dualismo mal e bem, imprensa livre e imprensa censurada, para delimitar o que deve ser objeto de censura. Marx demonstrará uma forte oposição aos critérios frágeis que são usados para a negação da liberdade de imprensa, afirmando que as duas classes de imprensa compartilham muitas maneiras de gerar seus escritos, incluindo opiniões baixas e infâmias, e portanto o que deve ser considerado como critério que as separa é a essência, ou o caráter da publicação.

Através desse argumento, Marx esclarecerá que a censura à imprensa é uma das faces da própria liberdade de imprensa, pois ao negar a opinião contraditória e oposicionista, o censor e as opiniões permitidas possuem plena liberdade de divulgação, afirmará então “E quem é o censor da imprensa do governo, exceto a imprensa do povo?”. Há, portanto, o estabelecimento de uma dimensão filosófica sobre a essência da liberdade de agir do homem, especialmente na luta política, de forma que não é possível que a liberdade de opinião seja concedida somente a uns poucos sem o seu contraponto. A censura não elimina a existência das opiniões indesejáveis, subversivas, apenas cria uma luta secreta e unilateral, ou seja, faz uma luta de princípios e argumentos tornar-se uma luta de violência sem qualquer princípio. Em consequência, a aplicação da censura torna-se somente em uma lei punitiva que não alcança sua intenção primeira, impedir a sociedade de tomar conhecimento de determinadas opiniões subversivas, pois afirmará o autor que “no país da censura, cada escrito proibido – isto é, impresso sem o censor – é um sucesso”. Desta forma, as justificativas autoritárias e conservadoras que propõem o cerceamento da liberdade de imprensa não são viáveis, posto que os fundamentos de uma imprensa objetiva e censurada, assim como um pensamento único na sociedade não conseguem se sustentar inquestionáveis e incriticáveis. Assim, Marx demonstrará a contradição desta visão conservadora e proporá uma alternativa:

A verdadeira censura, baseada na própria essência da liberdade de imprensa, é a crítica; esta é a corte que a imprensa criou ao seu redor. A censura é a crítica como monopólio do governo; mas a crítica não perde seu caráter racional quando procede, não em forma aberta, mas secretamente, não teórica, mas praticamente? Quando não julga partidos, mas transforma-se em partido? Quando não usa as agudas facas da razão, mas as desafiadas tesouras do capricho? Quando quer criticar, mas não quer aceitar críticas? Quando desaprova a si mesma, mas continua se oferecendo? Quando, finalmente, é tão pouco crítica que confunde sabedoria individual com universal, ditames do poder com ditames da razão, manchas de tinta com raios de sol, as linhas tortas do censor com construções matemáticas, e fortes golpes com notáveis argumentos? (MARX, 1979, p. 49)

Para Marx, a discussão de uma alternativa, tendo como ponto central a crítica pública, é a elaboração de uma lei de imprensa em contraposição à censura, estabelecendo a clara distinção de que enquanto a lei da censura visa proibir a própria liberdade, uma lei de imprensa possibilita ser “um voto de confiança que a imprensa dá a si mesma”. A atuação da imprensa, portanto, é delimitada pela sua própria liberdade, considerada como sua condição normal, mas é restringida somente quando atua contra seus próprios princípios, atua contra si mesma. O reconhecimento da liberdade de imprensa sob a forma de lei é a forma efetiva de eliminar a censura, pois esta não pode existir como lei preventiva.

Entretanto, como demonstrado, a imprensa, livre ou censurada, pode tomar caminhos de opiniões baixas ou infâmias, mas resta no escrutínio público o único parâmetro para a sua continuidade de existência e o que nos demonstra que os benefícios de uma imprensa livre são infinitamente maiores que as justificativas de uma censura. Marx não deixa de lado a dimensão de seu pensamento social quando defende que a imprensa livre deve atuar em consonância com o avanço político e emancipação dos indivíduos perante o Estado, ele afirma que a imprensa é a “cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais” e que nela deve estar a expressão do olhar onipotente do povo. A defesa da liberdade, em toda as suas dimensões, mesmo que na pequena fração de expressar e publicar as opiniões, é o ponto central no artigo de Marx e pela qual ele conclama que sua luta vale a pena e, ao narrar a continuidade da votação dos oradores encerrará com a observação:

A liberdade continua sendo liberdade, seja ela expressada através da imprensa, do mercado imobiliário, da consciência, ou duma Assembléia política, mas o amigo leal da liberdade, aquele cujo sentido de honra sente-se ferido quando deve votar sobre a questão “Deve ou não existir liberdade?”, este amigo fica desconcertado pelo material específico no qual a liberdade aparece, ele confunde gene com espécie, ele esquece a liberdade de imprensa, ele acredita estar julgando outro ser e sentencia seu próprio ser. (MARX, *Oitenta*, 1979, p. 71)

Embora a censura possa se estabelecer em uma sociedade, acobertada por vasto aparato jurídico e policial, ainda assim haverá o surgimento de uma rede clandestina de distribuição de opiniões proibidas. Estes “jornais alternativos” conseguem encontrar as fissuras para ganhar espaço e circularem por um período. Os fundamentos da defesa de uma imprensa livre presentes no artigo de Karl Marx constituem um aspecto profundamente relevante dos valores da cultura política gestada em *Oitenta*, pois ao apresentar uma imprensa livre, não limitada pela proximidade submissa ao poder, feita para a opinião pública, a revista incorpora a síntese da oposição cultural à ditadura brasileira, que foi organizada em revistas, livros e jornais alternativos e dá a sua própria definição como produto cultural. A discussão sobre a imprensa alternativa está presente em *Oitenta* devido a própria atuação dos editores em veículos que se posicionaram contra a ditadura durante a década de 1970.

Em seu terceiro volume, foi publicado o artigo de Sérgio Caparelli¹¹ com o título de “Imprensa alternativa, nanica, independente”, no qual discorre sobre a difícil e corajosa atuação da imprensa alternativa no Brasil dos anos 1970 e a sua situação adentrando a década seguinte. Segundo Caparelli, foi o Exército brasileiro o primeiro a se interessar pela imprensa alternativa, de cujo interesse surgiu um estudo realizado pelo Centro de Informações do Exército em 1974, sendo este estudo uma visão de “comunistas atrás de cada máquina de escrever”. Fica claro que a imprensa de oposição foi objeto das preocupações dos militares levando à construção de um aparato de rigorosa vigilância e consequente perseguição por parte dos agentes da ditadura. Apesar destes obstáculos, os veículos de imprensa alternativa se multiplicaram na década de 1970 e criaram uma rede de informações voltada a denunciar as transgressões e combater a legitimidade da ditadura.

Caparelli afirma que os jornais alternativos recebiam outras denominações como imprensa nanica para representar uma restrita estrutura e pequenas tiragens, embora *O Pasquim* tenha chegado a tiragens de 100 mil exemplares; jornalismo opinativo em oposição à visão de jornalismo neutro, objetivo, imparcial. No entanto, é a definição como jornalismo político que suscita uma questão cara para a posição que os jornais alternativos ocupavam diante da sociedade. Ao compreender o nome dado aos jornais de oposição como “políticos”, Caparelli tece uma derradeira crítica aos apoios à ditadura, pois para na

¹¹ Sergio Caparelli é jornalista, escritor e foi professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

definição de político se enquadra qualquer jornal brasileiro, como “um meio para difusão de determinada ideologia”, no que ele questionará:

Mais uma vez: ideológicos não são todos os jornais? Acontece que é próprio da ideologia dominante considerar como naturais as ideias dominantes, procurando ideológica e falsamente apresentá-las como objetivas, neutras. (CAPARELLI, 1980, p. 101)

Dentro dessa perspectiva, o autor apresenta os valores de objetividade e imparcialidade do jornalista apenas como reforços da estrutura estabelecida pela conjuntura política, na qual a grande imprensa dispõe seu apoio. A opinião, a denúncia, e o enfrentamento são os instrumentos à disposição dos jornais alternativos para exercer oposição na tentativa de transformar essa estrutura. Esse posicionamento encontra reverberação no artigo de Marx sobre a liberdade de imprensa, afinal é uma crítica ao modelo capitalista e à suposta objetividade de uma imprensa que se sujeita a publicar apenas elogios e opiniões permitidas pelo governo, esta imprensa também está reproduzindo uma visão ideológica. E Caparelli segue em sua crítica à ilusão da objetividade “como forma de não cair numa posição opinativa ou ideológica”, deixando claro que o jornalismo sempre tem uma posição, que serve à um propósito, derivada de valores ideológicos, e estes se deixam entrever tanto nas notícias que são publicadas, incluindo a forma com que são tratadas as manchetes, quanto nas notícias que não são.

A imprensa alternativa, de maneira geral, busca o posicionamento contrário ao da grande imprensa, se contrapondo ao publicar notícias ignoradas e que julga de grande interesse público, de maneira crítica, expondo suas opiniões abertamente. O fortalecimento destes canais de comunicação alternativa, porque já eram existentes antes de 1964, foram uma reação ao monopólio e restrição de informação que o governo militar tentou impor à sociedade, pois como afirma Caparelli, a ditadura compreendeu o papel ideológico que a imprensa pode encarnar, representando “um papel específico, na sociedade, defendendo os interesses dos grupos que se beneficiam do poder”.

O artigo apresentará o ideal do jornalismo alternativo como uma força presente em todas as sociedades onde a liberdade de expressão esteja ameaçada por um discurso único ou pela dominação de um grupo político. Ele apresentará o panorama do florescimento de publicações alternativa no mundo ocidental, especialmente após o maio de 1968, contestando as bases da sociedade capitalista com expressões na imprensa de humor e irreverência, mas indissociável de uma profunda reflexão política. Caparelli apresenta que inúmeros grupos buscaram avanços sociais e culturais através da publicação de jornais alternativos. Grupos que estavam à margem da ideologia dominante

ou dos grupos de poder, como movimentos negros, universitários, movimentos ecológicos e inclusive a esquerda política, conforme o autor demonstra:

Dessa época, *Hara-Kiri*, que mudou para *Charlie Hebdo*, depois de ser proibido sua circulação pelo governo. E essa proibição numa França que procura manter uma imagem externa de grande liberdade de imprensa! Porém, 1971 assistiu a um fenômeno em alguns pontos similares ao brasileiro de anos mais tarde: um grande número de jornalistas que trabalhavam na grande imprensa procurou encontrar uma linguagem em comum na fundação da Agência de Imprensa Liberação. (CAPARELLI, *Oitenta*, vol. 2, 1980, p.107)

O texto faz uma defesa de que as condições históricas e políticas do Brasil nos anos de ditadura civil-militar forneceram um campo fértil para o aparecimento do fenômeno de imprensa alternativa em oposição ao controle dos meios de comunicação por parte dos militares. No entanto, a imprensa alternativa não é um fenômeno restrito ao caso brasileiro, é um valor mobilizado por grupos que desejam romper as barreiras impostas por um centro de poder e de uma ideologia dominante. Dessa forma, Caparelli deixa claro que a imprensa alternativa “funciona como um fogo-fátuo a iluminar as zonas obscuras do autoritarismo” e que ela “vive, ou sobrevive, nos regimes fechados em que o poder estabelece um controle cerrado do sistema de comunicação”. Este é o contexto em que a imprensa alternativa no Brasil assume suas características específicas ao combater a legislação coercitiva e o modelo de comunicação concentrado na grande imprensa.

Os impressos alternativos proliferaram a partir do governo Médici, um dos mais repressivos da ditadura, sendo que *O Pasquim*, foi criado em pleno momento de acirramento da repressão, com a promulgação do AI-5¹², em 1969. O Centro de Informações do Exército considerou *O Pasquim* como o segundo impresso da imprensa alternativa, sendo considerado como primeiro o *Pif-Paf*, fundado em 1964 por Millôr Fernandes, também integrante de *O Pasquim*. A partir deste momento surgiram diversas publicações de imprensa alternativa, entre 1971 e 1975 entre eles se situaram *Pato Macho*, *Opinião*, *Versus*, *Movimento* e *Coojornal*. No entanto, a transição para o governo Geisel, com a promessa de abertura e distensão na perseguição a opositores não demonstrou facilitar a atividade dos jornais. A repressão permaneceu ferrenha com censura e alavancada por ataques de militantes da direita raivosa. Caparelli enunciaria esse cenário invocando o caso de *Opinião* com a censura:

Bombas, ameaças, censor na redação, censura em Brasília, processos, pressão sobre os anunciantes, prisões e outros meios foram usados pelo Estado para

¹² O Ato institucional nº 5 foi o instrumento jurídico que escancarou o autoritarismo da ditadura, dando início aos “anos de chumbo” para a oposição. Com ele foi instituída a rígida e prévia censura a todos meios de comunicação, bem como a “proibição de atividades ou manifestação de assuntos de natureza política”

sufocar a imprensa alternativa. Quando em 1977, o jornal *Opinião* saiu pela última vez, seu editorial enumerava o assédio do poder contra a reflexão sobre os problemas nacionais nas páginas do jornal. (CAPARELLI, *Oitenta*, vol. 3, 1980, p.109)

O episódio que culminou com o encerramento do jornal *Opinião* foi narrado pelo editor de *Oitenta*, José Antonio Pinheiro Machado no livro *Opinião x Censura: a luta de um jornal por liberdade*, publicado pela L&PM em 1979. Nele, Pinheiro Machado acompanha o extenso processo judicial de cercamento e definitivo esgotamento do jornal. Fundado por Fernando Gasparian em 1972, exilado pela sua proximidade com o governo do presidente João Goulart, *Opinião* nasceu como um veículo de oposição para fazer a denúncia das mortes e perseguições, bem como articular os intelectuais nacionais no enfrentamento à uma ditadura violenta. A censura prévia foi imposta sobre o *Opinião* em 1973 e só se encerrou em 1977, com o próprio fim do jornal. No entanto, o jornal recorreu da decisão travando uma batalha jurídica contra a censura, o que atraiu ainda mais a ira dos militares. O jornal conseguiu uma pequena vitória tendo sua censura suspensa pelo tribunal em 1973, no entanto, Médici proibiu a circulação do jornal no dia seguinte alegando uma norma de 1971, o decreto 165-B, aparentemente forjado para dar ares de legitimidade para a censura (PINHEIRO MACHADO, 1979). A historiadora Beatriz Kushnir aponta esse episódio como significativo das maneiras que os militares tentavam manobrar seus desvelados arroubos de autoritarismo sem escancarar o regime de exceção:

É importante esclarecer detalhadamente o episódio que envolveu o *Opinião*, pois ele desmascara uma farsa, já que era proibido mencionar que havia censura. Assim, o caso do *Opinião* torna-se emblemático. (KUSHNIR, 2004, p. 122)

Caparelli também apontará a função importante do jornalista crítico e independente para reforçar os valores democráticos, especialmente quando atuam como denúncia e opinião de acontecimentos que marcam o momento. A função do jornalista é essencial para a sociedade pois fornece um produto “simbólico, veiculando símbolos, padrões de comportamento”. O autor fará um elogio à organização e firmeza dos profissionais do *Cojornal*, no qual diversos editores de *Oitenta* atuaram. Os jornais de cooperativas abriram o mercado de trabalho para que jornalistas e intelectuais pudessem atuar fora do circuito da grande imprensa.

À essa conjuntura da defesa da imprensa como instituição essencial para os valores democráticos, *Oitenta* representou ter sido fortemente influenciada por todo o conjunto de impressos alternativos em seu combate à ditadura, porém, está muito mais

representada pela atuação do jornalista Millôr Fernandes. Em seu quinto volume, *Oitenta* trouxe uma longa entrevista realizada pela equipe de editores José Antonio Pinheiro Machado, Ivan Pinheiro Machado, José Onofre, Paulo Lima e Jorge Polydoro, com Millôr. Esta entrevista, de quase quarenta páginas, demonstra a consistência e profundidade com que *Oitenta* buscava dialogar com os intelectuais brasileiros, abordando em primeiro plano a situação da imprensa nacional, mas também sobre as ideias sobre política e cultura. Ela foi tão ampla e significativa para o conjunto da revista que a editora L&PM a republicaria como um livro próprio no ano de 2011, deixando clara a sua importância na apresentação de capa; “o leitor poderá constatar que este longo e denso depoimento atravessou três décadas intacto no seu conteúdo mais precioso e revela por inteiro uma das grandes personalidades da cultura brasileira”.

Neste sentido, é possível afirmar que a influência para *Oitenta*, mas sobretudo para a editora L&PM, de Millôr Fernandes como cartunista, humorista, escritor e jornalista é encontrada na maneira com que decidiu tratar os temas da política e da cultura e atuar na resistência democrática, através do humor e da crítica irreverente, à ditadura. A editora L&PM contou com uma bem arranjada parceria com Millôr Fernandes, iniciada em 1975, um ano após a sua fundação, com a publicação de *Antologia Brasileira de Humor*. Millôr foi, portanto, um dos primeiros autores com renome nacional a ser publicado pela jovem editora. À este passo inicial seguiram-se as publicações de seus escritos como *Devora-me ou te decifro* (1976) e trabalhos no teatro como *É...* (1977), *Liberdade, Liberdade* (1977), *A história é uma história* (1978), *Um elefante no caos* (1979) entre outros trabalhos que seriam publicados e reeditados ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Millôr Fernandes foi reconhecido como um importante intelectual pela sua independência na análise crítica da situação social e política do Brasil, suas peças de teatro retratam essa visão. Porém, sua atuação ganha destaque ao inaugurar o primeiro jornal alternativo após o golpe de 1964, o *Pif-Paf*, fruto de sua coluna no jornal *O Cruzeiro*, no qual havia ingressado aos 14 anos, mas que vinha perdendo espaço como cartunista. Após o golpe e com *Pif-Paf*, Millôr estabeleceu um importante baluarte de oposição, mas não de uma maneira partidária, foi através do humor que ele atingia a reflexão sobre a moral e ética, construía em suas críticas uma filosofia de vida. Conforme afirma Bernardo Kucinski, “*Pif-Paf* foi radicalizando e criando as fotomontagens ridicularizando os donos do poder. Em todas as edições era enfatizada de alguma maneira a palavra liberdade.” (KUCINSKI, 1991, p.28), até que foi fechada pelo regime em seu oitavo número.

No início de 1969, Millôr se juntaria à um time de cartunistas como Ziraldo e Jaguar para a publicação de *O Pasquim*, um jornal alternativo que por inúmeras vezes seria alvo da censura e repressão dos militares por liderar uma forma crítica bem humorada de oposição. Essa concepção de oposição e resistência democrática através de uma análise bem humorada dos fatos foi o que pautou sua atuação como jornalista, inclusive *O Pasquim* serviu de inspiração para Luis Fernando Verissimo criar *O Pato Macho* em 1971.

A entrevista de Millôr Fernandes para a equipe de *Oitenta* expressara em muitos momentos essa visão de uma atuação transformadora da sociedade que a imprensa deve adotar como princípio. Este é um valor incutido em todo o conjunto de textos da revista que versaram sobre a imprensa, o valor de que a imprensa não pode ser tecnologicamente desenvolvida e atuar para a manutenção de um grupo de poder. Millôr corroborará essa percepção ao afirmar que a imprensa brasileira melhorou muito tecnicamente desde o seu ingresso na profissão, porém “do ponto de vista ético, moral e social, melhorou muito pouco”. Ele afirmará que a “imprensa é resultado da sociedade em que funciona”, mas adicionará:

Mas a imprensa brasileira sempre foi canalha. Eu acredito que se a imprensa brasileira fosse um pouco melhor poderia ter uma influência realmente maravilhosa sobre o país. Acho que uma das grandes culpadas das condições do país é nossa imprensa. (MILLÔR, *Oitenta*, vol. 5, 1981, p. 10).

A crítica tecida por Millôr se dirige claramente aos órgãos da grande imprensa brasileira, não somente no período da ditadura, mas também à veículos como *Diarios Associados* e *Folha da Manhã*, nos quais ele atuou. Jornais da grande imprensa dirigidos por estruturas familiares e construídos em monopólio atuaram, por muitas vezes, para a manutenção de uma classe dominante e um grupo de poder, atrelando seus próprios interesses com o apoio aos poderosos. A concepção de imprensa para Millôr é de uma instituição socialmente transformadora e está refletida em sua declaração de que “é possível fazer imprensa com independência”, mesmo em uma sociedade conservadora, “se pode fazer dentro de um contexto capitalista, uma imprensa de alta eficiência social voltada para o bem público” (MILLÔR, 1981, p. 11).

Neste sentido, o depoimento de Millôr contribui também para reforçar o ideal da liberdade de expressão, tema caro ao escritor, ao mesmo tempo que preza pela existência de uma imprensa alternativa de construção de oposição e denuncia. No entanto, ele fará uma ressalva de que a imprensa alternativa entra em um processo de retração a partir da abertura, muito devido à adequação ao modelo de exploração de sensacionalismo, o qual

ele chama de “vigarice”, mas que se bem feita, “a imprensa opcional forçará a grande imprensa a dar cobertura a certos assuntos”. Diante de tal fato, a imprensa brasileira criou um sistema que, na visão de Millôr, reduz o papel do jornalista à um serviçal de veículos coniventes com a repressão e a censura, utilizando como ilustração a dificuldade de contradizer este sistema quando se tem acesso, intimamente, aos círculos de poder, de maneira que não é possível tecer críticas independentes.

Diante do amplo panorama de opiniões que Millôr expressa na entrevista, ele fará uma reflexão filosófica diretamente voltada para a sua interpretação dos grupos políticos em conflito no Brasil. Como definição dos processos políticos, Millôr afirma que acredita no “individuo conscientizado” como a “força mais progressista do mundo”, revelando uma concepção libertária dos atores destes processos, responsáveis pela interpretação do seu contexto e pela liberdade de suas ações. Millôr, porém, contraporá essa concepção com uma critica da sua visão dos grupos políticos no Brasil:

[...] o que me preocupa não é a direita, esta caminha definitivamente contra a história: eu estou preocupado é com a esquerda que pretende caminhar com a história, o que até pode ser verdade, mas sem a menor preocupação com o ser humano, individual e indivisível. (MILLÔR, *Oitenta*, vol. 5, 1981, p.15)

Há aqui uma visão ortodoxa e simplista diante da organização de grupos fundamentando uma crítica especialmente ao autoritarismo da esquerda centrada em partidos políticos. Sua visão é voltada as organizações de grupos em que o individuo pode ser desconsiderado antes de se pensar na sua contribuição única para o grupo, no que ele afirma “o grupo é inevitável, [...] quase não se faz nada sem o grupo”. Esta compreensão está baseada na filosofia sartreana da qual Millôr é influenciado, o seu existencialismo é de uma concepção de liberdade total do indivíduo, do ponto de vista ético e moral, mas responsável. Dentro desta visão cética, Millôr cria sua própria filosofia de vida questionando “Seria o homem viável?” a qual ele responde “O homem é inviável, mas eu não sou não. Há muitas pessoas que se salvam”. Como afirma Kucisnki, Millôr Fernandes possuía um ideal de individualismo que “era ao mesmo tempo uma prática pessoal e uma concepção de mundo” (1991, p.27).

O papel de intelectual que Millôr protagonizou em suas diversas atuações na imprensa e entre os escritores representa um forte mobilizador dos valores democráticos pelo qual *Oitenta* prezou, partindo do pressuposto da transformação da sociedade através da discussão de temas políticos e culturais necessários a conscientização. Temas culturais que muitas vezes envolvem a autonomia do indivíduo em relação a desigualdade social, em relação a sexualidade e em relação à cidadania democrática. Ao mesmo tempo,

Oitenta expressa, fortemente influenciada por Millôr, a possibilidade de construir alternativas políticas voltadas ao público, à um bem comunitário, capaz de produzir liberdade ampla e progresso social.

3.2 A SEMENTE DA DEFESA DO ECOSSOCIALISMO

O terceiro volume de *Oitenta*, publicado adentrando a nova década, introduzirá um conjunto de textos que circulam ao redor de uma ideia central na organização de vários grupos em prol do combate e crítica ao modelo de exploração da natureza, especialmente adotado no modelo de produção capitalista, e que se transformaria em uma bandeira persistente de reivindicação de políticas públicas para o meio ambiente nas décadas seguintes. O pensamento ecológico foi incorporado nas discussões do papel e atuação política das esquerdas, criando uma corrente crítica e examinadora da ética ao se tratar da relação do homem com a natureza e da utilização de seus recursos. Desta forma, a ecologia torna-se uma tendência não somente de defesa do meio ambiente, mas também de atuação política e, ao eleger o progresso desenfreado do capitalismo como seu principal fator determinante, os grupos e movimentos sociais surgidos deste ideal tomarão para si uma postura anticapitalista.

Em *Oitenta*, foram publicados seis artigos que assumem a reflexão, as vezes em forma de denúncia, sobre a destruição das florestas, a poluição do ar e das águas, da contaminação alimentar pelo uso de pesticidas, e o estabelecimento claro da relação da defesa do meio ambiente com o pensamento socialista ao ser anunciado como “o capitalismo em guerra contra a natureza” em uma das capas. O conjunto de textos mobiliza os diferentes matizes do pensamento ecológico para fundamentar um ideal partilhado pelos editores, parte integrante da perspectiva do projeto que sustenta a revista, ao mesmo tempo que constitui um aspecto de sua cultura política.

Quadro 2 - Textos publicados em *Oitenta* sobre o tema Ecologia

Título	Autor	Volume (Ano)	Subtemas
A prostituição irrecuperável (entrevista com Warwick Kerr)	Edilson Martins	Vol.3 (1980)	Amazônia
Os mistérios do mercúrio	Moacyr Scliar	Vol 4. (1980)	Poluição

Espaço político e espaço urbano	Benício Viero Schmidt	Vol. 6 (1982)	Urbanização
A ecologia é revolucionária	Herbert Marcuse	Vol. 8 (1983)	Ecossocialismo
Elogia da bosta	Ernesto Luiz d'Oliveira	Vol. 9 (1984)	Agrotóxicos
A terra arrasada	Gary Snyder	Vol. 9 (1984)	Amazônia

Na medida que se observa a presença dos artigos sobre o tema em *Oitenta*, é possível perceber que esse movimento do pensamento em defesa de uma consciência ecológica e denúncia dos crimes contra o meio ambiente perpetrados pela ideia de progresso, fundamentalmente atrelados ao modelo capitalista, demonstrou ser uma força na linha editorial da atividade da L&PM, pois tratou de colocar em evidência essa causa com a publicação em 1976 do livro de quadrinhos do cartunista Caulos (Luiz Carlos Coutinho) intitulado *Só dói quando eu respiro*. O livro reuniu uma série de obras de Caulos que foram publicadas primeiramente nas páginas do *Jornal do Brasil* e esporadicamente em *O Pasquim*, onde também atuou com Ivan Lessa em sua coluna. A sequência de ilustrações demonstrava em tom de humor e ironia, mas com grande lastro de reflexão, as consequências da devastação ecológica, do desmatamento, da poluição do ar e das águas, denunciando o progresso industrial e tecnológico da humanidade como sua principal causa, sem no entanto, deixar de lado a visão antropológica, ilustrando os malefícios causados ao próprio homem, como parte inerente da natureza, em sua vida cotidiana, física e psicologicamente.

A arte de Caulos expõe de maneira enfática as chaminés das fábricas em contraste com as árvores cortadas, muitas vezes retratando pássaros sem cabeças ou pica-paus com cabeça de metal pousando sobre prédios. A violência gráfica, proposital, aliada ao seu conteúdo crítico, é o peso fundamental para causar espanto e reflexão dos temas no público leitor, pois através do retrato de uma árvore derrubada ao lado de um machado sujo de sangue, Caulos estabelece a ponte de identificação do homem com a natureza, aprofundando a sua visão antropológica de ecologia, na qual a consequência da devastação do meio ambiente retornando em último grau ao próprio cotidiano humano. Ao estabelecer essa paisagem de homem e natureza devastados nas obras de Caulos,

adensamos o caráter também político da obra, e aproximamos a visão socialista e a recusa do progresso desenfreado, implícito no ideal capitalista, como evidenciado nas palavras de Engels:

Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma destas vitórias, a natureza se vinga de nós. (...) Os fatos nos lembram a todo instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, como alguém que está fora da natureza... (ENGELS *apud* LÖWY, 2005, p. 22)

O livro *Só dói quando eu respiro* é a expressão de uma posição crítica diante do pensamento do domínio humano sobre a natureza, especialmente nas condições de exploração capitalista. O avanço tecnológico e científico, em muitas áreas, não resultou em uma análise detida sobre os seus impactos na dinâmica socioambiental, acarretando em uma aceleração da destruição de ecossistemas e na deterioração de modos de vida urbanos e rurais.

Os textos em *Oitenta* dialogam com os acontecimentos diante da crescente preocupação de grupos diante de desastres climáticos em consequência de exploração dos recursos naturais. Esta preocupação reuniu as interpretações dos grupos dando forma a reivindicações legítimas de movimentos sociais na década de 1970, muitos originários das críticas gestadas nos protestos de Maio de 1968, mas que atraíram a preocupação de estados nacionais, dando espaço às primeiras discussões em nível internacional como àquelas ocorridas na Conferência de Estocolmo em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas. Dentro do contexto brasileiro e regional da editora L&PM, pode se apontar que movimentos ecológicos começam a mobilizar forças políticas para atingir seus objetivos, um exemplo foi a criação de uma secretaria do meio ambiente no âmbito da organização do Estado do Rio Grande do Sul em 1976, muito devido à atuação de um grupo reunido em defesa do meio ambiente criado em Porto Alegre em 1971, esse grupo organizou-se na Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Com a abertura política em 1979, esses grupos realizaram uma série de ações como campanhas pela preservação da Amazônia e contra os contratos de riscos de exploração madeireira, a partir de alimentos sem agrotóxicos, e nas quais atuou como presidente de AGAPAN, o reconhecido ecologista José Lutzenberger (SOARES, 2012). Lutzenberger teria seus livros de ecologia publicados pela L&PM durante as décadas de 1980 e 1990.

As discussões sobre a questão ecológica ocuparam espaço de destaque nas instituições do Estado. A cidade de Porto Alegre avançou na implantação de algumas medidas voltadas para a defesa do meio ambiente no ano de 1979, com a campanha de

arborização elaborada pela Prefeitura, ao mesmo tempo que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul inaugurava um curso de pós-graduação em Ecologia.

Diante deste panorama, as bandeiras ecológicas começaram a se incorporar nos programas políticos das esquerdas brasileiras. *Oitenta* buscou fornecer pontos de vistas para o debate de forma a discutir não somente pontos de defesa da natureza, mas toda uma nova mudança na relação da humanidade com o meio ambiente, abordando a própria estrutura da sociedade capitalista neste quesito.

A necessidade de mudança de um pensamento ecológico aliou-se as reivindicações dos movimentos sociais no momento de abertura política, permitindo um amplo espaço de reverberação nos discursos de oposição. O debate em torno da ecologia reverberou nas críticas anticapitalistas, mobilizando os conceitos e abrindo um foco de se questionar o ideal de progresso tecnológico e social através da ação do homem que tanto o capitalismo quanto o comunismo enunciavam.

No oitavo volume de *Oitenta*, vemos o mais simbólico artigo na inflexão das lutas anticapitalista e ecológica. O artigo de Herbert Marcuse, um filósofo marxista heterodoxo, intitulado *A ecologia é revolucionária*, estabelece as bases para a condenação do capitalismo como inimigo da natureza, sendo o principal agente em sua destruição. Neste texto, Marcuse afirmará que o capitalismo monopolista, responsável pelas guerras neocolonialistas no Vietnã, é também o responsável pela violação da terra. Ele enuncia que para o capitalismo “não basta terminar com as pessoas vivas: tem que se impedir a sobrevivência dos que ainda não nasceram”, de maneira que ele está “empenhado em uma guerra contra a natureza, tanto a humana com a exterior”.

O autor estabelece uma relação da concepção de produtividade, intrínseca ao capitalismo, com os valores da natureza, sendo que quanto mais produtiva é a sociedade capitalista, mais destruidora se torna dos recursos. Enquanto que a natureza, como uma dimensão do trabalho humano, é por seus valores “a própria negação da sociedade de intercâmbio, com seus valores de lucro e utilidade”. Neste sentido, Marcuse descontrói a noção do progresso capitalista, posto que a exploração necessária para gerar a riqueza social é um processo econômico destrutivo de suas próprias condições, no qual os movimentos começam a tomar consciência, como ele afirma:

É claro que o esforço ecológico pode servir muito para embelezar o meio-ambiente, torna-lo mais agradável, menos repulsivo, mais suportável. Evidentemente é uma melhoria: mas também um fator de progresso porque, através desta melhoria, certo número de necessidades e aspirações começam a manifestar-se no próprio seio do capitalismo e transformar a conduta dos

homens, sua experiência, sua atitude frente ao trabalho. (MARCUSE, *Oitenta*, vol. 8, 1983, p. 57)

Precisamente este é o ponto que une a luta anticapitalista com a ecológica, pois seus valores são antagônicos e não podem conviver em um sistema capitalista. Portanto, Marcuse elabora que a luta ecológica não é somente pela defesa do meio ambiente, mas é uma luta política, também pela questão de sobrevivência. Diante disso, o autor encerrará com uma convocação de que “um meio-ambiente saudável” pode “fortalecer nos próprios indivíduos as raízes de seu desejo instintivo de liberação”, e portanto:

A verdadeira ecologia desemboca em um combate ativo em prol de uma política socialista que deve conseguir atacar as raízes do sistema, ao mesmo tempo que o processo de produção e a consciência mutilada dos indivíduos (MARCUSE, *Oitenta*, 1983, p.58)

As bases desta luta ecológica apresentam-se em *Oitenta* como uma forma de dialogar a transformação política das esquerdas com um modo de vida sustentável com os recursos naturais da terra. Michael Löwy afirmará que esta aliança de interesses gerou inúmeros movimentos ambientais na busca de novos e de ruptura modelos de convivência com a natureza, a estes valores Löwy chamou de ecossocialismo, o que em sua definição “trata-se de uma corrente de pensamento e ação ecológica que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo (LÖWY, 2005, p. 40). Esta necessidade de transformação já se apresentava nos textos de Marx e Engels quando estes condenavam a exploração humana, mas também natural que o sistema capitalista objetiva para o acúmulo de riquezas, no que Michael Löwy afirma:

Estes diferentes textos colocam em evidência a contradição entre a lógica imediatista do capital e a possibilidade de uma agricultura “racional” fundada sobre uma temporalidade muito mais longa e numa perspectiva durável e intergeracional que respeita o meio ambiente (LÖWY, 2005, p. 31)

A questão ecológica é, na minha visão, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Ela exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. (LÖWY, 2005, p. 38)

Oitenta apresenta a questão ecológica como um princípio de discussão política, representando um dos valores defendidos e mobilizados dentro de seu projeto político democrático. Neste sentido, a revista apresentará um caminho para a reformulação do pensamento socialista e marxista de maneira que este englobe a rejeição da produtividade capitalista em defesa dos recursos naturais. Ou seja, o projeto político socialista não pode

apenas almejar administrar bem uma ordem capitalista, ele deve primeiramente romper com esta lógica e buscar novos modos de produção.

3.3 ESTRATÉGIA SOCIALISTA E LIBERTÁRIA COMO CULTURA POLÍTICA

Nos nove volumes da *Oitenta*, uma grande parcela dos textos publicados esteve dedicada à versar sobre a literatura, relacionados diretamente como contos, poemas e trechos de livros ou artigos e ensaios analisando obras literárias e autores. Uma rápida análise diante dos 196 textos que compõe a totalidade da revista, revela que quase 40% destes podem ser classificados na categoria de literatura. Esta ênfase na publicação está muito atrelada ao projeto editorial e à atuação da própria editora L&PM, com a qual estabeleceu redes de contatos com diversos agentes literários para a publicação de livros de ficção, atividade principal da editora, mas que no entanto, forneceu a facilidade de utilizar trechos e contos inéditos de autores também nas páginas da revista.

A literatura ocupa um espaço privilegiado em *Oitenta* não somente por estas facilidades, ela é erigida como um instrumento principal da política cultural da revista, preenchendo uma intenção que os editores exercem através das escolhas dos textos e autores publicados. Quando em seu primeiro volume é publicado o conto de Giuseppe Tomasi di Lampedusa¹³, intitulado *O novo rico e os velhos senhores*, não é apenas uma forma de divulgação do livro *O senador e a Sereia* que a L&PM publicaria no ano seguinte, mas é a própria expressão de concordância com os valores que este autor representava, isso fica claro quando na orelha da revista a chamada enuncia “O mesmo estilo refinado e mesma sensibilidade para compreender o lento apodrecer da aristocracia que celebrizaram *Il Gattopardo*”.

Diante disso, a literatura que está presente em *Oitenta* é conscientemente selecionada e tem a intenção de buscar na subjetividade do leitor a mesma ressonância de interpretação pela qual ela foi escolhida, permitindo com que o leitor atinja e compreenda as dimensões culturais e políticas da obra que tem em mãos. O exercício da leitura é uma mobilização de conceitos, delimitados pelo momento histórico de sua produção, e valores que modificam o sentido atribuído à esta leitura de acordo com a maneira que ele lhe é apresentado. Estando a literatura mergulhada entre leituras de outros textos culturais e

¹³ Giuseppe di Lampedusa (1896-1957) foi um escritor italiano cuja obra principal, *O Leopardo*, traz a expressão mais reconhecida na frase “tudo deve mudar para que tudo fique como está”

políticos que acompanham o escopo de cada volume da revista, o papel atribuído à esta literatura é também de transformação de visão de mundo e difusão de valores.

Neste sentido, o leitor é o criador do significado do texto, por que este deriva de sua impressão subjetiva e do seu interesse primeiro em exercer aquela leitura. Pode-se dizer, portanto, que o leitor de literatura é o próprio crítico literário que relaciona a importância do autor, conforme seu conhecimento prévio e das informações que lhe são fornecidas, e da materialidade de sua produção, condições históricas e sociais, com os seus próprios valores e experiências contemporâneas. A literatura adquire a propriedade de ser mais aquilo do que se faz com ela, do que aquilo que ela representa na teoria literária, objeto imanente e imutável.

Em *Oitenta* está presente esta abordagem da literatura aliada à um conhecimento de sua dimensão política. A maioria dos autores, tanto nacionais quanto internacionais, que publicaram mais de uma vez durante a existência de *Oitenta* têm os temas de seus textos relacionados à literatura e a política, como se pode perceber nos quadros 3 e 4:

Quadro 3 - Tabela de autores brasileiros publicados mais de uma vez ao longo dos 9 volumes de *Oitenta*

Autor	Número de textos	Volume (Ano)	Temas
José Antônio Pinheiro Machado	7	1 (1979); 2, 3 e 4 (1980); 5 (1981); 6 e 7 (1982);	Política; Jornalismo; Literatura
Cyro Martins	6	1 (1979); 2 e 3 (1980); 5 (1981); 6 (1982); 8 (1983)	Psicanálise, Política Internacional, Literatura
Luis Fernando Veríssimo	5	2 e 3 (1980); 5 (1981); 6 (1982); 8 (1983);	Literatura
José Onofre	4	1 (1979); 2 (1980); 6 e 7 (1982);	Crítica literária; Cinema; Literatura
Equipe de <i>Oitenta</i>	3	5 (1981); 6 e 7 (1982);	Jornalismo; Política; Literatura
Anita Leocádia Prestes	2	4 (1980); 9 (1984).	Política
Flávio Loureiro Chaves	2	3 (1980); 5 (1981).	Crítica literária
João Carlos Brum Torres	2	2 (1980); 5 (1981).	Política

Leandro Konder	2	1 (1979); 2 (1980).	Política
Marcos Rey	2	4 (1980); 7 (1982).	Literatura; Cinema
Moacyr Scliar	2	1 (1979); 4 (1980).	Literatura
Roberto Bittencourt Martins	2	3 (1980); 6 (1982).	Literatura
Sérgio Jockyman	2	4 (1980); 7 (1982).	Literatura
Tabajara Ruas	2	6 (1982); 9 (1984).	Literatura
Tania Franco Carvalhal	2	7 (1982); 9 (1984).	Crítica literária
Tarso Fernando Genro	2	1 (1979); 6 (1982).	Política

Quadro 4 - Tabela de autores estrangeiros publicados mais de uma vez ao longo dos 9 volumes de *Oitenta*

Autor	Número de textos	Volume (Ano)	Temas
Eça de Queiroz	4	1 (1979); 2 (1980); 7 (1982); 9 (1984);	Jornalismo; Literatura
Roberto Fontanarrosa	4	2 (1980) [4 textos]	Literatura
Gabriel Garcia Marquez	4	3 (1980); 5 (1981); 6 (1982); 8 (1983);	Literatura
Anthony Burgess	2	1 (1979); 9 (1984);	Crítica literária; Literatura
Carlos Fuentes	2	4 (1980); 6 (1982);	Política internacional
Roberto Gervaso	2	1 (1979); 5 (1981).	Crítica literária
Vladimir Nabokov	2	5 (1980); 8 (1983).	Literatura

As estratégias de utilização da literatura como mobilizadora de conceitos para a reflexão da conjuntura política é uma parte indissociável do projeto editorial que a L&PM colocou em movimento desde sua fundação em 1974, em sua tarefa de produzir uma edição política de oposição à ditadura civil-militar. A perspectiva com que os editores de *Oitenta* compreendem a literatura alia-se aos interesses e objetivos de sua cultura política, uma abordagem da obra literária e dos valores que deseja difundir para uma mudança política dos leitores e da sociedade. Nesta perspectiva de *Oitenta*, aproximamos a teoria com que Terry Eagleton propõe analisar a história da literatura, quando afirma que toda

e qualquer teoria literária é política, pois delas emanam compreensões e significados de acordo com os interesses de quem a lê. Eagleton ataca enfaticamente as teorias da literatura que pretensamente se colocam como “apolíticas” ou “objetivas”, não reconhecendo os pressupostos e os valores ideológicos que guiam sua interpretação de obras literárias, apoiando-se em ideais acadêmicos e racionalistas de verdades “universais”, mas que na verdade são “disfarçada ou inconscientemente políticas”, pois “com um pouco de reflexão nos mostrará estarem relacionadas com, e reforçarem, os interesses específicos de grupos específicos de pessoas” (EAGLETON, 2002, p.298).

A importância da literatura dentro da revista *Oitenta* parte do pressuposto de que toda crítica, leitura e significação dos textos são de uma dimensão política. A crítica literária, compreendendo também aquela que o público faz durante sua leitura, é política, pois não pode negar as relações sociais de poder, as representações de opressão ou de injustiças que se desenvolvem em determinados textos literários. E diante desta dimensão, Eagleton afirma que a maneira com que a literatura é vista, em teoria literária, está compreendida dentro da história política e ideológica de cada época. A transposição de valores e ideais de determinados momentos históricos são modificados pela própria interpretação daqueles que os recebem e interpretam, estando “indissoluvelmente ligada às crenças políticas e aos valores ideológicos”. Eagleton, portanto, apresenta que não se pode dissimular a análise crítica da literatura como algo “puro” ou “neutro, mas que toda a transmissão da literatura está ancorada na visão de mundo subjetiva dos sujeitos, conforme ele propõe:

Não vou argumentar, portanto, em favor de uma “crítica política”, que leia os textos literários à luz de certos valores relacionados com crenças e ações políticas; toda crítica procede assim. [...] Não há como dizer qual a política preferível, em termos de crítica literária. Temos simplesmente de discutir política. Não se trata de debater se a “literatura” deve se relacionar com a “história” ou não: trata-se de uma questão de ler diferentemente a própria história. (EAGLETON, 2002, p. 308)

Oitenta compreendeu a literatura como esta força capaz de modificar a interpretação da própria história e das relações dos indivíduos com a conjuntura política e social em que ele se insere. É nos aspectos diretamente relacionados àqueles de valores morais e de humanidade que os textos pretendiam trazer a reflexão e oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar. A censura imposta pelos militares compreendeu esta capacidade de reflexão transformadora que a literatura pode acarretar e acirraram a apreensão de livros considerados eróticos e pornográficos, como os publicados por Adelaide Carraro e Cassandra Rios, que misturavam política, questões sociais e sexo, com

da justificativa de que a sexualidade poderia ser “utilizada como ferramenta do ‘expansionismo comunista’”. (REIMÃO, 2014, p. 83).

Os textos de ficção selecionados para figurar em *Oitenta* relacionavam os temas políticos e morais, sabedores de que estas duas dimensões confrontavam os fundamentos conservadores e autoritários do regime militar. No segundo volume da revista, está presente um conto de Luis Fernando Veríssimo o qual é apresentado com a questão: “O que você acha de encontrar no elevador, como seu novo vizinho, o homem que lhe torturou na prisão?”. O conto levanta a reflexão das consequências psicológicas e desumanas que a tortura acarreta, ao mesmo tempo que denuncia esta face criminosa que o regime militar possuía.

As críticas literárias de obras renomadas ou que seriam publicadas pela editora L&PM também acompanham este aspecto de análise política, pois mobilizam as idéias presentes nas obras com a prioridade de uma visão socialista. O crítico literário Flávio Loureiro Chaves publica no terceiro volume de *Oitenta*, uma análise da obra de Érico Veríssimo como uma oposição ao liberalismo. Nela, o autor busca apresentar “a ficção de Érico” como engajada “não só porque registra objetivamente sua sociedade, mas também porque o escritor/personagem está no centro da ação discutindo sua ideologia”. A crítica que se desenvolve neste texto é uma das propostas de leitura dos textos de ficção, buscando sua relação com a história e com sua sociedade. Na visão de Eagleton, a teoria literária não pode se negar a ser política, e os críticos, tomados como exemplo os socialistas ou feministas, buscam os aspectos que interessam à sua teoria, uma sociedade de classes ou de gêneros, pois conforme Eagleton:

Essas formas de críticas diferem de outras porque definem o objeto da análise de maneira diferente, possuem valores, crenças e objetivos diferentes, e com isso proporcionam diferentes tipos de estratégia para a concretização desses objetivos (EAGLETON, 2002, p. 310)

O último volume de *Oitenta* apresenta a fração mais expressiva da publicação de literatura como maneira de atingir os objetivos de reflexão e propagação de novas relações sociais de impulsos libertários. No nono volume há um conjunto de literatos que encarnam a crítica anticapitalista através de suas obras de ficção, em contos, poemas e leituras de outros autores. Nele estão presentes os autores do movimento *beat* como Allen Ginsberg em um poema dirigido à Che Guevara, Gary Snyder em uma crítica à exploração da amazônia e Jack Kerouac prestando homenagem ao poeta Arthur Rimbaud, considerado um autor marginal pelas suas ferozes críticas aos valores da sociedade burguesa do século XIX. Nesse mesmo volume estão presentes os autores identificados

com o movimento literário do romantismo: William Butler Yeats e William Blake, bem como o socialista libertário Oscar Wilde. O romantismo como movimento literário está fortemente relacionado à crítica do capitalismo, em uma renúncia de sua modernidade, aspirando sempre à um retorno à tempos passados e à um ideal utópico de sociedade. Diante dessa interpretação, Michael Löwy e Robert Sayre consideram que o romantismo ultrapassa os limites de movimento apenas literário, tornando-se uma corrente de pensamento e de posicionamento político, sendo revolucionário em suas concepções, pois “sem utopias deste tipo, o imaginário social seria limitado ao horizonte estreito do *realmente existente* e a vida humana a uma reprodução alargada do mesmo” e “sem nostalgia do passado, não pode existir sonho autêntico de futuro... a utopia será romântica ou não será” (LÖWY, SAYRE, 1995, p. 326).

Os literatos e suas criações artísticas são erigidos na revista *Oitenta* como importante ferramenta na mudança de valores na sociedade. A seleção de textos de literatura representa a sua aposta no intelectual criador, que mobiliza sensibilidades e visões de mundo capazes de defender um ponto de vista ao mesmo tempo esteticamente inovador e profundamente político. A concepção do papel da arte e do intelectual criador com a qual os editores de *Oitenta* dialogam se revela no primeiro volume, como um aspecto de sua cultura política, na publicação do manifesto de André Breton¹⁴ e Leon Trótski escrito em 1938. O texto intitulado *Realismo Socialista e Arte Revolucionária* contou com uma crítica feita pelos editores da revista diante do caso das “patrulhas ideológicas” que ocorreu durante os anos 70 e início de 80 nas críticas elaboradas pelas várias correntes da esquerda brasileira contra criações artísticas que não eram consideradas suficientemente “engajadas”. Esta crítica se apresentou através do resumo pré-texto expondo a questão central do manifesto: “Uma velha polêmica, certamente. Mas o zelo dos *patrulheiros* a reacende na sua versão tropical”.

O manifesto de Breton e Trostki, considerado como “um dos documentos mais importantes da cultura revolucionária do século XX” (LÖWY, BÉSANCENOT, 2015, p. 139), têm como sua principal intenção a defesa da liberdade de criação dos intelectuais e artistas, de maneira que os modelos estéticos e regras não fossem impostas por governos autoritários na tentativa de utilizar a criação artística como simples elogio do Estado. Para os autores a arte deve ser revolucionária e independente, pois este é o papel que uma arte deve encarnar para ser transformadora da sociedade, conforme expõem:

¹⁴ André Breton foi um expoente e teórico do surrealismo da década de 20 na Europa, sobretudo na poesia e pintura. Ele elaborou inúmeros manifestos clamando por uma arte que se libertasse do racionalismo.

A oposição artística é uma das forças que podem ser úteis para o descrédito e a ruína dos regimes que destroem, além do direito da classe trabalhadora explorada de aspirar a um mundo melhor, todo o sentimento de grandeza e de dignidade humana. (BRETON, TROTSKI, 1979, p.31)

A liberdade para a arte pela qual o manifesto clama não significa de nenhuma maneira uma indiferença política, isto fica demonstrado na visão dos autores de que a arte que se define aqui não é uma “pretensa arte ‘pura’”, mas que para os autores a arte influencia o destino da humanidade e deve ter a missão de participar na luta emancipadora da sociedade. A união das diferentes perspectivas de Breton e Trotski criam o espaço de intersecção entre o pensamento marxista e o anarquista, tanto para a concepção de uma arte independente e revolucionária, e expressam essa aproximação quando afirmam:

Estamos profundamente convencidos de que é possível o encontro, neste terreno, dos representantes de correntes estéticas, filosóficas e políticas ligeiramente divergentes. Nisto os marxistas podem avançar ao lado dos anarquistas (...). (BRETON, TROTSKI, 1979, p. 33)

O projeto político de *Oitenta* é fundamentando nesta aliança de pensamentos marxistas e anarquistas, buscando inspiração em debates e lutas de emancipação anticapitalistas que foram predominantes nas convergências entre os socialistas e os libertários. Especialmente, na interpretação comum de momentos históricos marcantes nas lutas dessas duas correntes.

Podem ser encontradas aproximações nos aspectos da cultura política em *Oitenta* com traços da cultura política comunista que foi difundida em grande parte pelas organizações da esquerda brasileira. Uma questão bastante presente no internacionalismo da cultura política comunista e que também foi debatida nos textos da revista *Oitenta* trata-se do anti-imperialismo. Para os pensadores marxistas, o imperialismo, bem como o colonialismo e outras formas de dominação de povos das regiões periféricas representam a expressão de um novo estágio do avanço capitalista, não se restringindo somente a dominação econômica do trabalho, dos meios de produção, das matérias primas ou do território, mas tomando as dimensões de controle da cultura e significados dos povos dominados, conforme demonstra Eagleton:

O imperialismo não é só a exploração da força de trabalho barata, das matérias-primas e dos mercados fáceis, mas o deslocamento de línguas e costumes – não apenas a imposição de exércitos estrangeiros, mas também modos de sentir que lhes são estranhos. Ele não se manifesta apenas nos balanços das companhias e nas bases militares, mas pode ser identificado nas raízes mais íntimas da fala e da significação. Nessas situações, que não estão muito longe de nós, a cultura está vitalmente ligada à identidade comum, não havendo necessidade de se mostrar a sua relação com a luta política. Tentar mostrar a inexistência dessa relação é que seria incompreensível. (EAGLETON, 2005, p. 312)

Neste sentido, *Oitenta* reforçou as fileiras de uma luta cultural anti-imperialista, demonstrando uma posição de divulgação do pensamento periférico dos polos opostos no conflito ideológico da Guerra Fria, principalmente na literatura dos países latino-americanos e também nas análises políticas e sociológicas de autores provenientes das realidades desta parte do sul global. Com esta característica, ficou estabelecida uma oposição aos modelos burgueses norte-americanos pelo fato da nação dos Estados Unidos da América personificarem o capitalismo responsável pelas condições de exploração e subdesenvolvimento do chamado “terceiro mundo”. Ressalta-se, no entanto, que a revista *Oitenta* mantinha uma visão aberta e acolhedora para as produções culturais norte-americanas quando estas demonstravam ser críticas ao sistema e progressistas em questões políticas e sociais, como foi o caso dos autores do movimento literário *beat*, frequentemente publicados pela editora e na revista.

A publicação no segundo volume da revista, do discurso de Fidel Castro, proferido na IV Cúpula dos países não-alinhados em 1979, reflete o contexto da Guerra Fria e traz um simbolismo da resistência cubana, historicamente anti-imperialista, como um bastião latino-americano socialista diante das pressões norte-americanas e capitalistas. Neste discurso, Fidel Castro transmite aos dirigentes dos países a mensagem de solidariedade internacional socialista contra as manifestações da dominação colonial e imperialista, afirmindo que “somos decididamente anti-imperialistas, anticolonialistas, antineocolonialistas, anti-racistas, anti-sionistas, antifascistas, porque estes princípios (...) estão na essência, na origem do Movimento dos Países Não-Alinhados” e atrelará as condições de subdesenvolvimento como reflexos e consequências desta dominação:

Qual dos países que hoje integram nosso movimento era realmente independente há mais de trinta e cinco anos? Qual não conheceu o colonialismo, ou o neocolonialismo, ou o fascismo, ou o desprezo racial, ou a agressão imperialista, a dependência econômica, a pobreza, a insalubridade, o analfabetismo e a exploração mais brutal dos seus recursos naturais? Qual não suporta hoje o peso do abismo tecnológico, as diferenças de níveis de vida com as antigas metrópoles, o intercâmbio desigual, a crise econômica, a inflação e o subdesenvolvimento impostos a nossos povos por séculos de exploração colonial e domínio imperialista? (CASTRO, 1980, p. 29)

Esta visão de aproximação e solidariedade com a América Latina se reflete em *Oitenta*, reconhecendo as semelhanças das mazelas do subdesenvolvimento que enfrentam os países de língua espanhola e inserindo o Brasil neste mesmo campo. A promoção desta visão têm dois momentos de destaque nos artigos de *Oitenta*, e coincidentemente, estes dois momentos são as transcrições dos discursos de escritores latino-americanos ao receber o prêmio Nobel de Literatura.

O poeta chileno Pablo Neruda proferiu seu discurso em 1971, publicado no primeiro volume da *Oitenta*, fazendo dele um eloquente elogio da imensidão do continente americano e da potência que a poesia exerce no destino dos homens, pois afirma que a poesia é a ação que une “a solidão e a solidariedade, o sentimento e a ação, a intimidade do homem e a revelação secreta da natureza”, e que há uma obrigação dos poetas em povoar o território americano de seres de carne e osso com suas histórias e “recuperar os antigos sonhos que dormem nas estátuas de pedra, nos largos silêncios de pampas planetários, de selvas espessas, de rios que cantam como trovões”. Sua esperança na missão transformadora da poesia é exemplar no texto. Porém, Neruda não deixará de lado seu posicionamento político, que nada mais é que sua atitude dentro da sociedade e perante oriunda de suas experiências nos cenários de luta da América. Para Neruda este é o único caminho para os escritores dos “nossos amplos e cruéis países, se não queremos que a escuridão floresça”, condenando o sofrimento e as vidas dilaceradas dos povos que foram arrasados pelo colonialismo. Neruda então expressa, em tom crítico, a importância do reconhecimento de seu papel como escritor:

Mas o que seria de mim se eu, por exemplo, tivesse contribuído de alguma maneira com o passado feudal do grande continente americano? Como poderia eu levantar a cabeça, iluminada pela honra que a Suécia me outorgou, se não me sentisse orgulhoso de ter tomado uma mínima parte na transformação atual do meu país? É preciso olhar o mapa da América, encarar a grandiosa diversidade, a generosidade cósmica do espaço que nos rodeiam, para entender que muitos escritores se negam a compartilhar o passado de opróbrio e de pilhagem que obscuros deuses destinaram aos povos americanos. (NERUDA, *Oitenta*, vol 1., 1979, p.158)

Na mesma esteira, no oitavo volume é publicado o discurso de 1982 de Gabriel García-Márquez, deixando claro desde o início de que se trata de uma defesa da América Latina. O título apresentado pela revista *Oitenta* é simbólico: “América Latina não é um barco sem destino”. Ao apresentar os desígnios absurdos pelos quais foi acometido o continente americano desde sua conquista por colonizadores espanhóis, García Márquez afirma “não tivemos um momento só de sossego”, e inclui a denúncia das ditaduras que assassinaram presidentes democratas, causaram a morte de mais de 200 mil homens e mulheres que ousaram não aceitar a situação das coisas, fizeram desaparecer mais de 120 mil pessoas. Esta é a realidade “descomunal” que o escrito apresenta nos cotidianos da América Latina e diz:

Todas as criaturas daquela realidade desaforada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação porque o desafio maior para nós tem sido a insuficiência dos recursos convencionais para fazer acreditável nossa vida. Este é, amigos, o nu de nossa solidão.(MÁRQUEZ, *Oitenta*, vol. 8, 1983, p. 46).

A provocação com que Garcia Márquez questiona a cultura ocidental é uma dimensão política e tributária de uma visão anti-imperialista, ao afirmar que “é compreensível que insistam em nos medir com a mesma régua com que medem a si mesmos”, pois tentar interpretar a realidade latino-americana com esquemas alheios “só contribui para nos tornar cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”. Garcia Márquez procura expor as causas das injustiças e sofrimentos dos povos americanas diante da recusa do ocidente europeu e moderno em reconhecer as suas responsabilidades e indaga seus ouvintes: “Porque a originalidade que nos admitem sem reservas na literatura nos é negada com toda a classe de suspeitas em nossas tentativas tão difíceis de mudança social?”. Por fim, Garcia Márquez invocará a sua esperança no futuro na capacidade do homem de superar os sofrimentos com a vida, clamando por uma maneira diferente de conduzir o destino da América Latina:

Ante esta realidade intimidadora que através de todo o tempo humano deve ter parcelado uma utopia louca, os inventores de fábulas que todos somos, nos sentimos com o direito de acreditar que, todavia, não é muito tarde para empreender a criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir por outros até a forma de morrer, onde na verdade seja certo o amor e seja possível a felicidade, e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham por fim e para sempre uma segunda oportunidade sobre a Terra. (GARCIA MÁRQUEZ, *Oitenta*, vol. 8, 1983, p. 48).

Em um texto do quinto volume que serve de prefácio a publicação na Alemanha dos trabalhos do intelectual brasileiro Darcy Ribeiro, esta dimensão da identidade brasileira com o sul global, especialmente do continente americano, na luta pela emancipação fica evidente, primeiramente com título utilizado “O ‘latino-americano’ Darcy Ribeiro” e segundo na frase com que o autor, Manfred Wolcke, sintetiza a visão e a atuação com que Darcy Ribeiro expressa seu combate teórico e prático:

Em primeiro plano encontram-se o anti-imperialismo e o socialismo democrático como pré-requisitos para a superação do subdesenvolvimento, a emancipação étnica bem como o asseguramento de um meio-ambiente humano e ecologicamente defensável (WOLCKE, 1981, p. 185)

Esta frase poderia também sintetizar os fundamentos políticos e o conjunto de valores que são constitutivos da cultura política em *Oitenta*.

Diante do momento histórico de redemocratização, *Oitenta* buscou interpretar criticamente as posições da esquerda brasileira, a partir de uma visão heterodoxa quanto as diretrizes partidárias dos comunistas. O debate da questão democrática se alastrou em volumes da revista, fazendo a reflexão da atuação das esquerdas brasileiras, organizadas em torno do Partido Comunista Brasileiro e a questão democrática.

Um dos debates ficou a cargo do filosofo marxista Leandro Konder onde apresenta no segundo volume de *Oitenta* um artigo analisando a aproximação do Eurocomunismo com as diretrizes do PCB, revelando que correntes no interior do partido buscam estratégias para aprofundar e consolidar as liberdades democráticas. Há uma questão polêmica sobre a importação das idéias dos partidos comunistas europeus, o chamado “eurocomunismo”, os quais têm vivências e experiências de realidades completamente distintas da brasileira, mas que porém Konder afirmará que “afinal, os liberais, os cristãos, os conservadores e os social-democratas também não foram [buscar as idéias no exterior]?” . No entanto, o tema central da argumentação do artigo é denotar que a questão democrática esteve presente nas discussões dos comunistas brasileiros, de que a reflexão em torno da democracia é mesmo anterior ao “eurocomunismo”. Esta tradição foi apontada já em 1961, quando o secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes reafirmava que os comunistas brasileiros não eram contra o regime democrático, mas sim favoráveis às tradições liberais de pluralidade de partidos (KONDER, 1980).

O posicionamento do PCB de transformação social e oposição ao regime militar através das vias institucionais, criou o distanciamento ao PC do B, que propôs métodos mais radicais de luta em busca da revolução brasileira. Konder enfatiza as consequências das opções de luta armada, as quais rejeitaram qualquer discussão sobre a democratização da ação política:

Quem viveu esse período não pode recordá-lo sem tristeza. Muitos dos que, na discussão, defenderam as idéias [luta armada, criação de foco revolucionário] acima evocadas morreram tentando pôr em prática a linha política que acreditavam ser uma alternativa revolucionária para o “reformismo” do PCB. Criaram-se várias organizações novas: o PCBR, a ALN, a VPR, o MR-8. No programa de todas elas se podia notar um retrocesso na abordagem e no tratamento da questão democrática. Como para tais organizações o Brasil se achava numa situação pré-revolucionário e era mais ou menos próxima a tomada do poder por via de insurreição, o exame dos problemas concretos do processo de democratização da sociedade era adiado para quando já se tivesse conseguido o controle do aparelho do Estado. (KONDER, 1980, p. 95).

A democratização da sociedade passa pela conscientização e mobilização das massas, do apoio popular, no sentido de criar as práticas e valores concretos para a sustentação de um socialismo democrático voltado para o interesse das classes trabalhadoras. Esta abordagem se apresenta como diametralmente oposta às proposições de radicalização do enfrentamento na esperança de uma mobilização favorável ao processo revolucionário. Estes são traços de autoritarismos presentes no interior das esquerdas brasileiras que Konder busca denunciar como “velhos vícios da nossa vida política” ainda não superados e que “dispõem de vigor suficiente para reaparecer a

atrapalhar a atividade das forças democráticas”. Porém, o autor ressalta que as mudanças das condições estruturais da sociedade brasileira, tanto nos avanços da industrialização e do mercado, proporcionaram a organização de sindicatos e movimentos sociais como atuação de uma sociedade civil em prol da via democrática:

Delineia-se assim, diante de nós, uma situação nova na história das nossas lutas. Delineia-se um quadro no qual estão sendo criadas possibilidades inéditas para a organização do movimento de massas e para uma estratégia baseada na conquista, na ampliação, no aprofundamento e na consolidação das liberdades democráticas. A irrupção das massas na vida política, numa escala sem precedentes, muda o cenário da ação das forças políticas comprometidas com ideais socialistas: os marxistas são desafiados pelo novo cenário que vem sendo criado e – dentro ou fora do PCB – são intimados a aprofundar ainda mais sua reflexão em torno da “questão democrática” elaborando criadoramente (para enfrentar atual realidade, e em função dela) a difícil mas fecunda perspectiva de uma democracia de massas. (KONDER, *Oitenta*, 1980, p. 97)

No quarto volume, um artigo de autoria de Anita Leocádia Prestes reacenderá este debate tecendo críticas a linha política do PCB, denunciando a subordinação acrítica com que o partido aceitava as diretrizes da Internacional Comunista e na sua abordagem da democracia, acusando-o de desconhecer a realidade brasileira por exercer uma visão à direita representativa de uma democracia-burguesa, insuficiente para a concretização dos princípios socialistas.

A cultura política presente em *Oitenta* se apresenta com a proposta de interpretar e debater estas posições da esquerda brasileira, fornecendo uma linha coerente para a defesa da redemocratização da sociedade. A revista buscou agregar as forças políticas de esquerda, através de seus intelectuais para contrapor os pontos de vistas, rejeitando qualquer imposição de dogmatismo de tendências partidarizadas. A estratégia da concretização dos objetivos socialistas e libertárias inerentes ao projeto político da revista foi posta em ação tendo em vista a concepção de Antonio Gramsci para a construção de uma hegemonia cultural através da reflexão e diálogo para aquisição de um consentimento. Os debates intelectuais no interior da revista funcionaram como métodos de organização da cultura para a difusão de seus interesses, valores e símbolos.

Ao aliar as variadas lutas reivindicatórias dos movimentos sociais, impulsionados pela abertura política, a revista *Oitenta* opera a estratégia de defesa de uma sociedade democrática com os espaços de articulação plurais. Ou seja, o conflito entre projetos políticos ultrapassou as noções de ocorrer apenas pelas condições materiais da classe trabalhadora, apenas em quesitos econômicos, mas nesta ótica, ela atinge as dimensões culturais da vida, as maneiras com que as identidades de grupo se relacionam com o todo

da sociedade. Os teóricos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe aprofundaram os conceitos de Gramsci em seu estudo *Hegemonia e estratégia socialista*, de forma que a sua perspectiva constitui a articulação de identidades independentes em um lugar comum no cultural, como base para a criação de uma democracia radical diante da complexidade que o sistema capitalista impõe na modernidade.

A cultura política em *Oitenta* lança mão desta estratégia de assalto aos valores do conservadorismo, ao propor novas práticas políticas socialistas e novos valores morais libertários, para empreender a luta contra-hegemônica aos fundamentos da ditadura civil-militar, e assim encontrar a maneira de defender um sistema democrático plural. A cultura política veiculadas nas páginas de *Oitenta*, portanto aproxima as correntes marxistas e anarquistas, em suas afinidades revolucionárias, dentro do que a proposição dos autores Michael Löwy e Olivier Besancenot chamaram de um marxismo-libertário, a qual consiste em um conjunto de teorizações e práticas anticapitalista e a aversão por dogmatismos e ortodoxias de pensamento, desembocando em diversas questões políticas e culturais que formam estas variadas demandas dos movimentos sociais e grupos organizados em torno de interesses específicos, desde liberdade de imprensa, lutas feministas, liberação sexual, defesa do meio ambiente e ecologia. Esta convergência de pensadores anarquistas e socialistas nas mesmas causas e lutas, forma as bases ao conceito de marxismo libertário:

trata-se antes de uma afinidade, de um certo encaminhamento político e intelectual: a vontade comum de desvincilar-se, pela revolução, da ditadura do capital, para construir uma sociedade desalienada, igualitária, liberada do jugo autoritário do Estado. (BESANCENOT, LÖWY, 2016, p.188)

Compreende-se, por fim, que *Oitenta* estabeleceu um espaço de reflexão das políticas de esquerda, de ideias anticapitalistas e de consolidação da democracia, no qual os editores e intelectuais mobilizaram um conjunto de valores sociais, políticos, filosóficos que deram significado e consistência à cultura política marxista e libertária, que está identificada em todo o percurso de suas nove publicações, um terreno em que socialistas e libertárias compartilhavam consensos culturais e políticos objetivando a promoção de uma sociedade diferente. Esta cultura política guiou as esperanças do grupo editorial e os objetivos do projeto político de repensar as possibilidades políticas em um momento de redemocratização das práticas e relações da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Oitenta* encerra sua publicação em meados do ano de 1984. O ímpeto e a esperança no retorno breve da democracia que inspirou o seu próprio título e a proposta com a qual a revista foi criada que guiou as discussões em seus nove volumes, demonstrou os sinais de esgotamento das mudanças na nova época que se apresentava na década de 1980, esgotamento do qual também padeceram muitos outros veículos da imprensa alternativa criados para combater o regime militar. Outros ainda encontrariam sua continuidade ao transformarem-se em veículos oficiais de partidos políticos nascidos na reestruturação política democrática. No entanto, *Oitenta*, fruto de um projeto editorial levado adiante mais por vontade política de transformação do que por sucesso no mercado editorial, proporcionou a divulgação de um conjunto de concepções filosóficas e políticas inegavelmente democráticas, defensoras de liberdades inalienáveis, em um momento histórico conturbado de transição democrática. Um conjunto de idéias e sistema de valores difundidos através da revista que constituiu uma cultura política marxista-libertária.

A compreensão da revista partiu da hipótese de que as linhas temáticas que se desenvolveram nos seus volumes fossem um posicionamento político de provocação e oposição aos fundamentos morais e políticos da ditadura civil-militar, identificados no conservadorismo. A ótica da cultura política possibilitou creditar esse posicionamento da revista à um projeto político voltado para o futuro, gestado no interior de um grupo específico e que compreendeu a cultura como lugar do enfrentamento e mudança. Nesta perspectiva de análise, a cultura política em *Oitenta* demonstrou ser um elemento de interpretação da realidade brasileira, de divulgação de ideias para a formação de um universo de práticas, valores e representações políticas com a missão de deslegitimação do regime militar, a abertura para novas visões de mundo e relações na sociedade, mais livres, mais humanas, distanciando-se da exploração capitalista. A revista optou por linhas temáticas que foram diametralmente opostas à ideologia da ditadura, propuseram a publicação de quadrinhos eróticos e liberdade de imprensa diante da censura e moral conservadora, discutiram os conceitos marxistas de revolução, sindicalismo e humanismo diante do transgressões do regime e seu alinhamento ao capitalismo. Enfim, *Oitenta* demonstra que buscou ocupar o seu espaço no conflito de culturas políticas, elegendo seus adversários e seus interesses.

O esforço de compreender a revista *Oitenta* através da veiculação destas linhas temáticas e dos debates que circularam em torno da abertura democrática brasileira, possibilitaram uma compreensão das visões, específicas do grupo editorial, de uma sociedade transformada e compatível com o exercício da cidadania democrática. A relação entre a cultura e a política é reforçada em cada página da revista, ao posicionar textos, artigos, ensaios e quadrinhos como forma de difundir visões profundamente políticas do mundo. No entanto, esta proposta é fruto da linha de atuação da própria editora L&PM, nascida no combate à ditadura, que conquistou notoriedade com as publicações de livros políticos, enfrentando censuras e perseguições econômicas. O projeto editorial da L&PM reverbera em *Oitenta*, como demonstrado na composição de seu conselho editorial e na rede de sociabilidades de intelectuais que colaboraram publicando, divulgando ou atuando como editores.

Embora, *Oitenta* não seja um impresso de expressiva presença histórica nas discussões intelectuais do período, ela operou em uma dupla função de receptor e transmissor das tendências políticas e culturais que circularam em vários cenários internacionais. Ao reverberar essas tendências, reinterpretando-as em conjuntos de textos conscientemente selecionados, a revista se propôs a imprescindível tarefa de conciliar reivindicações de grupos específicos, muitas vezes constituídos em movimentos sociais, em uma cultura política pluralizada e compatível com o fortalecimento da democracia moderna, através de fundamentos socialistas de justiça e igualdade na sociedade e com a defesa da liberdade de exercício de cidadania para buscar seu projeto político de futuro.

Ao avançar a década de 1980 e início dos anos 1990, as correntes de pensamento marxistas e os grupos político de esquerda, enfrentam crises de objetivos e de alcance dos seus ideais, especialmente com a queda do Bloco Socialista. O repensar da atuação do campo político da esquerda acompanhou as tendências, até então isoladas, de lutas por identidades coletivas e reivindicações aglutinadas em movimentos sociais e grupos. O reforço dessas visões deu maior enfoque nos aspectos culturais que guiavam as ações políticas na sociedade. Nisto resta a articulação que a cultura política em *Oitenta* propôs-se a veicular, a ampliação do processo de diálogo entre as diferentes identidades e o encontro do lugar cultural comum, na construção de uma hegemonia capaz de transformar a ordem social vigente. *Oitenta* parece ter sido uma empreitada de esperança e otimismo no processo de redemocratização brasileira, que acabou por se encerrar em uma breve duração de nove volumes, antes mesmo do fim do governo militar. No entanto, os sistemas de valores e as causas políticas que *Oitenta* expressou em suas páginas

encontraram espaços de propagação e continuidade, somente para citar dois claros exemplos: na elaboração da Constituição Federal em 1988, a qual deu ênfase às garantias fundamentais de liberdades democráticas, ao pleno exercício de cidadania e a defesa do meio ambiente; e nas lutas anti-globalização (uma face da expansão dominante do capitalismo após a queda da União Soviética) que tomaram as manchetes dos jornais nos anos 1990, das quais derivou no início dos anos 2000, em Porto Alegre, berço da editora L&PM, o Fórum Social Mundial na vanguarda das discussões ecológicas, econômicas e sociais, lideradas pelo slogan “Um outro mundo é possível”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores sociais e democratização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Belo Horizonte, v. 10, n. 28. 1995.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- BACCHIERI DUARTE, José. **Os dez dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista**. Porto Alegre: ALERGS, 2003.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.
- BELO, André. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte. Autêntica, 2002.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia, ROLLEMBERG, Denise et al (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. **Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras**. São Paulo, Editora Unesp, 2016.
- BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia**: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa 1984 – 2004. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p. 269-291. 2009.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, Editora UNB, 11^a ed., 1998.
- BOUJU, Marie-Cécile. **Lire en communiste**: Les maisons d'édition du Parti communiste français (1920-1968), Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2010.
- CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. **Resistência e Crítica**. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. Revista Iberoamericana, Vol. LXX, Núms. 208-209, Julio Diciembre, 2004, pp. 891-913.
- CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. **Sobre revistas, periódicos e qualis tais**. Travessia. Vol. 40. n. 1, pp. 21-36, 2003.
- CARVALHO, Ana Isabel Silva. A capa de livro: o objecto, o contexto, o processo. 2008. 98 p. Dissertação (Mestrado em Design da Imagem)- Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo. Editora Unesp, 2014.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- CONCEIÇÃO, Nádia Souza. **Revista do Brasil, 34 letras e Oitenta**. Boletim de Pesquisa do Núcleo de Estudos Literários e Culturais. Florianópolis: UFSC, n.1, p.15-7, fev. 1997.

- CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. IN: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminário de Pesquisa**. São Paulo, FFLCH-USP, 2011.
- CZAJKA, Rodrigo. **A revista civilização brasileira**: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). Revista Sociologia Política. Curitiba, vol.18, n.3, fev. 2010.
- CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira (1965-1968). Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp, 2005.
- DARNTON, Robert. A questão dos livros: Passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pelizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DARNTON, Robert. Boêmia literária e Revolução: O submundo dos literatos do Antigo Regime. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- DE LUCA, Tânia R. A Revista do Brasil (1916 – 1944): notas de pesquisa. IN: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2008.
- DE LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp. 2005.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma Introdução. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ELLWANGER, Rozana; MELLO, Veridiana Pivetta de. **Perdão, Leitores**: a crítica ao regime militar nas páginas do Coojornal. Revista ALTERJOR. São Paulo, vol. 2, n. 2, 2010.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Edição e Sociabilidades intelectuais**: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930 – 1949). Belo Horizonte: Autêntica editora, Editora UFMG, 2007
- FERNANDES, Lilia Ap. Morato. **A política cultural à época da ditadura civil-militar**. *Contemporânea* - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n.1, 2013.
- FICO, Carlos. **"Prezada censura": cartas ao regime militar**. Topoi - Revista de História vol 5. Rio de Janeiro. 2002.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira**: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumentos*, Florianópolis, v.9, n. 20, p 05-74. jan/abr. 2017.
- FONSECA, J. da. **Tipografia e design gráfico**: design e produção de impressos e livros. Porto Alegre: Bookman, 2008. 296p.
- GAGLIETTI, Mauro. **Dyonélio Machado e Raul Pilla**: médicos na política. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; EDIPUCRS, 2007.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Tese de Doutorado em História Social, UFF, 2009.

GENETTE, Gérard. Paratextos Editoriais. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia/SP: Ateliê, 2009,

GOLIN, Cida; MULLER, Mariana. Jovens editores no período da Redemocratização: Panorâmica da Revista Oitenta (1979 – 1984) da Editora L&PM. IN: STRELOW, Aline, GRUSZYNSKI, Ana et al. **Comunicação e redemocratização no Rio Grande do Sul: uma abordagem histórica**. Florianópolis, Insular, 2014.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HEINZ, Flávio M. (org.). **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-198. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3 – Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p.

HOLZMANN, Lorena; et al. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. / Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – 2.ed. – Porto Alegre, L&PM, 2008.

KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos 70. IN: Vários autores. **Anos 70: trajetórias**. São Paulo. Iluminuras, Itaú Cultural, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: 2^a ed. revista e ampliada, Edusp, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 2004.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Lech Livraria Editora, 1979.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis (RJ), Vozes, 1995.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

MARCELINO, Douglas Atila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2006.

MAUÉS, Flamarion. **Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985)**: Negócio e política. Dissertação de Mestrado em História, USP, 2006.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

- MAUÉS, Flamarion. **Livros, editoras e oposição à ditadura**. Estudos Avançados USP., vol. 28, n. 80. São Paulo, pp. 91-104, 2014.
- MCKENZIE, Donald F. A sociologia de um texto: cultura oral, alfabetização e imprensa nos primórdios da Nova Zelândia. IN: BURKE, Peter; PORTER, Roy (orgs.). **História Social da linguagem**. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- MCKENZIE, Donald F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Trad. Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.
- MOLLIER, Jean-Yves. **O dinheiro e as letras**: história do capitalismo editorial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010
- MOLLIER, Jean-Yves. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX. In: MOLLIER, J.-Y.; DUTRA, E. F. (Org.) **Política, nação e edição**: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.
- MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife, PE: Massangana, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço Argumentum, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura**: um debate teórico e historiográfico. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PARRY, Roger. **A ascensão da mídia**: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google; tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- REIMÃO, Sandra. **“Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura civil-militar**. Estudos Avançados, vol. 28, n. 80. São Paulo, pp. 75-90, 2014.
- REIMÃO, Sandra. Apresentação. IN: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e Subversão – Seis Estudos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2016.
- REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.
- REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura civil-militar. Tese de Livre-Docência. São Paulo: USP, 2011.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSA, Susel Oliveira da. **"Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia"**: Imprensa alternativa versus ditadura civil-militar em Porto Alegre. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas, PPG-LET-UFRGS. Porto Alegre, Vol. 01, N. 01, 2005.
- SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de uma práctica**. In: Cahiers du CRICCAL, nº 9-10. 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

STRELOW, Aline. **Breno Caldas: Poder e declínio de um dos mais influentes jornalistas gaúchos.** Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2010.

STRELOW, Aline. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.) **Recortes da mídia alternativa:** histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2009.

STRELOW, Aline. **Pato Macho: o humor no jornalismo alternativo.** BOCC – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2008a.

TORRES, Mateus Gamba; DA SILVA, Michel Goulart (orgs.). **Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil.** Curtiba: Editora Prismas, 2017.

FONTES:

BRETON, André; TROTSKI, Leon. **Realismo socialista e arte revolucionária.** IN: Oitenta, vol. 1, L&PM, 1979.

CAPARELLI, Sérgio. **Imprensa alternativa, nanica, independente.** IN: Oitenta, vol. 3, L&PM, 1980.

CASTRO, Fidel. **Os não-alinhados.** IN: Oitenta, vol. 2, L&PM, 1980.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. **América Latina não é um barco sem destino.** IN: Oitenta, vol. 8, L&PM, 1983.

KONDER, Leandro. **PCB, democracia e eurocomunismo.** IN: Oitenta, vol. 2., L&PM, 1980.

MARCUSE, Herbert. **A ecologia é revolucionária.** IN: Oitenta, vol. 8, L&PM, 1983.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa.** IN: Oitenta, vol. 1, L&PM, 1979.

MILLÔR. **Entrevista.** IN: Oitenta, vol. 5, L&PM, 1981.

NERUDA, Pablo. **Uma longa viagem na memória e na poesia.** IN: Oitenta, vol 1., L&PM, 1979.

WOHLCKE, Manfred. **O “latino-americano” Darcy Ribeiro.** IN: Oitenta, vol 5, L&PM, 1981.

ANEXO I - INFORMAÇÕES SOBRE OS VOLUMES DE OITENTA

VOLUME 1

Data de Lançamento: Primavera de 1979.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

José Onofre

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 20 textos.

Total de páginas: 288 páginas.

VOLUME 2

Data de lançamento: Verão de 1980.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

José Onofre

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 19 textos.

Total de páginas: 272 páginas.

VOLUME 3

Data de lançamento: Outono de 1980.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 24 textos.

Total de páginas: 287 páginas.

VOLUME 4

Data de lançamento: Primavera de 1980.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 25 textos.

Total de páginas: 293 páginas.

VOLUME 5

Data de lançamento: Inverno de 1981.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

José Onofre

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 19 textos.

Total de páginas: 201 páginas.

VOLUME 6

Data de lançamento: Verão de 1982.

Editores executivos: Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

José Onofre

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 26 textos.

Total de páginas: 240 páginas.

VOLUME 7

Data de lançamento: Primavera de 1982.

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 20 textos

Total de páginas: 188 páginas.

VOLUME 8

Data de lançamento: Inverno de 1983

Editores executivos: José Antonio Pinheiro Machado

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 19 textos

Total de páginas: 204 páginas

VOLUME 9

Data de lançamento: Primavera de 1984.

Editores executivos: Eduardo Bueno

José Antonio Pinheiro Machado

Diretores: Ivan Gomes Pinheiro Machado

Paulo de Almeida Lima

Total de textos: 25 textos.

Total de páginas: 186 páginas.